

*D*a monocultura ao agribusiness

A história da Sociedade Nacional de Agricultura



Sociedade
Nacional de
Agricultura

Fundada em 1897



Da monocultura ao agribusiness

A história da Sociedade Nacional de Agricultura



Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)

Diretoria-Geral

Octavio Junqueira Mello Alvarenga
Presidente

Antonio Mello Alvarenga Neto
1º Vice-Presidente

Osaná Sócrates de Araújo Almeida
2º Vice-Presidente

Roberto Ferreira da Silva Pinto
3º Vice-Presidente

Almirante Ibsen de Gusmão Câmara
4º Vice-Presidente

Diretoria-Executiva

Elvo Santoro
Nestor Jost
José Carlos Azevedo de Menezes
Joel Naegele
Walmick Mendes Bezerra
Francisco José Vilella Santos

Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)

*D*a monocultura ao agribusiness

A história da Sociedade Nacional de Agricultura

Embrapa Informação Tecnológica
Brasília, DF
2005

Exemplares desta publicação podem ser solicitados na:

Embrapa Informação Tecnológica

Parque Estação Biológica (PqEB), Av. W3 Norte (final)
CEP 70770-901 – Brasília, DF
Fone: (61) 340-9999
Fax: (61) 340-2753
www.sct.embrapa.br
vendas@sct.embrapa.br

Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)

Av. Gal. Justo, 171/ 7º andar
CEP 20021-130 – Centro – Rio de Janeiro, RJ
Fone: (21) 2533-0088
Fax: (21) 2240-4189
imprensa@sna.org.br

Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)

Elaboração de texto
Ricardo Vieira Lima
Luciana Quillet Heymann

Pesquisa
Luciana Quillet Heymann
José Maurício A. Arruti
Ricardo Vieira Lima

Supervisão editorial
Cristina Lúcia Baran

Embrapa Informação Tecnológica

Coordenação editorial e gráfica
Lillian Alvares
Lucilene Maria de Andrade

Copy desk, revisão de texto e tratamento editorial
Francisco C. Martins

Normalização bibliográfica
Celina Tomaz de Carvalho

Projeto gráfico e capa
Carlos Eduardo Felice Barbeiro

Tiragem

1ª edição (2005): 3.000 exemplares

Todos os direitos reservados.

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Embrapa Informação Tecnológica

Da monocultura ao agribusiness : a história da Sociedade Nacional da Agricultura / Sociedade Nacional da Agricultura (SNA). – Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2005.
134 p. : il.

Elaboração de texto: Ricardo Vieira Lima, Luciana Quillet Heymann. – Pesquisa feita por Luciana Quillet Heymann, José Maurício A. Arruti, Ricardo Vieira Lima.

ISBN 85-7383-286-X

1. Agricultura. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Educação agrícola. 4. Economia. 5. História. I. Sociedade Nacional da Agricultura (SNA). II. Lima, Ricardo Vieira. III. Heymann, Luciana Quillet. IV. Arruti, José Maurício A.

CDD 338.10981



Agradecimentos

A centenária Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) agradece à Embrapa, na pessoa de Gustavo Kauark Chianca, ex-diretor-executivo daquela entidade, pela publicação desta obra.

A elaboração do texto foi realizada em duas etapas. A primeira se deve a Luciana Quillet Heymann e a José Maurício Andion Arruti, pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), e vai das raízes da SNA, ao 1º Congresso de Agribusiness (realizado de 2 a 4 de dezembro de 1997).

Da segunda etapa se encarregou o escritor Ricardo Vieira Lima, que atuou com brilhantismo na produção do material relativo ao período dos últimos 8 anos, a partir do referido 1º Congresso de Agribusiness, à criação da Academia Nacional de Agricultura, em 24 de novembro de 2003.

A todos que participaram do processo editorial e gráfico desta obra, nosso perene e afetuoso agradecimento.

Rio de Janeiro, abril de 2005

Octavio Junqueira Mello Alvarenga
Presidente da SNA



Apresentação

Este livro é um relato histórico da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), um resgate de fatos importantes e de vultos ilustres que fizeram história, contribuíram para a consolidação dessa instituição e para o desenvolvimento da agricultura no País.

Fundada em 16 de janeiro de 1897, na cidade do Rio de Janeiro, nos moldes de sua homônima francesa, para envidar esforços em benefício da agricultura, desde então a SNA se firmou como entidade de interesse nacional, sendo precursora do livre associativismo rural (como caminho para a solução dos problemas do homem no campo), do uso do álcool carburante como fonte de energia alternativa e da luta pela preservação do meio ambiente.

Da Monocultura ao Agribusiness é um pouco de tudo, pois, reportando um trecho da parte introdutória desta obra, “muito mais haveria a ser dito, lembrado e evocado em 108 anos de história. Lembrar essa história é um exercício de seleção, em que cada evocação corresponde a diversas omissões”.

O objetivo desta obra é mostrar o longo caminho percorrido pela Sociedade Nacional de Agricultura, permitindo ao leitor avaliar o quanto essa instituição interferiu em debates e em decisões fundamentais da vida nacional, no tocante aos interesses do setor agrícola e o quanto e em que momento deixou a marca de sua coerência gravada nos mais significativos acontecimentos da história econômica do País.

Octavio Junqueira Mello Alvarenga
Presidente da SNA



Prefácio

O lançamento deste livro é um acontecimento relevante para a história da agricultura brasileira, além de uma homenagem justa à Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), nos seus 108 anos de existência.

De fato, a SNA tem uma trajetória de lutas e realizações desde 1897, quando uma plêiade de idealistas republicanos, liderados pelo engenheiro Antonio Ennes de Souza, construiu os alicerces dessa instituição, pensando em transformar a base produtiva da lavoura tradicional e arcaica prevalecente no século 19. A busca de alternativas para minimizar os impactos da falta do braço servil foi a inspiração inicial de um trabalho eminentemente voltado para a melhoria da base técnica da agricultura brasileira, respaldada em métodos científicos.

Posteriormente, a SNA foi confirmando sua vocação de entidade voltada para o progresso técnico da nossa agricultura. Assim, procurou sensibilizar os agricultores para a necessidade de melhorar os sistemas produtivos agropastoris; preconizou a adoção de técnicas agropecuárias e de métodos mais modernos, nas sucessivas edições da sua centenária revista *A Lavoura*; estruturou a Fazenda Experimental, criando oportunidades de cursos e de treinamentos, além da instalação de lavouras demonstrativas.

De lá para cá, um longo caminho foi percorrido e a vocação de ensino da SNA consolidou-se, a ponto de transformar o antigo Horto Frutícola da Penha em Escola Wencesláo Bello que, nos dias atuais, continua formando e profissionalizando interessados no agronegócio. Em 1995, houve um novo avanço com a criação, no bairro da Penha, da Faculdade de Ciências Agroambientais, para formar zootecnistas.

Esses e muitos outros fatos, que marcaram a vida da SNA, são aqui narrados com clareza, concisão e objetividade. Na parte introdutória, o foco do texto é sobre o ideário da organização e não sobre a descrição exaustiva das atividades, dos personagens e da própria administração: "Nossos personagens são os diagnósticos, as propostas e os planos reformadores da sociedade". Contudo, uma segunda parte, intitulada *Linha do Tempo*, traça uma retrospectiva dos principais eventos e notícias sobre os dirigentes da Sociedade Nacional de Agricultura.

O título deste livro é por demais oportuno porque ontem, com a monocultura, e hoje, no mundo globalizado do agribusiness, a SNA sempre teve uma atuação de vanguarda. Uma atuação progressista desde a origem. Recorde-se o posicionamento abolicionista dos seus fundadores; as teses do Congresso de 1902, que incluem a reforma agrária, entre outras questões; e, nos dias atuais, sua preocupação em ensejar o debate de grandes temas como a transgenia, a biossegurança, a agroecologia, a agroenergia, a proteção ambiental e a propriedade intelectual.

Finalmente, umas palavras sobre o atual presidente da SNA, Octávio Mello Alvarenga, essa figura ímpar. Desde que frequento a SNA – e já fui vice-presidente do seu Conselho, há vários anos – ele tem sido o timoneiro da veneranda entidade.

As histórias de ambos – SNA e Octávio – se confundem, ou se fundem. A personalidade do presidente carimba o comportamento da entidade. A trajetória dessa instituição carimba as ações do presidente. Comportamento democrático, mas firme; visão de vanguarda, mas honrando as raízes; construindo o futuro, mas de olho nas tradições, eis um pouco da marca de Octávio, um homem que simboliza, vivamente, esta dualidade tão presente na agropecuária brasileira: agonia e êxtase. A agonia da eterna luta por melhores condições de competir – e aí estão os problemas da pesquisa, da defesa sanitária, da logística, do protecionismo primeiro-mundista, da abertura de mercados, do crédito rural, da estrutura fundiária, da proteção ao meio ambiente. E o êxtase da criação, da suprema glória de produzir alimentos, energia e fibras que garantem a continuidade da vida, dádiva divina.

É assim o Octávio, um homem em permanente balanço entre a agonia e o êxtase, lutador sem tréguas, sem preguiça e sem medo – mas apaixonado pelas artes, pela beleza, pela criação.

Eis, portanto, um livro mágico: contando a história, preserva as origens. E só sabe para onde vai, quem sabe de onde vem.

Roberto Rodrigues
Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Sumário

Primeiros momentos, 13

- O tempo e o pêndulo, 14
- O surgimento da SNA, 16
- Tarefas, campanhas e missões, 17
- Alcool: pioneirismo na agroindústria, 18

Os sentidos da educação agrícola, 19

- A difusão, 20
- Em direção à educação formal, 22
- A Escola Wenceslão Bello, 23
- A Faculdade de Ciências Agroambientais, 26
- Ambientalismo, 28

A formação do novo homem do campo, 31

- Associativismo, 32
- Campanha e expansão, 33
- Princípios e modelos, 35
- Associativismo e crédito agrícola, 37
- Associativismo hoje: rápido percurso, 39
- Tarefa que se repõe, 40

O agribusiness, 43

- Um novo contexto, 44
- O agribusiness no Brasil, 45
- Novos paradigmas, 47
- Reforma Agrária, Direito Agrário e Justiça Agrária, 50
- Biodiversidade, 52
- Desenvolvimento sustentável, 53
- Ecoturismo e agronegócio, 54
- Agricultura orgânica, 55
- Biotecnologia e transgênicos, 57

A SNA como um centro de pensamento e de cultura, 59

- A Academia Nacional de Agricultura e o Instituto Cultural SNA, 60
- A revista *A Lavoura* através do tempo, 62

Linha do tempo, 65

- Cronologia de uma história, 64

Presidentes da Sociedade Nacional de Agricultura, 129

Referências, 141

O tempo e o pêndulo

O surgimento da SNA

Tarefas, campanhas e missões

Álcool: pioneirismo na agroindústria



Primeiros momentos



tempo e o pêndulo

Há muito mais que a arbitrariedade das efemérides ligando o I Congresso Nacional de Agricultura de 1901, que traduziu e sistematizou o ideário da então recém-fundada Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), e o 1º Congresso de Agribusiness do Estado do Rio de Janeiro, que comemorou os 100 Anos da Sociedade Nacional de Agricultura, em janeiro de 1997. Ao nos debruçarmos sobre o contexto dos dois períodos e observarmos os dilemas e impasses que animavam o debate daquela época e os que mobilizam os homens e mulheres de hoje, nos surpreendemos com os inúmeros paralelismos, analogias e reposições de tarefas. Tarefas que ao perdurarem no tempo, longe de perderem a atualidade, renovam-se e ganham urgência.

Em 1897, vivia-se o amadurecimento dos problemas decorrentes da Abolição da Escravatura, que lançara o desafio fundamental de estruturar um mercado de trabalho livre e de viabilizar, economicamente, as novas relações que esse mercado deveria abrigar.

Ligada a essa problemática, a crise das monoculturas tinha grande destaque no rol das preocupações. Não podemos nos esquecer de que a falência de empreendimentos particulares ligados ao café ou ao açúcar significava a bancarrota de estados inteiros, gerando, para os governos, graves problemas econômicos e sociais. Como se não bastasse isso, as repercussões da economia internacional sobre a

economia brasileira faziam com que mudanças de alíquotas nos impostos europeus ou a abertura de uma frente produtora no Caribe repercutissem quase imediatamente em estados como Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo ou Bahia.

Sobrepostos a esse mosaico socioeconômico, desenhavam-se debates sobre as formas de organização social do trabalho agrícola, com ênfase na imigração de colonos estrangeiros ou na alteração das condições da classe trabalhadora nacional. Educá-la e fixá-la ao solo eram tarefas apontadas, freqüentemente, como prioritárias, levando, muitas vezes, ao diagnóstico que previa a substituição dos desgastados latifúndios por pequenas propriedades, tendo em vista o bem comum. Discutiam-se, ainda, as formas de organização do próprio empreendimento agrícola e seu gerenciamento, embora naquele momento apenas o crédito e a comercialização merecessem atenção no conjunto dos processos envolvidos na produção.

Por último, ainda que de forma discreta, surgiam, também, denúncias com relação à má utilização do solo e aos crimes contra a natureza em geral, deixando emergir – muito antes da noção de ecologia ter a visibilidade e a importância que hoje desfruta – uma visão já claramente sistêmica, que impunha como de uma necessidade imediata, a revisão das formas de exploração dos recursos naturais.

No Brasil de hoje, os problemas vividos pelo setor agrícola poderiam ser classificados dentro dos mesmos grandes temas do passado. O impacto da globalização sobre uma economia ainda fortemente dependente, as transformações nas relações de trabalho e de assistência, que enfrentam de um lado, a mecanização, e de outro, o fortalecimento da mobilização política no campo, além da demanda por uma reestruturação administrativa dos empreendimentos agrícolas, tendo em vista a perspectiva mais ampla e inclusiva introduzida pela noção de agribusiness, são, de fato, traduções atualizadas de impasses seculares.

Isso não significa afirmar continuidades substantivas ao longo de mais de 100 anos. Ao contrário, o que pretendemos destacar é que apesar das monumentais transformações estruturais e conjunturais por que o Brasil passou durante esse período, as questões que inspiraram os fundadores da SNA ainda guardam uma atualidade fundamental.

Agora, 108 anos depois, o diagnóstico e as metas – que deram à Sociedade Nacional de Agricultura razão de existir – são revisitados por economistas, técnicos, empresários, pesquisadores, ainda que sob outra linguagem, em outro contexto, com base em outros conceitos. Ao longo de várias décadas, o fenômeno de permanência de uma sociedade civil de caráter político, cultural e educativo, e em ambiente tão afeito à descontinuidade, só pode ser compreendido se atentarmos para a atualidade de seu ideário fundador. Um ideário que se confunde com a própria história da agricultura brasileira e que está presente em todas as suas fases, da monocultura extrativista ao moderno conceito de agribusiness. Por isso, ao contar a história da SNA, não enfatizamos sua trajetória administrativa, o relato exaustivo de suas ações ou os importantes personagens que participaram de seus quadros. Em lugar disso, nos debruçamos, principalmente, sobre a história das suas idéias. Nossos personagens são os diagnósticos, as propostas e os planos reformadores da sociedade brasileira, por meio dos quais buscamos fazer emergir a coerência maior, a permanência paradoxalmente produzida pela contínua adequação à realidade.

Contudo, num segundo momento que intitulamos *Linha do Tempo*, abrimos espaço para um inventário dos eventos e uma notícia sobre os dirigentes da SNA, oferecendo ao leitor o painel mais completo possível do período abrangido. Com efeito, trata-se de duas abordagens complementares e, não obstante, autônomas, as quais pretendem revelar espírito e matéria, idéias e realizações, projetos e conquistas.



Aula prática de cultivo do solo da Escola Wencesláo Bello (1958).

Foto: A. Lanouira



surgimento da SNA

As primeiras tentativas de reunir a classe agrícola e refletir coletivamente sobre seus problemas, seu caráter e destino estiveram fortemente associadas aos debates em torno do fim da escravidão. Naquele momento, proprietários rurais e alguns comerciantes começaram a fundar clubes agrícolas, diferenciados de acordo com as regiões em que tinham suas bases, geralmente municipais.

Nas áreas mais prósperas e de economia ainda fundamentalmente escravista, como o Estado de São Paulo, tais clubes serviram, sobretudo, para a organização dos interesses contrariados pelo avanço abolicionista, ao passo que nas regiões cuja dinâmica da monocultura exclusivista já estava em queda, como o Estado do Rio de Janeiro, esses grupos puderam assumir um papel mais progressista, na tentativa de buscar alternativas reais ao sistema de trabalho cuja falência era iminente. Nesses casos, pregavam a diversificação agrícola, as alterações no regime de trabalho e na posse da terra, a educação tomada no seu sentido mais amplo desde a difusão de conhecimentos técnicos até a formação de um novo espírito para a classe agrária, o associativismo e o crédito agrícola.

A Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) emergiu nesse contexto. Fundada na antiga capital federal por homens ligados aos interesses agrícolas, influenciados pela República nascente e mobilizados pela idéia de construir uma sociedade racional e científica. Em sua maioria formados pela Escola Politécnica, amavam a Ciência e eram profundamente críticos com relação à tradição bacharelesca da sociedade de seu tempo. Acusavam os “homens de letras”, que geralmente herdavam da terra suas maiores ou menores fortunas, de desconhecer inteiramente no que consistia a administração de um empreendimento agrícola e seus métodos de trabalho, delegando grandes responsabilidades a empregados desqualificados, que, sem acesso a conhecimentos atualizados, não tinham condições de introduzir no campo as mudanças urgentes que a conjuntura econômica reclamava. Para aqueles “agricultores científicos”, não havia mais tempo a perder.



Tarefas, campanhas e missões

Alguns pontos do programa da SNA constituíam-se em metas políticas imediatas, objetivos considerados fundamentais, mas de dimensão conjuntural. O exemplo mais antigo e um dos mais importantes desse tipo de causa abraçada pela Sociedade Nacional de Agricultura foi a mobilização contínua e intensa que propiciou a recriação do Ministério da Agricultura, extinto em 1892 e reorganizado em 1907.

Outras metas podem ser consideradas de médio alcance, traduzindo-se em posturas mais duradouras que muitas vezes atravessaram décadas, concretizadas pela promoção de eventos, debates ou mesmo verdadeiras campanhas. É o caso, por exemplo, das discussões acerca dos usos industriais do álcool.

Alcool

Pioneirismo na agroindústria

A ênfase na vocação agrícola do País não se opunha, por princípio, aos esforços industrializantes. Ao contrário, algumas vezes foi na indústria que a SNA buscou solução para impasses em setores agrícolas relativamente arcaicos, porquanto presos a padrões técnicos e administrativos da monocultura. Foi exatamente o que aconteceu quando a SNA inaugurou o debate sobre os novos mercados a serem criados para a cultura da cana-de-açúcar, depois de tornar-se evidente a inviabilidade de seus preços frente à grande concorrência internacional, às altas taxas alfandegárias e à extinção dos incentivos governamentais.

Foi em meio a esse debate que a SNA trouxe, para seus sócios, as conclusões de uma conferência realizada em Bruxelas, dedicada ao estudo das aplicações industriais do álcool'. Tal inspiração norteou as propostas da SNA, apresentadas à Conferência Açucareira da Bahia, em 1902, quando chamou a atenção para a necessidade de investimentos nessa área. Graças a esses esforços, e à

propaganda de esclarecimento sobre o tema, naquele ano foi aprovado o projeto de lei que isentava dos impostos de importação, diversos materiais relacionados às aplicações do álcool como combustível.

Em 1903, a SNA preparou um número de *A Lavoura* seu órgão oficial, inteiramente dedicado ao tema do açúcar e das aplicações do álcool, tratando inclusive da inserção do produto na economia de diversos estados brasileiros. Seu objetivo era o de orientar a lavoura açucareira em crise, considerando que não caberiam as soluções miraculosas como pede a "sofreguidão das vítimas diretas desse penosíssimo transe", mas um estudo ponderado da situação².

Vale ressaltar que não se tratava apenas de uma proposta teórica. A própria Sociedade Nacional de Agricultura realizou, no Rio de Janeiro, ainda em 1903, a I Exposição Nacional de Aparelhos a Álcool, simultaneamente ao Congresso das Aplicações Industriais do Álcool, com apoio da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Depois de um longo período fora de evidência, na década de 30, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, o tema das aplicações do álcool carburante voltou ao centro dos debates. Além da busca de uma solução para os problemas da indústria açucareira, as dificuldades para a importação de gasolina mobilizaram mais uma vez a SNA, que apresentou diversos trabalhos e pareceres aos órgãos governamentais, contribuindo para o esforço empreendido em torno da questão.

A par das campanhas, mais reivindicatórias ou mais inovadoras, havia ainda outros objetivos no horizonte de atuação da SNA, que mais se aproximavam de paradigmas de ação de longo prazo. Tais objetivos ganharam continuidade e consistência admiráveis, a tal ponto que passaram a definir o próprio caráter da entidade. Nesse grupo, com certeza, destaca-se a educação.

A difusão

Em direção à educação formal

A Escola Wencesláo Bello

A Faculdade de Ciências Agroambientais

Ambientalismo



s sentidos da educação agrícola



difusão

Em geral, para os espíritos iluministas do final do século 19, a difusão de conhecimentos consistia na forma mais segura de tornar feliz e próspera a vida no campo e, em decorrência disso, já que toda a economia do País se confundia com a economia agrícola, mais feliz e próspero o próprio Brasil. Para tanto, a SNA imaginou, planejou e realizou todo um programa de educação informal ou, como se dizia à época, de "propaganda agrícola". Ela mesma, tendo surgido no âmbito dos famosos "comícios agrícolas", assumiu como principal atividade de seus primeiros anos a realização de seminários, congressos e exposições, como forma de congregar e ao mesmo tempo informar a classe agrícola. A motivação didática de tais empreendimentos não obscurecia, antes reforçava sua dimensão política, já que desses encontros nasciam propostas dirigidas aos governos estaduais e federal sobre os mais variados temas ligados ao universo rural, inúmeras vezes acolhidas.

Esses conclave foram promovidos ao longo de toda a história da Sociedade Nacional de Agricultura, mas ganharam um novo impulso a partir da década de 70 do século passado, com a realização de fóruns de discussão, congregando especialistas e autoridades em torno de uma pauta sempre atual de questões. A sensibilidade dos dirigentes da entidade para a formulação dessas agendas pode ser avaliada pelas

publicações que resultaram desses encontros, como é o caso, por exemplo, dos *Anais do Fórum da Agricultura*, de 1993, e dos *Anais do 1º Congresso de Agribusiness* de 1997, já mencionado.

Ainda no campo da difusão, o papel desempenhado pela revista *A Lavoura* merece destaque. Desde 1897, essa publicação tem se voltado para a transmissão de novos conhecimentos técnicos sobre a conservação e o melhoramento do solo, das culturas e das criações, como forma de eliminar o empirismo rotineiro que, segundo alguns autores do início do século 20, se apoderara do empreendimento agrícola, por tanto, tempo fundado numa lógica escravocrata e predatória. Além disso, a partir de uma perspectiva ampliada dos conceitos de educação e propaganda, seus textos buscam colaborar para a formação de uma nova mentalidade nos próprios agricultores, chamados a encarar sua atividade com orgulho e como verdadeiros empresários modernos, associados à Ciência e a formas institucionais mais lógicas.

A continuidade da revista seria, por si só, digna de admiração num contexto tão adverso à longevidade das iniciativas culturais. Mas *A Lavoura* tem feito mais do que simplesmente continuar existindo. Há alguns anos, publicou diversas edições dedicadas a assuntos específicos, como é o caso do *Manual de Controle Biológico*, pioneiro na orientação sobre a conservação do meio ambiente; dos *Anais do Seminário Internacional de Crédito Rural*, de 1982; e do *Seminário Nacional de Reforma e Justiça Agrária*, de 1988. Hoje, a maioria dos artigos publicados refere-se à atualidade técnico-científica, com destaque para trabalhos feitos por pesquisadores, em grande número da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). *A Lavoura* mantém, ainda, uma seção permanente destinada à extensão rural, outra sobre agronegócio e biotecnologia, além de um espaço reservado à Sociedade Brasileira de Proteção Ambiental (Sobrapa).

Buscando manter-se sempre atualizada, a SNA tem, hoje, uma *home page*, inaugurada em janeiro de 1996 (www.sna.agr.br), que além de disponibilizar informações sobre seus programas e realizações, apresenta os artigos da edição da revista que estiver circulando. Após um século de publicação, *A Lavoura* conquistou o espaço virtual.

Contudo, os eventos e a edição da revista apenas anunciam o empreendimento educacional assumido pela Sociedade Nacional de Agricultura. De fato, tanto do ponto de vista formal, quanto daquele que poderíamos definir como político, ou mesmo cívico, a SNA tem procurado cumprir a verdadeira missão a que se propôs desde sua fundação, como veremos, a seguir.

Capa do primeiro volume da revista *A Lavoura*.





Em direção à educação formal

A importância de investimentos em educação agrícola é tema de destaque desde o primeiro número de *A Lavoura*. A melhoria das técnicas agrícolas era vista não apenas como capaz de garantir a qualidade do produto nacional, tornando-o competitivo nos mercados externos, mas também necessária ao desenvolvimento da policultura, igualmente fundamental para a recuperação do campo e para libertar o País da importação de alimentos.

A época, falava-se da necessidade de uma ampla reforma agrícola, que não se restringisse apenas à introdução de inovações técnicas. Com efeito, os concorrentes estrangeiros não eram os únicos inimigos a vencer. Segundo os contemporâneos, talvez mais importante fosse o combate à rotina e à ignorância, que emperravam o desenvolvimento no campo.

Métodos científicos, pesquisas sobre a qualidade dos solos, insumos e produtos obtidos, transformação da agricultura extensiva em intensiva, adequação ao sistema de trabalho implantado com os núcleos de imigrantes estrangeiros, etc., eram inovações dirigidas ao trabalhador agrícola, visando à alteração de sua capacidade produtiva e de sua auto-imagem, além de buscarem sensibilizar as autoridades responsáveis pelo setor.

Naquele período, o investimento em educação freqüentemente estava associado à criação de campos de demonstração a serem instalados pela União, nos estados. Embora as descrições acerca de tamanho, culturas e instalações necessárias aos referidos campos variassem, o modelo estava diretamente informado pela experiência francesa das estações agrônômicas criadas por Louis Grandeau, como forma de regenerar a agricultura francesa após a Guerra de 1870.³

Algumas vezes, como no caso do projeto de Vaz Pinto Coelho da Cunha, publicado em 1892, e discutido em congresso de agosto de 1897, realizado pela SNA, a proposta desdobrava-se, surgindo os campos de experiência e os campos de demonstração. Os primeiros serviriam para a produção do vegetal mais perfeito possível, por meios científicos, enquanto os últimos, para apresentá-lo e ensinar seu cultivo aos agricultores na forma de empreendimentos comerciais em miniatura. As escolas especiais e superiores de agricultura deveriam pautar-se por essas experiências educacionais, a serem implantadas pelas municipalidades, e não o contrário.⁴

Além de tais estabelecimentos de ensino profissional, também esperava-se que o ensino agrícola fosse introduzido na instrução primária. Mais uma vez, fazia-se forte o exemplo da França, onde, em 1840, a agricultura passara a figurar como matéria facultativa e mais tarde obrigatória nas escolas. Mas o programa educativo veiculado nas páginas de *A Lavoura*, em diversas matérias publicadas nos primeiros anos de sua circulação, incluía ainda a criação de orfanatos e colônias agrícolas, de estações agrônômicas e meteorológicas. Portanto, mais uma prova da presença do ensino na atuação da Sociedade Nacional de Agricultura, desde seus primeiros tempos.

Escola Wencesláo Bello

Em 1899, a Sociedade Nacional de Agricultura recebia, por transferência efetuada pelo Ministério da Viação, Indústria e Comércio, a antiga Fazenda Grande da Penha, transformada por seu então presidente José Cardoso de Moura Brasil, em Horto Frutícola da Penha. Nesse estabelecimento, além da manutenção de viveiros de plantas, que forneceram mudas gratuitamente durante muitos anos, foram instalados os propalados campos de demonstração e experiência, voltados para pequenos lavradores.

Em pouco tempo, a escola foi organizada, ficando conhecida como Aprendizado Agrícola da Penha e, em 1921, foi batizada de Aprendizado Agrícola Wencesláo Bello. Iniciava-se, nesse estabelecimento, uma longa história de atividades educativas: as idéias deixavam o papel e começavam a mudar hábitos e a gerar conhecimentos práticos, a ajudar pessoas e multiplicar efeitos.

Foto: A Lavoura



Panorâmica dos jardins de Escola Wencesláo Bello.

Já em 1926, ao assumir a presidência da Sociedade Nacional de Agricultura, Ildefonso Simões Lopes vislumbrou o sonho de tomar o Horto Frutícola da Penha uma instituição modelar de ensino técnico agrícola. De fato, apesar da série de benfeitorias realizadas pela SNA em seu terreno, seriam necessárias instalações mais condizentes com as modernas práticas de cultivo do solo, para que fosse possível melhorar a produção hortícola em toda a zona do antigo Distrito Federal, Baixada Fluminense e outras regiões produtoras próximas. Para obter recursos para esse fim, Ildefonso Simões Lopes pleiteou autorização para a alienação de uma faixa do terreno do Horto, que, em 1917, havia sido definitivamente doado à SNA, sob a condição de inalienabilidade.

O caminho burocrático e político que levou à aprovação, pelo Ministério da Agricultura, do plano de remodelação do Horto e da criação da Escola de Horticultura Wencesláo Bello (EHWB) foi longo, mas compensador. Em 15 de maio de 1937, inaugurava-se a EHWB, com a presença do então presidente da República, Getúlio Vargas; do então presidente da SNA, Ildefonso Simões Lopes; do vice-presidente em exercício, Arthur Torres Filho; do diretor do Horto e da nova escola, Antônio de Aruda Câmara.

No Regimento Interno da Escola de Horticultura Wencesláo Bello, instituído no mesmo ano, mais uma vez, os antigos ideais assumiam uma feição bastante concreta. O ensino da horticultura, da fruticultura e de outras especialidades agrícolas poderia ser ministrado em cursos rápidos ou temporários, criados já em 1934, e destinados aos lavradores que desejassem esclarecimentos técnicos para o melhor desempenho do ofício, ou em cursos permanentes ou regulares, de duração de 3 anos, destinados a formar horticultores e voltados, preferencialmente, aos jovens filhos de agricultores. O avanço da agricultura dependia da difusão das melhorias técnicas e da fixação de um novo tipo de profissional no campo. E dessa tarefa encarregou-se a EHWB, nos seus 67 anos de existência.

Hoje, situada numa área ecológica de 144.000 m² na Avenida Brasil, no Bairro da Penha, na cidade do Rio de Janeiro, a Escola Wencesláo Bello ministra, mensalmente, cerca de 30 cursos de extensão de cunho técnico e agronegócios, entre os quais os de administração rural, apicultura, avicultura de corte e avicultura alternativa, bovinocultura, criação de capivaras, de camarões, de codornas, de coelhos, de *escargots*, de minhocas, de rãs, de suínos, sobre fruticultura, hidroponia, horticultura, jardinagem e plantas medicinais.

No Campus da Penha, circulam, anualmente, mais de 3 mil alunos, que, na prática dos cursos, dispõem de um horto (com 5.000 m², produzindo de 5 mil a 8 mil mudas por mês), de hortas e viveiros de plantas medicinais, de um minhocário (de 100 m², com produção média de 4.000 kg de húmus a cada 60 dias) e de criações modelares de suínos, capivaras, coelhos, codornas e outros animais.

Atualmente, os cursos são procurados por pessoas de classe média, que têm profissões urbanas, possuem nível médio ou superior e vivem na Zona Sul ou Norte da cidade do Rio de Janeiro. Sua motivação principal é começar negócios na área rural, muitas vezes com base num pequeno sítio adquirido como opção de lazer, mas que passa a ser vislumbrado como opção economicamente atraente.

A partir de meados da década de 90, os cursos mais procurados passaram a ser os oferecidos aos sábados, em 7 semanas, especialmente os que ensinam a criar rãs, *escargots* e minhocas. E muitos dos ex-alunos desses cursos já estão lucrando com essas criações alternativas, sendo que alguns mudaram de profissão e hoje se dedicam, integralmente, à nova atividade.

Essa viabilidade econômica é discutida nos cursos, que focalizam todas as etapas de produção, da seleção de sementes ou de matrizes à colocação dos produtos no mercado. Em primeiro lugar, o empreendimento deve

atender a uma demanda e não apenas à inclinação de quem deseja se aventurar como pequeno empresário rural. Questões menos evidentes – como a da embalagem mais adequada para os produtos beneficiados e a das pesquisas de preço necessárias para a escolha dos melhores fornecedores – são igualmente debatidas nos cursos.

Na verdade, a Escola Wenceslão Bello tem acompanhado e colaborado para a mudança conceitual que atinge os cursos da área agrícola e que está relacionada às discussões mais recentes acerca da indústria do agribusiness, que se define, exatamente, a

partir de uma perspectiva abrangente, incluindo todas as etapas de produção, chegando ao beneficiamento e até à exportação.

Outro aspecto importante e que pauta a atuação da Sociedade Nacional de Agricultura – e não poderia deixar de estar presente nas atividades didáticas que recebem sua chancela – é a preocupação com o meio ambiente. Ecologia e retorno financeiro não são incompatíveis, muito pelo contrário. São lados da mesma moeda nos cursos promovidos pela Escola Wenceslão Bello, elaborados dentro do conceito de agricultura racional.

Foto: Step Color



Pavilhão principal do Campus da SNA, localizado no bairro da Penha, no Rio de Janeiro.



Faculdade de Ciências Agroambientais

Outro empreendimento da Sociedade Nacional de Agricultura na área educativa, de história mais recente, mas não menos meritória, é a Faculdade de Ciências Agroambientais (Fagram), criada em 1995, com o curso de Zootecnia. Trata-se da única faculdade agrícola na cidade do Rio de Janeiro, o que significa que os jovens desejosos em obter formação acadêmica na área agrícola não precisam mais enfrentar a até então necessária transferência para o interior fluminense ou para outros estados. O perfil dos alunos também é urbano e caracterizado por uma tentativa de conciliação entre o meio rural e o urbano, a maioria residindo no Rio de Janeiro e em cidades adjacentes, como Niterói.

As aulas teóricas e práticas são ministradas no Campus da Penha, onde foram instalados modernos laboratórios e o aluno pode ainda desfrutar da área verde, das instalações de criação e das hortas experimentais mantidas pela Escola Wencesláo Bello. Contudo, o principal atrativo da Fagram reside na qualidade dos currículos dos cursos, orientados por padrões modernos que visam ao atendimento das necessidades do mercado de trabalho. Além disso, por estar vinculada a uma instituição de tradição e de renome no setor agrícola, a faculdade disponibiliza, a seus alunos, estágios em fazendas e empresas do setor de agribusiness.

O curso de Zootecnia tem ênfase em aquicultura, meio ambiente, animais silvestres e melhoramento genético animal.

Tanto os alunos da Fagram como os da Escola Wencesláo Bello têm ainda à sua disposição, a Biblioteca Edgard Teixeira Leite, instalada no Campus do bairro da Penha, no Rio de Janeiro, que conta com um acervo sobre assuntos agropecuários de cerca de 40 mil volumes. Considerada uma das mais completas na área, essa biblioteca é depositária da Food and Agriculture Organization (FAO), desde 1975.

A Escola de Pós-Graduação em Administração (EPGA), também inaugurada em 1995 e dedicada à organização de cursos em nível de especialização, é outro organismo da Sociedade Nacional de Agricultura, que atua na área de ensino. Os cursos de Pós-graduação em Administração de Sistemas de Informação, Contratos com o Governo e Formação de Gerentes são algumas alternativas oferecidas pela EPGA.

Em 1994, a SNA já inaugurara o Centro de Estudos Avançados em Meio Ambiente e Desenvolvimento (Ceamide), funcionando na sua sede. Dedicado à pesquisa e ao ensino, o Ceamide iniciou suas atividades com o curso de Planejamento Ambiental e Paisagístico, logo seguido pelo de Especialização em Animais Silvestres. Essa iniciativa, na verdade, veio dar autonomia no campo da educação formal, a preocupações bastante antigas, que podem mesmo caracterizar uma postura precocemente ambientalista da Sociedade Nacional de Agricultura.



Aula prática do curso de Zootecnia da Faculdade de Ciências Agroambientais (Fagram).

28

Ambientalismo

Pouco antes do início do século 20, o tema dos desmatamentos indiscriminados estava na pauta de discussões da Sociedade Nacional de Agricultura e de vários de seus sócios, quando estes se manifestavam individualmente. Também nesse campo a SNA demonstrava o quanto podia assumir posturas que, sintonizadas com as diretrizes mais atuais, antecipavam-se a qualquer iniciativa governamental e, mais, acabavam por orientar-lhe a direção futura.

Assim, é que mesmo no ano de sua fundação, já era possível contar uma série representativa de trabalhos de associados sobre o tema, como os de Antônio Cândido do Amaral (um opúsculo intitulado *Questões de Sylvicultura*), os de Germano Vert (apresentados em conferências proferidas na própria SNA), de seu presidente Ennes de Souza (o folheto cujo título é *Águas e Florestas*) e vários artigos desses e de outros sócios, publicados nas seções *Semana Agrária* e *Revista Agrônômica*, respectivamente dos jornais fluminenses *Diário de Notícias* e *Diário do Comércio*, a partir de 1890 e 1891.

Naquela época, as atenções eram dirigidas para os grandes estragos provocados pela exploração descontrolada e não-regulamentada do combustível mais largamente utilizado, a lenha, que já começava a apresentar seus efeitos nefastos. Era necessário combater esse outro tipo de rotina agrícola, tão distante dos modernos métodos de exploração e gerenciamento. A idéia central defendida era a de que "as grandes derrubadas não são nem úteis nem necessárias" e, por isso, aqueles que fazem do carvão e da lenha o seu comércio, aqueles que usufruem desses recursos dados quase gratuitamente pela natureza, teriam o dever de repô-los por meio do replantio das matas derrubadas.⁵ Era a noção de reflorestamento e de exploração auto-sustentada que, só mais recentemente, tornou-se política de Estado formalizada e efetivamente imposta, ainda que, em grande parte, não respeitada.

Nessa campanha, era divulgada para um largo círculo de leitores leigos, uma visão claramente sistêmica do ambiente natural e das formas de exploração que deveriam ser utilizadas, onde o que estava em jogo não era apenas o esgotamento de um recurso, mas também as conseqüências globais do desequilíbrio provocado pelas ações do homem, que alteravam o clima e o regime das águas, repercutindo não apenas sobre as espécies animais, algumas já naquela época sob ameaça de extinção, como, segundo apontava um artigo de Von Hering⁶, sobre o próprio homem.

Com relação a outros temas, muitas vezes, as reflexões vinham associadas à tradução de artigos de autores estrangeiros e à transcrição de experiências e de normas que poderiam servir como modelo útil para o Brasil.

Por exemplo, a mensagem do presidente americano Theodore Roosevelt ao Senado e à Câmara dos Estados Unidos na qual apresentava um extenso estudo do Ministério da Agricultura daquele país, sobre a situação das florestas, rios e montanhas da Região Sul ganhou grande destaque e concluiu pela necessidade de criação de uma reserva florestal nacional.

O exemplo dessa reflexão deveria servir à proteção de regiões com funções ecológicas semelhantes, como eram as matas da Serra da Mantiqueira, da Serra do Japy e da Serra da Cantareira. Mas as experiências nacionais também tinham espaço nas páginas de *A Lavoura*, que apresentou o regulamento sobre o regime florestal do Rio Grande do Sul, de 1900, como exemplo de iniciativa moderna que se coadunava, perfeitamente, com o perfil de um estado que praticava a policultura, as modernas práticas agronômicas e a atividade pastoril.

A postura ambientalista tem sido uma constante ao longo da história da Sociedade Nacional de Agricultura, que sempre buscou refletir sobre o binômio agricultura/meio ambiente, entendendo que o sucesso da primeira só é possível e duradouro se o segundo termo for uma preocupação constante no planejamento e nas realizações do setor agrícola.

A postura ambientalista evoluiu, a ponto de acabar ganhando autonomia no interior das reflexões da SNA, dando origem a outra Sociedade, independente e especificamente dedicada ao tema. Isso ocorreu em 1987, quando, por iniciativa do atual presidente, Octavio Mello Alvarenga, foi constituída no Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira de Proteção Ambiental (Sobrapa), organização não-governamental, sem fins lucrativos. A partir de 1989, a Sobrapa ficou responsável por um boletim de quatro páginas, publicado em *A Lavoura*, por meio do qual tem buscado transmitir informações e dados sempre atualizados, relativos ao patrimônio natural do País e às políticas governamentais adotadas no campo ambiental, visando à orientação daqueles que se dedicam às lides rurais.

Assim, a SNA vai cumprindo seus desígnios, que não são os de centralizar ações e reflexões, na pretensão de monopolizar temas, mas, ao contrário, de fomentar iniciativas, favorecendo, tanto quanto possível, como veremos a seguir, com relação ao associativismo, sua multiplicação e articulação, de maneira que o perfil do campo brasileiro possa se transformar, em contato com suas próprias forças.

Fotos: Arquivo Embrepa



Foto aérea da Mata Atlântica e desmatamento (detalhe).



Lavoura Irrigada no Campus
Educatonal da SNA, no bairro
da Penha, RJ.

Associativismo

Campanha e expansão

Princípios e modelos

Associativismo e crédito agrícola

Associativismo hoje: rápido percurso

Tarefa que se repõe



formação do novo
homem do campo



Associativismo

A dimensão formativa da atuação da SNA, ligada a uma idéia de transformação mais profunda, tinha como um dos seus pontos altos, que ao mesmo tempo lhe servia de meio e de meta, o associativismo rural, objetivando “unir o homem do campo e, pela união, dar-lhe a consciência da própria força”.⁷

Segundo esse antigo ideário, as associações seriam o “instrumento de emancipação da agricultura”, pois deveriam colocar o produtor diretamente em contato com o consumidor, eliminando os intermediários, “elementos parasitários que arruinam a ambos”.

Assim, desde os primeiros tempos, a SNA apontava para a necessidade de reverter o isolamento do agricultor, difundindo os modelos de associativismo desenvolvidos nos países europeus. Não foram raras as transcrições de artigos de teóricos e políticos franceses, italianos e alemães publicados em *A Lavoura*, sobre o assunto. Também eram comuns as transcrições de estatutos de associações já existentes no exterior ou mesmo das primeiras surgidas no País, que eram oferecidos como inspiração e incentivo ao avanço do associativismo.



Campanha e expansão

Entre as finalidades dessas associações, havia um certo conjunto de objetivos presentes que se apresentavam como perfeitamente adequados às discussões encaminhadas pela SNA. Tais objetivos eram, por exemplo:

- Propor e examinar reformas legislativas e medidas econômicas relativas à agricultura.
- Propagar o ensino agrícola.
- Promover o ensaio de culturas, insumos e maquinarias.
- Animar e criar instituições e sociedades de crédito e ajuda mútua.
- Servir de intermediário comercial de produtos e insumos agrícolas, assim como fornecer árbitros e peritos para tudo o que dissesse respeito à profissão agrícola e questões litigiosas rurais.

Ainda em 1899, contando com a participação direta da SNA, são criados o Centro da Lavoura de Café do Brasil e a Sociedade Brasileira para a Animação da Criação e Agricultura.

No primeiro caso, em associação com o Centro dos Lavradores Paulistas e, tendo por objetivo amparar a lavoura por meio da "propaganda séria, constante, tenaz, feita pelos lavradores auxiliados pelo governo da União e pelos estados" para reverter a imagem do café brasileiro no exterior, onde o produto estava sendo considerado de baixa qualidade.⁸

No segundo caso, em associação com um grupo de agricultores brasileiros residentes em Paris, França, tendo como principal tarefa publicar manuais e criar um fluxo mais constante de notícias sobre o avanço do movimento agrícola nos países europeus.⁹

No entanto, tais iniciativas associativistas não conseguiam se equiparar, nas palavras de Wenceslão Bello, ao tamanho "do perigo que nos ameaça"¹⁰, até o forte incremento do I Congresso Nacional de Agricultura, de 1901, que contou com o apoio do presidente Campos Salles e o auxílio do Congresso Nacional. A Resolução nº 21, aprovada no I Congresso, previa o incentivo à cooperação e aconselhava a união dos agricultores sob a forma de sindicatos, além da organização de "sindicatos centrais" na antiga capital federal e nas capitais dos estados.

Mais tarde, a Resolução ganharia a forma de projeto, que, enviado à Câmara e apoiado pela Comissão de Agricultura, recém-criada por ingerência direta da SNA, converteu-se na Lei 979 (6/1/1903), que em pouco tempo apresentaria resultados. Uma pesquisa, promovida pela própria SNA, acerca das conseqüências dessa mobilização no País, propiciam uma visão parcial e instantânea, mas ainda assim representativa, do incremento gerado.¹¹

Na Bahia, por exemplo, criou-se o Sindicato Açucareiro e, ligadas a esse órgão de classe, duas cooperativas: uma de açúcar e outra de álcool. Surgiram, ainda, pequenas cooperativas de consumo, e a própria legislação estadual passou a prever (Lei nº 474, de 5/9/1902) o Banco de Crédito da Lavoura da Bahia. Em Pernambuco, na Conferência Açucareira de Recife, foi anunciada a criação de 9 sindicatos representando 15 municípios, secundada pela criação de uma União dos Sindicatos locais pela formação de uma cooperativa de produção e venda. Em 1902, em Alagoas, foi fundada a Sociedade Alagoana de Agricultura, basicamente por agricultores de cana, sendo composta, depois da lei de 1903, por uma Câmara Sindical com diretoria própria, e uma Caixa de Crédito Agrícola.

No Sul do País, a Sociedade Catarinense de Agricultura já havia sido criada desde 1880, especialmente voltada para a organização da exportação de folhas de fumo para a Alemanha. O número de seus associados dobrou em 3 anos, chegando a uma média de 100 sócios que exportavam cerca de 150.000 kg de folhas de fumo por ano.

Em 1898, os colonos italianos de Blumenau, SC, aconselhados por seu cônsul, criaram, também, uma sociedade cooperativa, com armazém para servir aos seus 50 sócios. Ainda em 1901, como resultado do impulso associativista já mencionado, foram fundadas em Blumenau, SC, outras três cooperativas de consumo, cada uma com 50 sócios: em Carijó, SC, uma cooperativa de produção e consumo, agregando 300 famílias alemãs; em Urussanga, SC, um sindicato agrícola com 40 sócios dedicados apenas à propaganda; em Joinville, SC, um sindicato de produção e comercialização de manteiga com uma "caixa rural" própria. Todo esse movimento pressionava o governo de Santa Catarina a preparar uma legislação estadual específica para a regulamentação do associativismo naquele estado.

Não existem informações igualmente detalhadas para os outros estados, mas esse impulso também já era sentido na Região Centro-Sul do País, com destaque para os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e, é claro, São Paulo.

Em 1903, fruto da mobilização liderada pela SNA, foi aprovada mais uma legislação que objetivava viabilizar e regular essa expansão, "**facultando aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para a defesa de seus interesses**".¹²

Em 1908, o impacto dessa campanha possibilitou que fossem contabilizados 188 sociedades, associações ou institutos agrícolas¹³, não mais circunscritos aos grandes centros produtores ou aos seus arredores, mas penetrando em todas as Unidades da Federação, atingindo pequenas cidades nos extremos e no interior do País. Um desenvolvimento realmente surpreendente, se levarmos em conta todas as dificuldades de comunicação e de transporte do período, as quais faziam com que, muitas vezes, a expansão do associativismo dependesse de inúmeros sacrifícios.



Princípios e modelos

Na verdade, a idéia de associar a classe agrícola englobava um leque muito variado de formas de organização, objetivos e métodos, cujo elo comum passava, fundamentalmente, pela ruptura com o "individualismo" e pela constituição de um grupo enquanto classe. Por isso, a campanha da SNA visava à multiplicação pura e simples das mais variadas formas de organização, ainda que ensejasse uma certa orientação com base nos modelos internacionais disponíveis, adaptados às condições brasileiras.

A forma mais comum de associativismo apresentada pela SNA era o cooperativismo, pensado como a melhor e talvez única forma de dotar os pequenos e médios proprietários de meios para a mecanização e a diversificação da produção, inalcançáveis individualmente, assim como de conferir-lhes condições de suportar a especulação dos comerciantes. Mas era também mais que uma simples forma de administração de recursos. Era um conjunto mais ou menos complexo e extenso de idéias sobre o próprio funcionamento da economia e da sociedade, sustentado não exatamente numa filosofia formal, mas principalmente num ideário fundado em experiências concretas, distribuídas por diversos países.

Uma forma ampla de definir o cooperativismo era como "a mais acentuada tendência para transformar a solidariedade involuntária ou mesmo imposta, em solidariedade voluntária ou aceita livre e conscientemente"¹⁴, capaz de proporcionar uma nova orientação à evolução social, ao dispor como prioridade sobre o bem-estar dos indivíduos, ou da coletividade. Esses ideais teriam se expandido pela Europa, principalmente depois de 1870, quando os pequenos capitais começaram a se associar, haja vista a superação de dificuldades ou mesmo o enfrentamento de empreendimentos coletivos de grande porte, como certos ramos da indústria.

Por sua vez, tais cooperativas poderiam assumir, basicamente, três formas:

- A das cooperativas de consumo, cujo objetivo era o barateamento das mercadorias para seus compradores, por meio da reunião dos capitais de diversos consumidores para a compra à vista, no atacado.
- A das cooperativas de produção, que visavam à associação dos esforços e dos recursos dos trabalhadores como forma de dispensar os empresários donos das máquinas e do capital necessário à compra da matéria-prima.
- A das cooperativas de crédito mútuo, em que cada associado entrava com uma certa cota, em prazos determinados, para formar o capital necessário aos adiantamentos ou empréstimos a ser concedidos a seus membros, sem a perspectiva do lucro privado comum aos bancos comerciais.

Eram muitos os exemplos concretos, citados ao longo do tempo nos artigos de *A Lavoura*, para orientar os leitores sobre a viabilidade do cooperativismo. No caso dos franceses, a questão passava, principalmente, pelo cooperativismo de produção, mas também por uma abordagem mais teórica do assunto, com citações e transcrições de autores como Meline, que publicou *Le retour à la terre*.

Outro grande exemplo de desenvolvimento do cooperativismo de produção era a Dinamarca, país pequeno em área geográfica e desfavorecido do ponto de vista agrícola, mas cujos produtos de laticínio eram apreciados internacionalmente, sendo quase todos originários de cooperativas de pequenos proprietários. Esse exemplo era usado, especificamente, como sugestão de modelo para o caso do algodão no Rio de

Janeiro, cujos lucros, segundo diagnóstico da época, iam para as mãos dos intermediários, que eram também os donos das máquinas descarçadoras.¹⁶

Contudo, na busca da definição de um modelo a ser seguido, a Alemanha surgia como uma situação paradigmática, que até mesmo dentro da Europa estava servindo para orientar a organização da classe agrária, como na Itália. Em contraste com seu desenvolvimento industrial, sua grave crise agrícola era apresentada como problema que vinha sendo superado pela absoluta generalização da cooperação¹⁸, que penetrava todos os ramos da atividade agrícola. No caso alemão, o cooperativismo era, basicamente, o de crédito mútuo.





Associativismo e crédito agrícola

“Dize-me como funciona o crédito numa época ou lugar, e dir-te-ei o que é, aí, a lavoura”¹⁷. Era assim que, nos primeiros tempos da Sociedade Nacional de Agricultura, momento em que se definia o perfil e a linha de ação da instituição, seu fundador e então presidente, Antônio Ennes de Souza, formulava a relação entre crédito e agricultura. Com efeito, a questão das formas de financiamento da produção agrícola, tão conhecida nos debates atuais, assumia um lugar central entre as bandeiras levantadas pela SNA, ao lado do ensino e do associativismo agrícolas.

Segundo esse ideário, era para a pequena lavoura, para o pequeno cultivador sem outro recurso, que sua probidade – até mesmo sem a terra – que o crédito deveria ser especialmente organizado, sob a forma das sociedades cooperativas, dos bancos regionais, enfim, do crédito agrícola organizado tal como mostravam as experiências bem-sucedidas da Escócia, da América do Norte, da Itália e da França. No entanto, a adoção de tal sistema não beneficiaria apenas o pequeno cultivador, já que por um largo efeito de multiplicação, imaginava o presidente da SNA, traria um desenvolvimento generalizado que poderia ser partilhado mesmo pelos proprietários já bem estabelecidos, ao valorizar, além das próprias terras cultivadas, também aquelas que lhes cercavam.¹⁸

Entre os diversos exemplos internacionais, destacava-se, também, o da Alemanha, com seu sistema Raiffeisen. As associações de Raiffeisen eram constituídas com o objetivo do crédito mútuo destinado às operações agrícolas, não exigindo destas senão um lucro moderado. Uma característica importante desse sistema, valorizada especialmente em função da conjuntura econômica que o Brasil vivia naquele momento, sob o abalo do “encilhamento”, era sua carga de compromisso filantrópico, sustentado no conhecimento local e recíproco entre seus participantes, recuperando os laços de solidariedade social (“empréstimo com solidariedade ilimitada”, nas palavras de Raiffeisen) como a maior fonte de garantia. Isso diferenciava, definitivamente, esse sistema, seus objetivos e métodos, do banco comum.

Outro exemplo também bastante valorizado, a partir do qual esperava-se chegar a um modelo útil à agricultura brasileira, era o da Cooperação Operária existente na Bélgica, formulado sob os parâmetros estabelecidos pelo economista alemão Schuktz-Delitzsch. A Cooperação Operária tinha o objetivo de viabilizar empréstimos quase diretos e de pequeno porte, por meio dos bancos populares, em lugar de alimentar as operações especulativas da bolsa, tão vivas naquele período, no Brasil.¹⁹

Esse ideário e a grande preocupação didática da Sociedade Nacional de Agricultura resultaram, em vários momentos, em matérias de *A Lavoura*, dedicadas a orientar, passo a passo, os lavradores sobre os procedimentos necessários à constituição de uma associação de crédito rural.²⁰



Associativismo hoje: rápido percurso

A primeira lei cooperativista surgiu em 1932, válida para todos os segmentos cooperados, como um instrumento do Estado para enfrentar as dificuldades econômicas herdadas da Primeira Guerra Mundial e da grande depressão subsequente. Incentivava, principalmente, as cooperativas de crédito e de consumo, mas com um forte teor intervencionista do Estado, diferentemente do modelo autonomista que vinha sendo propugnado pela SNA. Essa situação agravou-se com a legislação de 1941, quando, em troca de incentivos fiscais, o governo condicionou a liberdade de organização e de funcionamento das cooperativas ao registro, controle e fiscalização do Ministério da Agricultura.

Em meados da década de 50, frente ao esforço desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek de Oliveira, as cooperativas, que já haviam ganhado o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, no qual o Estado entrava com a maior parte do capital, foram fortemente incrementadas, em especial as produtoras de trigo do Sul do País. No entanto, em 1966, sob o peso das transformações decorrentes do Golpe de 1964, o Estado lançou novamente sua mão forte sobre as cooperativas, cancelando estímulos e incentivos tributários e fiscais, e restringindo o crédito.

Apesar da reforma relativamente liberalizante de 1971, que acabava com as proibições relativas ao crédito e permitia maior agilização nos sistemas de contratos, o Estado continuou a manter completa ingerência sobre todo o processo de constituição e funcionamento cooperativo, criando, para isso, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), à qual todas as cooperativas deveriam estar filiadas e à qual deveriam pagar uma taxa de contribuição cooperativa.

Essa situação só foi alterada com a promulgação da Constituição de 1988, na qual as organizações cooperativas conquistaram sua autonomia e passaram a ter maior papel na organização das políticas públicas para os setores de sua atuação. De fato, após a Carta de 1988, uma série de entidades criadas para o controle e a fiscalização das cooperativas foi extinta, restando apenas o Banco do Brasil, a Embrapa e o Departamento Nacional de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo (Denacoop), no exercício daquelas funções.²¹

Tarefa que se repõe

Frente a essas mudanças, a tão esperada autonomia do ramo cooperativista transforma-se no seu mais novo desafio, fazendo com que hoje se assista a um movimento semelhante àquele da passagem do século 19, isto é, a busca de novos modelos de organização. Toda a discussão descrita acima volta a encontrar sua atualidade. Tanto mais porque, no momento, vive-se uma nova situação econômica desfavorável à economia agrícola nacional, resultante da crise das décadas de 80 e de 90, e da perda das garantias governamentais, que colocaram o cooperativismo em cheque, como prova a dissolução da sua maior representante no País, a Cooperativa Central Agrícola de Cotia, SP, em 1994.

Crise de modelo e de conjuntura, mas que em nada aponta para uma perda de importância do setor, como demonstram os dados apresentados pelo diretor-superintendente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), durante o 1º Congresso de

Agribusiness. Segundo esses dados, a OCB reúne 1.400 cooperativas agropecuárias que agregam mais de 1 milhão de agricultores associados, representando 30% do PIB agrícola brasileiro, tendo participação em vários estágios do processamento agroindustrial e no comércio exterior.

Atualmente, algumas tarefas que se apresentam para o cooperativismo brasileiro são o aprimoramento do sistema de parcerias no âmbito do setor privado e das parcerias verticalizadas (produtores associando-se aos agentes de comercialização), além de fusões de pequenas e de médias cooperativas, dentro de um processo de transformação da mentalidade do agricultor e do criador, na direção de uma postura mais moderna, independente e sistêmica, para a qual aponta a própria noção de agribusiness, que tem sido objeto de reflexão sistemática por parte da SNA.

Esse diagnóstico transparece, também, em ações e declarações oficiais. Desde 1991, o Denacoop assumiu, como uma das suas tarefas, o Programa de Apoio ao Processo de Autogestão Cooperativista, coordenado pela OCB e executado em conjunto com as organizações estaduais de cooperativas.²²

Da mesma forma, em 1995, no lançamento do Plano de Interiorização do Desenvolvimento Rural, as palavras do então ministro da Agricultura ecoaram como antigas lutas da SNA relativas ao ideário do associativismo, quando afirmou que "a organização era o problema maior das comunidades que dependem da agropecuária" e propôs, como meta de ação governamental, "fortalecer o associativismo tanto para a produção quanto na comercialização", assim como para transmitir "tecnologias, práticas e técnicas mais produtivas num conceito de sustentabilidade" que não desperdice recursos, sejam eles naturais, humanos ou tecnológicos. Neste início de século, mais uma vez, o associativismo é visto como forma de levar melhores condições de trabalho e de vida para produtores rurais de pequeno porte, fixando-os no campo, aumentando a oferta de alimentos, a renda e a qualidade de vida no interior do País.²³

Contudo, como vimos, o problema básico retorna: que associativismo? Qual o novo modelo a adotar? É na tentativa de gerar respostas para essa questão premente que a SNA movimentou-se, buscando, novamente, adotar as experiências mais avançadas disponíveis no cenário internacional. Assim, no editorial de *A Lavoura* (edição de junho de 1997), o presidente

da Sociedade Nacional de Agricultura chamou a atenção para a postura relativamente conservadora de dois projetos de lei que tramitavam no Congresso Nacional, e que tinham como objetivo alterar a legislação cooperativista, quando comparados com as experiências européias mais recentes. Ambos os projetos não tocavam num dos pontos fundamentais que hoje (como há mais de 100 anos) envolvem o dilema das cooperativas, isto é, o problema do crédito, e não adotavam a postura mais aberta, segundo a qual não seria obrigatório o exercício de uma atividade econômica compatível com os objetivos da cooperativa, para o ingresso na mesma.

Nas legislações francesa, italiana e espanhola é permitida a existência de tipos distintos de associados participando das cooperativas: aqueles integralmente cooperados e aqueles que, sem engajamento direto na atividade cooperada, ainda assim, podem dela participar por meio do investimento puramente financeiro na entidade, como uma espécie de sócio-financiador. Como lembra o próprio Mello Alvarenga, isso talvez seja estranho aos "princípios que inspiraram os probos tecelões de Rochale"²⁴, mas não se trata de uma descaracterização, mas de uma ampliação, uma transformação das formas, visando à adequação aos contextos, para que o mesmo ideário, com mecanismos renovados, possa continuar gerando bons frutos. Tais mudanças – que estão direta e inevitavelmente associadas às transformações no comportamento, na composição e na visão da agroindústria – fazem parte de um novo conceito: o agribusiness.

Um novo contexto

O agribusiness no Brasil

Novos paradigmas

Reforma Agrária, Direito Agrário e Justiça Agrária

Biodiversidade

Desenvolvimento sustentável

Ecoturismo e agronegócio

Agricultura orgânica

Biotecnologia e transgênicos



Agribusiness

Um novo contexto

Criado pelo professor Ray A. Goldberg, o conceito de agribusiness nasce de uma mudança global na economia, na política e na tecnologia da produção agropecuária. Os antigos produtores primários, forçados pela permanente redução dos preços médios agrícolas, e cada vez mais próximos do esgotamento das políticas protecionistas, passaram a preocupar-se em agregar valor aos seus produtos, como forma de retirá-los do limite mínimo de rentabilidade ao qual foram progressivamente se aproximando.

Para agregar valor ao que produz, o agricultor e o criador tomam dois caminhos básicos. De um lado, trabalham para a redução dos custos de sua produção e para a diferenciação qualitativa do produto, por meio da incorporação de alta tecnologia na forma de insumos químicos, mecânicos e informáticos, assim como de pesquisas biogenéticas. De outro, trabalham no sentido da verticalização de sua participação na cadeia produtiva, deixando de entregar a produção in natura para apresentá-la ao mercado já beneficiada.

Em consequência disso, a política da produção agropecuária passa por profundas transformações.

Devido à enorme inversão de capitais exigida, surgem as coalizões de empresas e um grau inédito de competitividade que tende a concentrar os negócios num número progressivamente reduzido de agentes. Finalmente, muda também o lugar ocupado pela produção agropecuária, então pensada enquanto agribusiness, na economia e na sociedade, em especial a brasileira, passando a prevalecer uma visão sistêmica da cadeia produtiva, na qual o suprimento à produção, a transformação, o acondicionamento, a armazenagem, a distribuição e o consumo não podem mais ser pensados de forma separada. Na linguagem que se torna corrente, “tudo o que está antes e tudo o que está depois da porteira da fazenda” tem que ser integrado como parte do mesmo cálculo, antes restrito apenas ao processo produtivo “da porteira da fazenda para dentro”.

Pensado assim, o próprio recorte tradicional entre os setores primário, secundário e terciário da economia deve ser revisto, já que a agricultura não se distingue da indústria e dos serviços, mas antes passa a ser a matriz de um corte de outra natureza sobre a economia, integrando um setor que assume monumental importância econômica e social.



agribusiness no Brasil

Segundo estudos da Escola Superior de Guerra (ESG), historicamente, no Brasil, 60% da pauta de exportações, 47% do PIB, 40% das despesas familiares e 36% dos empregos referem-se ao agribusiness. De acordo com dados apresentados no 1º Congresso de Agribusiness, 16 das 40 maiores empresas exportadoras, assim como 115 das 500 maiores empresas no Brasil são de agronegócios.²⁵ Por isso, os efeitos dessas mudanças globais não demoraram a manifestar-se sobre a economia brasileira.

Um primeiro efeito pode ser constatado na estrutura produtiva, que, sob o impacto da introdução de tecnologia, tem reduzido custos de mão-de-obra e mesmo a área plantada. Assim, na produção de grãos, por exemplo, os dados relativos ao período entre 1990 e 1997 mostram um crescimento da produção de 37%, enquanto a área plantada diminuiu 3,5%.²⁶ Tal crescimento em produtividade tem feito com que o agribusiness surja na política econômica nacional como o principal redutor do déficit comercial.

Apesar desse quadro extremamente favorável, se considerarmos os dados sobre a área potencialmente agricultável e a composição das exportações brasileiras de produtos relacionados ao agribusiness, teremos uma idéia do que ainda há por fazer. Nosso território abrange 19% da área agricultável do mundo, mas somente 10% da área agricultável do Brasil, correspondente a 64% do território nacional, estão sendo cultivados²⁷, produzindo uma média anual de 160 milhões de toneladas de alimentos, enquanto a demanda nacional é de 200 milhões de toneladas.²⁸ Apesar de a parcela de produtos beneficiados estar crescendo no conjunto de nossa pauta de exportações, passando de 25% para 60% nos últimos 25 anos²⁹, os produtos in natura ainda compõem, em média, 28% dos produtos brasileiros exportados, enquanto a média mundial é de 19%.³⁰

O quadro apresenta-se, assim, de forma bastante ambivalente, havendo espaço tanto para os otimistas quanto para os pessimistas. Isso acontece, também, com a posição que vem sendo assumida pela política oficial brasileira, frente à generalizada abertura dos mercados, que hoje contempla, também, os produtos agroindustriais.

Se a redução dos subsídios e protecionismos – tarifários ou não – é uma boa notícia para o agribusiness brasileiro, que assim começa a conhecer formas de atingir mercados tão difíceis quanto o europeu e o americano, existem setores inteiros no Brasil que, antes mesmo do processo se completar, apresentam fortes sinais de crise, como é o caso do setor dos laticínios, sob o impacto do Mercosul. Novamente os críticos se ressentem da falta de uma política clara e bem definida que permita ao produtor brasileiro adequar-se à nova situação internacional e oriente as posições governamentais ao longo das sucessivas negociações para a abertura comercial brasileira, corrigindo a posição excessivamente tímida em termos de exigência de contrapartidas.

Para isso, é necessário que se abram espaços de diálogo mais amplos e sistemáticos e consulta entre o governo, o setor privado e as agências de pesquisa e representação de classe e setorial, fundamentais para o diagnóstico da situação vivida, e para o planejamento e a coordenação das ações.



Novos paradigmas

Foi reconhecendo isso que a SNA realizou o 1º Congresso de Agribusiness do Estado do Rio de Janeiro, evento que confirmou sua vocação social e política para assumir o debate em situações marcadas por macrotransformações.

De 1997 a 2004, na esteira do sucesso alcançado pelo primeiro conclave, já foram realizados mais cinco congressos, abordando temas como: Qualidade, Produtividade e Competitividade; A Agricultura na Nova Economia: o Impacto da Internet; Cadeia Produtiva Alimentar e Cadeia Produtiva de Carnes.

Assim, por meio desses eventos, a SNA vem estabelecendo novos paradigmas para as reflexões e os empreendimentos do setor, com a certeza de que é necessário alertar e preparar a sociedade para um novo momento histórico.

Para se ter uma idéia da variada gama de assuntos abordados nos congressos organizados pela Sociedade Nacional de Agricultura, a seguir destacaremos alguns pontos de convergência, frutos de relevantes análises e discussões empreendidas por vários participantes, ao longo dos últimos 8 anos.

É possível identificar, por exemplo, um certo consenso sobre os chamados gargalos do agribusiness no Brasil. A partir da constatação de que, em geral, o setor está respondendo de forma bastante dinâmica aos novos desafios, as preocupações concentram-se nas condições mais amplas de infra-estrutura, transporte e comercialização dos produtos.

Atualmente, no Brasil, o mais estreito desses gargalos parece ser o custo médio dos fretes e a ineficiência do sistema de transporte de gêneros. A péssima situação das estradas de rodagem e o fato de serem praticamente o único meio de transporte para a carga proveniente da agroindústria (responsável por 90% dos fretes), fazem com que, de saída, esse serviço onere substancialmente o produto final, com custos até duas vezes maiores que nos Estados Unidos, por exemplo. Assim, os impostos ainda são um problema de coerência interna da política agrícola brasileira, já que os que incidem sobre os gêneros alimentícios chegam à média de 18%, quando já foram de apenas 7%. Fatos que representam riscos não apenas para a economia brasileira, mas para a própria função social que a produção de alimentos desempenha em qualquer sociedade.³¹

Quando os assuntos são as exportações e a competitividade, somam-se ao problema dos altos custos do transporte interno, o do arcaísmo do sistema portuário, cujas inúmeras deficiências manifestam-se principalmente na insegurança dos prazos de embarque e na inadequação do sistema de armazenamento, prejudiciais à comercialização de flores, frutas e mercadorias congeladas. Como resultado disso, no Brasil, o custo portuário é até quatro vezes maior que o dos portos europeus, e três vezes maior que o de outros países sul-americanos.³²

Em contrapartida, não podemos nos esquecer de que, em 2003, o agribusiness brasileiro obteve receita de US\$ 24 bilhões³³, sendo que o volume de produção evoluiu 107% nos últimos 14 anos. Já se tornou lugar comum dizer que o País deve à soja e às carnes, a garantia de superávits da Balança Comercial. Entre 1990 e 2003, houve um aumento de 85% da produção de carne bovina, com o advento do “boi verde” (aquele que come capim) e com a mudança do eixo agrícola do Centro-Oeste.³⁴

De fato, o Brasil possui o maior rebanho comercial do mundo, tendo sido exportadas, em 2003, cerca de 1,5 milhão de toneladas de carne bovina, com aumento da taxa de abate, de 21% para 30%, alcançando a soma total de US\$ 4 bilhões³⁵. Ressalte-se, ainda, que no mesmo período a produção de carne bovina cresceu 6% no Brasil, contra 2% nos Estados Unidos.³⁶

Com relação à suinocultura brasileira, o País é o quarto produtor mundial do setor, que, aliás, vem crescendo 15% ao ano, a partir de 1999, e num ritmo de produção superior ao da carne bovina. Em 2003, foram produzidas 2,6 milhões de toneladas.³⁷

Contudo, sabemos que ainda não estamos “no melhor dos mundos”. É preciso, por exemplo, garantir a infra-estrutura adequada aos produtores, que ainda estão à mercê das deficiências do sistema de eletrificação rural e de telefonia, que sobrecarregam o preço do produto agrícola.

Assim, nas discussões acerca da redefinição do papel do governo brasileiro frente ao setor produtivo, tem-se reivindicado uma ação mais firme nas negociações internacionais pela abertura dos mercados, que reverta a desvantagem a que estão submetidos os produtos brasileiros, frente aos subsídios agrícolas proporcionados em outros países. É preciso que a política de modernização e adequação da infra-estrutura interna seja acompanhada de uma política de comércio exterior.

Mas também é preciso, cada vez mais, incorporar tecnologia, como forma de valor agregado à produção agrícola. Ano após ano, o Brasil avança, mas ainda assim os investimentos em ciência e tecnologia representam apenas a metade da média aplicada pelos países desenvolvidos. Da mesma forma, enquanto nesses países o setor privado participa com a metade dos investimentos totais nessa área, no Brasil, esses investimentos, hoje, alcançam apenas míseros 10%.³⁸

Dada a grande competitividade internacional, não se pode continuar usando as mesmas tecnologias, seja para o aperfeiçoamento dos rebanhos, da qualidade das frutas ou mesmo para a criação de embalagens adequadas. Faz-se necessário gerar conhecimentos novos, adaptados ao contexto brasileiro. Só assim será possível aproveitar as vocações regionais, que têm sido desperdiçadas em investimentos de risco, sem qualquer avaliação científica sobre sua viabilidade.

Voltando a uma temática cara à SNA, é preciso reestruturar a pesquisa, o ensino, os serviços de assistência técnica e a extensão rural, para levar as vantagens trazidas pelo avanço tecnológico também aos pequenos e microempresários. Reestruturação que deve articular tais agências de pesquisa, ensino e fomento de uma forma descentralizada, em que os atores locais, os poderes municipais e as associações sejam motivados e tenham condições e autonomia para tornarem-se parceiros ativos dessas mudanças.

Segundo alguns especialistas da área agrícola, o Brasil possui potencial para tornar-se o maior produtor de alimentos do mundo, mas para que isso aconteça, precisará enfrentar vários desafios:

- Melhoria da qualidade da carne bovina, sobretudo por meio do aperfeiçoamento genético dos animais, fazendo uso inclusive das vantagens da transferência de embriões e da fertilização in vitro.

- Promoção do crescimento do volume de produção e dos investimentos, face à escassez de recursos.

-
-
-
-
-
-

R

Reforma Agrária, Direito Agrário e Justiça Agrária

A questão da distribuição e produtividade da propriedade agrícola, com seus contornos econômicos, sociais e políticos, tem sido objeto de reflexões constantes por parte da Sociedade Nacional de Agricultura, desde seus primórdios.

Em setembro de 1901, quando da realização do I Congresso de Agricultura, organizado pela SNA, foram votadas quase cem conclusões, entre elas a necessidade da subdivisão das grandes fazendas em pequenas propriedades familiares, por meio do autoconvencimento dos maiores fazendeiros da época, uma vez que, segundo os participantes do Congresso, a principal causa de empobrecimento dos proprietários rurais brasileiros seria a existência de extensos terrenos improdutivos que apresentavam valor nulo e antieconômico.

Nas décadas de 40 e de 50, a SNA participou dos principais congressos e encontros sobre a questão e, em 1985, realizou o Seminário Nacional de Reforma Agrária/Justiça Agrária, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrícola (Mirad).

No ano seguinte, em conjunto com o governo do Estado do Pará e a Associação Latino-Americana de Direito Agrário (Alada), a Sociedade Nacional de Agricultura promoveu o I Encontro Internacional de Jus-Agraristas, em Belém, PA, e, em 1990, realizou o Seminário Reforma Agrária e Direito Ambiental, reunindo jus-agraristas brasileiros e estrangeiros, além de empresários e ambientalistas.

Com efeito, as propostas apresentadas pela SNA são claras e eficazes, embora não tenha havido, até hoje, por parte dos sucessivos governos brasileiros, vontade política para implementá-las. Em síntese, constituem-se de três medidas:

- Inclusão do Direito Agrário como disciplina obrigatória do currículo de Direito.
- Cumprimento da Lei 4504/64 (*Estatuto da Terra*).
- Criação de uma Justiça Agrária.

Quanto à obrigatoriedade do ensino de Direito Agrário nas faculdades de Direito brasileiras, serviria para difundir a legislação já existente sobre o assunto, estimulando sua aplicação em todo o País e

fomentando novas reflexões sobre questões que estão na ordem do dia, como a reforma agrária, as invasões de terra, os conflitos agrários e as desapropriações.

No tocante ao Estatuto da Terra, lei imposta pelo regime militar, em decorrência de pressões exercidas pelos Estados Unidos, em face dos países da América do Sul, trata-se de um dispositivo legal que já nasceu incompreendido: recebido com vaias pelos setores conservadores da sociedade (que abominavam qualquer tipo de mudança na área), e desprezado pela esquerda brasileira, pelo motivo óbvio de ser uma lei proveniente da ditadura militar, hoje, quase meio século após o seu aparecimento, o Estatuto ainda mantém a atualidade de suas normas, embora nunca tenha sido aplicado, em razão dos motivos acima expostos.

O principal objetivo do Estatuto era o de aumentar a produção agrícola, por meio do uso mais intenso da terra, por parte dos pequenos produtores rurais, em oposição aos latifúndios improdutivos, que poderiam ser desapropriados pelo governo. Infelizmente, essas intenções nunca saíram do papel e, com o passar dos anos, a crescente miserabilidade dos trabalhadores rurais gerou o aumento das tensões no campo e os conseqüentes conflitos agrários, sobretudo após a radicalização do Movimento dos Sem-Terra (MST).

Para que a paz possa chegar ao campo, é imprescindível a criação de uma Justiça Agrária, especializada e de



Biodiversidade

Geralmente alicerçada a um número reduzido de espécies vegetais cultivadas em grandes extensões de terra, a agricultura moderna obedece a um padrão que privilegia a alta produtividade e, em consequência, favorece a diminuição da diversidade genética das espécies, eliminando ecossistemas naturais e ocasionando perda de biodiversidade e alteração dos ciclos globais biológicos, geológicos e químicos.

No entanto, sabemos que a biodiversidade propicia o funcionamento equilibrado dos sistemas de produção agrícola. Um meio ambiente diversificado protege os agroecossistemas contra as perturbações naturais e as resultantes da ação do homem.

A biodiversidade também oferece insumos e serviços para a agricultura, o que possibilita o aumento da produtividade e da qualidade ambiental. Ela é importante, por exemplo, como reservatório de organismos responsáveis pelo combate biológico de pragas e doenças agrícolas. Além disso, as espécies selvagens de plantas e animais constituem fonte de variabilidade genética para programas de melhoramento das variedades de exploração agropecuária.

Para o Brasil, um dos 154 signatários da Convenção da Biodiversidade, a agricultura oferece uma excelente oportunidade de interligar-se numa atividade econômica com a conservação das diversas espécies vegetais e animais. Na medida em que os mercados tornam-se mais restritivos quanto à conservação ambiental associada à atividade produtiva, a biodiversidade, longe de ser apenas uma preocupação dos ambientalistas, precisa fazer parte da agenda do agronegócio brasileiro, com o intuito de aliar competitividade de mercado e preservação dos recursos naturais, gerando um diferencial favorável aos produtos do agronegócio, junto aos mercados interno e externo.



Desenvolvimento sustentável

Objetivando justamente a preservação da biodiversidade e a perpetuação dos processos naturais indispensáveis à vida, o desenvolvimento sustentável pode ser definido como **“uma forma de desenvolvimento capaz de atender às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as futuras gerações suprirem suas próprias necessidades”**, conforme atesta o *Relatório Brundtland*, elaborado em 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, atendendo a uma solicitação da Organização das Nações Unidas (ONU).⁴⁰

Na época, essa Comissão da qual fizeram parte representantes de 21 países, incluindo o Brasil, analisou as condições de desenvolvimento e meio ambiente em termos mundiais, e concluiu que o futuro da humanidade estava seriamente ameaçado, devido ao uso perdulário dos recursos naturais.

Portanto, a solução é a promoção do mencionado desenvolvimento sustentável. Contudo, o conceito de desenvolvimento implica, necessariamente, o uso e

consumo de recursos naturais, que, como se sabe, em muitos casos não são renováveis, a exemplo do petróleo e do carvão mineral. Quanto aos recursos renováveis, somente o são, se utilizados de forma comedida, permitindo-se a devida regeneração, a qual nem sempre é possível, em razão do consumo desenfreado da sociedade.

Logo, a rigor, não existe desenvolvimento totalmente sustentável, tendo em vista que não é possível mantê-lo em longo prazo. O que pode e deve ser feito é tornar o desenvolvimento tão sustentável quanto possível, reduzindo a degradação ambiental provocada pelo próprio desenvolvimento.

Assim, a Sociedade Brasileira de Proteção Ambiental (Sobrapa), criada em 1997, por iniciativa do atual presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), vem fazendo sua parte. Ao divulgar esses e outros temas em seu boletim editado pelo vice-presidente Ibsen de Gusmão Câmara e encartado em *A Lavoura*, a Sobrapa contribui para a formação de uma consciência ecológica, visando, principalmente, à preservação do meio ambiente.



Ecoturismo e agronegócio

Atualmente, a questão ambiental é considerada como um dos principais temas de interesse da humanidade. Com isso, acentuou-se a necessidade de sensibilizar crianças, jovens e adultos, no que concerne aos problemas ecológicos, por meio do que chamamos de educação ambiental.

Nesse passo, uma das vertentes da educação ambiental, que pode ser explorada, é a familiarização com a agroecologia, de forma que todos os atores envolvidos possam compreender a importância da busca por uma produção sustentável de alimentos.

Associando-se a problemática ambiental à educação, com o aproveitamento de um espaço rural com enfoque agroecológico, antes restrito apenas ao uso

agropecuário, o ecoturismo tem se revelado, além de uma substancial fonte de renda, um fator relevante para o desenvolvimento rural, passando a ser um gerador de benefícios sociais e culturais.

O turismo ecológico nasceu do agroturismo, atividade iniciada, provavelmente, nos vales alpinos, quando a valorização da paisagem foi incrementada pela venda da produção e do artesanato locais.

Os princípios do ecoturismo são a recepção e o convívio do visitante no espaço rural. Esse novo filão do agronegócio conta, sobretudo, com uma crescente e ilimitada clientela urbana, que é levada a refletir sobre seu papel com relação ao meio ambiente, de forma sistêmica e integradora.

Agricultura orgânica

Conforme já afirmamos, em nossos dias, a agricultura mundial está voltada, sobretudo, para a obtenção de altas produções econômicas. Para tanto, são utilizados, cada vez mais, produtos químicos como fertilizantes, agrotóxicos, herbicidas e hormônios de crescimento e de enraizamento. Sabe-se que a utilização de fertilizantes químicos de alta solubilidade provoca alterações no solo, que tem sido utilizado quase que apenas como suporte para a planta, desconsiderando-se aspectos importantes como o valor nutricional e a sanidade dos alimentos nele produzidos.

Para oferecer uma alternativa ao método tradicional de produção agrícola, especialistas têm defendido a prática da chamada agricultura sustentável.

O movimento em prol da agricultura sustentável surgiu nos Estados Unidos, no Canadá e na Europa, como uma resposta ao impacto da atividade agrícola sobre o ambiente físico e socioeconômico. Assim, criou-se o conceito artificial de agricultura convencional, chamada de "insustentável", frente à qual surgiu a agricultura alternativa, ou seja, "sustentável", onde são inseridas várias correntes, como a agricultura biológica, a agricultura regenerativa, a agricultura biodinâmica, a agricultura de baixos insumos e, principalmente, a agricultura orgânica.

Foto: A Lavoura



Hortas da Escola Wenceslão Bello
(campus da Penha, RJ).

Em várias partes do mundo, estudos demonstram que vegetais cultivados com produtos orgânicos apresentam frutos com melhores qualidades nutricionais, e chegam a ter cinco vezes mais proteínas e vitaminas do que aqueles provenientes de vegetais tratados com produtos químicos. A utilização de práticas orgânicas privilegia, ainda, o trabalho com a natureza, embora sem agredi-la. Mantém e até melhora a estrutura química, biológica e física do solo, criando, enfim, condições propícias para uma alimentação equilibrada para as plantas.

No Brasil, existem aproximadamente 500 mil hectares certificados como produção orgânica. Esse segmento vem crescendo aceleradamente, em torno de 50% ao ano⁴¹. Em 2001, a agricultura orgânica produziu US\$ 150 milhões, sendo que somente nas feiras ecológicas, espalhadas pelo País, movimentou-se cerca de R\$ 1 milhão⁴². A maioria das redes de supermercados dos grandes centros urbanos disponibiliza gôndolas

exclusivas de produtos orgânicos. Por sua vez, a par da ideologia agroecológica, os preços mais elevados pagos pelos produtos orgânicos têm atraído cada vez mais agricultores.

O interesse da Sociedade Nacional de Agricultura pelo assunto motivou a entidade a promover, em dezembro de 2002, o Seminário Agricultura Familiar e Mercado Orgânico e, quase 1 ano mais tarde, o 5º Congresso de Agribusiness, que apresentou a Segurança Alimentar como tema geral e incluiu um painel específico sobre a Cadeia Produtiva de Produtos Orgânicos, onde foram discutidas questões como: O Ciclo da Produção de Sementes aos Alimentos Processados; A Certificação Orgânica; O Controle de Qualidade e os Desafios Mercadológicos; Oportunidades nos Mercados Interno e Externo e A Agricultura Orgânica Familiar.

B

iotecnologia e transgênicos

Realizada em laboratórios, a biotecnologia proporciona a utilização, a alteração e a otimização de organismos vivos ou suas partes funcionais, para gerar produtos que são utilizados em áreas como a Medicina ou a Agricultura.

Em princípio, a biotecnologia pode ser dividida em três fases.

Primeira fase: Refere-se ao melhoramento na produtividade das plantas, a exemplo da soja transgênica. Nessa fase, o produtor rural é o principal favorecido pela nova tecnologia.

Segunda fase: As alterações genéticas proporcionam benefícios nutricionais e de saúde aos consumidores, como é o caso da melhoria nos óleos de soja e de canola.

Terceira fase: Abrange as plantas geneticamente modificadas, destinadas à produção farmacêutica.⁴³

Foto: Sylvia Wischauer



Pesquisa em Laboratório na Fream.

Quanto aos transgênicos ou OGMs (organismos geneticamente modificados), são organismos vivos que receberam um ou mais genes de espécies diferentes, e adquiriram algumas características dos “doadores” originais.

Experimentos com transgênicos vêm sendo realizados em países como Estados Unidos, Argentina, Canadá, Austrália, México, Espanha, China e África do Sul. Essa nova tecnologia despertou o interesse de empresas, de centros de pesquisas e de produtores, devido a várias vantagens, a exemplo do aumento de produtividade, da redução de custos de produção e da possibilidade de se oferecer alimentos mais resistentes a pragas e a herbicidas, com qualidades nutricionais e terapêuticas mais acentuadas.

No Brasil, o assunto ganhou notoriedade a partir da edição da Medida Provisória que deu autorização temporária para o plantio da soja transgênica em algumas regiões do País. A utilização da nova tecnologia vem provocando discussões acaloradas, envolvendo produtores rurais, associações, entidades da sociedade civil e órgãos de classe.

Há quem tema os produtos transgênicos, devido à possibilidade de os vegetais geneticamente modificados terem seus genes transpostos, indevidamente, para outros seres vivos. Contudo, no Brasil, as instruções em vigor proíbem a manipulação genética de espécies vegetais que ocorrem no País, isto é, vegetais cujo centro de origem é o Brasil, sob pena de alteração na planta original.

Outro argumento contrário à produção e à comercialização dos transgênicos refere-se à ausência de testes suficientes em seres vivos, para verificar a implicação de um alimento desse tipo na saúde. Não obstante, países com tecnologias mais avançadas, como os Estados Unidos, já realizaram vários testes e concluíram que não há qualquer indício de perigo à saúde, o que levou à liberação de produtos geneticamente modificados como a soja e o milho, por exemplo, para a produção e a comercialização dos mesmos, os quais são consumidos, efetivamente, naquele país, desde 1997.

O último questionamento relaciona-se ao direito do consumidor de saber que está comprando alimentos com algum tipo de transformação genética. Nesse aspecto, o Brasil já se posicionou pela rotulagem obrigatória.

Recentemente, o Congresso Nacional aprovou a Lei de Biossegurança, que, entre outras matérias, libera o plantio e a comercialização de alimentos transgênicos. Pela nova lei, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), formada por 27 especialistas de várias áreas, com 2 anos de mandato, é quem decidirá se um produto transgênico precisará passar por estudos, antes do licenciamento ambiental. Os Ministérios do Meio Ambiente e da Saúde não terão poderes para interferir na decisão, mas poderão recorrer ao Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), constituído por 11 ministros, que dará a palavra final, com base no relatório da CTNBio.

No âmbito da SNA, a biotecnologia e os transgênicos já foram tema de três congressos e de um fórum. No 4º Congresso de Agribusiness, realizado em 2002, foi apresentado o painel Avanços Tecnológicos, Biotecnologia e Inseminação Artificial. Em 2003, durante o 5º Congresso de Agribusiness, foi apresentado o painel O Papel da Biotecnologia, quando foram discutidos temas referentes à reprodução animal, alimentos funcionais, legislação, rotulagem, propriedade intelectual, embriologia e transgênicos, com a participação de vários pesquisadores e especialistas da área, oriundos de vários estados brasileiros. Ainda no mesmo ano, a Academia Nacional de Agricultura organizou o fórum Economia da Biotecnologia: Transgênicos, OGM e Engenharia Genética. Em 2004, o assunto voltou à tona, com a realização do 6º Congresso de Agribusiness, tendo sido discutida a questão no painel A Engenharia Genética e seu Impacto na Cadeia Produtiva Animal.

No tocante à divulgação de informações sobre o assunto, desde março de 2001, a revista *A Lavoura* publica a coluna Agronegócios e Biotecnologia, assinada pela diretora-executiva da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), Sylvia Wachsner.

A Academia Nacional de Agricultura e
o Instituto Cultural SNA



SNA como um
centro de pensamento
e de cultura



Academia Nacional de Agricultura e o Instituto Cultural SNA

Esta História da Sociedade Nacional de Agricultura não poderia chegar ao fim, sem que mencionássemos a importância estratégica e intelectual, respectivamente, da Academia Nacional de Agricultura e do Instituto Cultural SNA, para o meio rural brasileiro, em termos específicos, e para a sociedade brasileira, como um todo.

Sabe-se que a primeira academia nasceu dos simpósios que Platão promovia nos jardins consagrados ao herói Academus, onde ocorriam intensos diálogos filosóficos. Contemporaneamente, o vocábulo academia significa "local para a exposição de idéias, repositório de sabedoria", ou ainda "escola onde se ministram aulas de dança, de práticas esportivas, etc".

No mesmo semestre em que nasceu a Academia Brasileira de Letras (ABL), um grupo de líderes agrícolas fundou a Sociedade Nacional de Agricultura. Tal como fizera a ABL, que se baseara na Académie de France, a Sociedade Nacional de Agricultura inspirou-se na Société d'Agriculture, criada em 1761, e transformada em 1915, na atual Académie d'Agriculture de France. Tanto a Academia Brasileira de Letras como a Sociedade Nacional de Agricultura instituíram 40 cadeiras para seus membros efetivos, cada qual com um patrono que tivesse ligação com os propósitos das duas entidades.

Por esses motivos, em 17 de maio de 2001, em reunião extraordinária da SNA, colocou-se em prática o dispositivo estatutário que transformava o Conselho Superior da Sociedade Nacional de Agricultura, composto por 40 membros, em Academia Nacional de Agricultura.

Inaugurada solenemente em 24 de novembro de 2003, a Academia Nacional de Agricultura, como já dissemos, possui importância estratégica para o setor agrícola brasileiro, uma vez que sua função principal é a de traçar políticas nacionais que envolvam questões nas áreas do agronegócio, do meio ambiente e da pesquisa científica. Portanto, sua criação e instituição representaram uma renovação nas estruturas da centenária SNA. Seu lema, *viribus unitis*, i.e., “energias unidas”, desdobra-se na trindade impressa na capa da revista *A Lavoura: Agropecuária, Alimentação e Meio Ambiente*, nos exatos moldes do tripé lançado na capa da revista da Académie d'Agriculture de France. Como diz Octavio Mello Alvarenga, “O que é bom nem sempre nasce feito”⁴⁴.

Verdadeiro centro do pensamento agrário, a Academia Nacional de Agricultura ostenta, entre seus membros, nomes como Antonio Ernesto de Salvo, Roberto Rodrigues, Nestor Jost, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, Rubens Ricupero, Antonio Ermírio de Moraes, Israel Klabin, Antonio Delfim Netto, Pierre Landolt, Jório Dauster, João Carlos Meirelles, Ibsen de Gusmão Câmara e Fábio de Salles Meirelles, apenas para citar alguns.

Quanto ao Instituto Cultural da SNA, pode ser definido como o “braço cultural” da entidade.

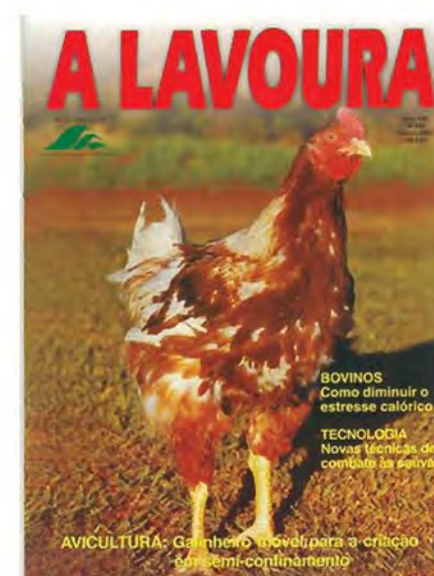
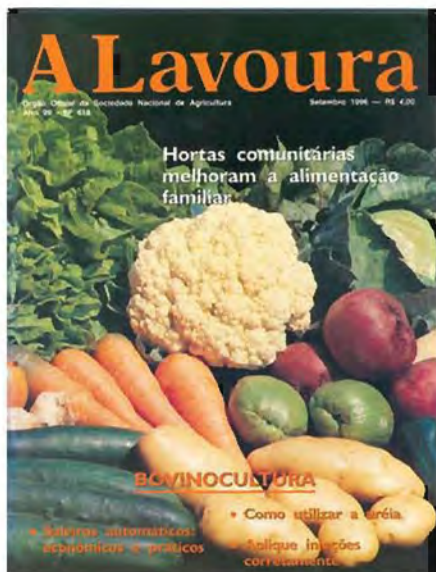
Instituído em 17 de maio de 2002, data em que seus estatutos foram votados, o Instituto Cultural da SNA foi inaugurado, oficialmente, em 11 de julho de 2002, com a abertura da exposição Rio das Ostras – Baía Formosa.

Funcionando no segundo andar da sede da SNA, o Instituto Cultural dispõe do auditório Ildelfonso Simões Lopes, inteiramente reformado e com capacidade para 125 pessoas, contando, ainda, com um novo *foyer*.

Aberto a palestras, debates, exposições e eventos musicais, o Instituto Cultural da SNA vem atuando, principalmente, em cinco áreas: História, Música, Artes Plásticas, Literatura e Meio Ambiente. Sua programação cultural privilegia, ainda, a realização de eventos culturais oriundos do interior do Estado, com o objetivo de valorizar e de fortalecer a cultura produzida fora do eixo cultural carioca.

Enfim, a Academia Nacional de Agricultura e o Instituto Cultural SNA qualificam a Sociedade Nacional de Agricultura como um indispensável centro de pensamento e de cultura, que, mesmo após 108 anos de existência, ainda se mantém fiel ao seu destino estatutário: praticar políticas em favor da agricultura, divulgar temas de interesse correspondente e, direta ou indiretamente, promover o ensino, a cultura e a pesquisa.

A revista *A Lavoura* através do tempo



Cronologia de uma história



inha do tempo



ronologia de uma história

64

Muito mais haveria a ser dito, lembrado, evocado, em mais de 108 anos de história. Trata-se de um tempo longo, especialmente num país que confere muito valor à novidade, onde a própria permanência já seria digna de registro.

Relembrar essa história do ponto de vista de uma abordagem linear é, sem dúvida, um exercício de seleção em que cada evocação certamente corresponde a diversas omissões. Omissões que se devem tanto pela ausência de registros contemporâneos aos fatos – de volume muito variável conforme os períodos – quanto pela subjetividade do pesquisador que se debruça sobre as fontes, buscando nelas os marcos mais significativos da atuação institucional. E isso, sem falarmos que, de maneira igualmente significativa, esses 108 anos foram feitos de inúmeros e pequenos atos e de pequenas falas, de gestos cotidianos, de rotinas estabelecidas, de personagens anônimos, de acasos, de insistências, de esperas. Fragmentos do vivido condenados ao esquecimento ou a habitar a memória daqueles que os protagonizaram. Impossível seria, portanto, pretender dar conta de tudo.

Ao fornecer esta *Linha do Tempo*, nosso objetivo é permitir um acompanhamento, ainda que parcial, do longo caminho percorrido pela Sociedade Nacional de Agricultura, desde os idos de 1897, permitindo que o leitor, por meio de instantâneos de história, avalie o quanto a SNA interferiu em debates e em decisões fundamentais da vida nacional, especialmente, mas não exclusivamente, no tocante aos interesses do setor agrícola; o quanto difundiu, mediante iniciativas ligadas ao ensino ou à promoção de eventos, o universo rural brasileiro; o quanto e em que momento deixou a marca de sua coerência gravada nos mais significativos acontecimentos da história econômica do País.

1896

Em 20 de maio, uma assembléia, com 47 pessoas interessadas nos debates que então se desenvolviam sobre as questões agrícolas, reunida no salão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, lança as bases em que deveria se organizar a Sociedade Nacional de Agricultura Brasileira, "destinada a agir em nosso País ao modo por que se comporta sua homônima francesa na grande república européia". (POLIANO, 1942).

1897

Em 16 de janeiro, na cidade do Rio de Janeiro, é fundada a Sociedade Nacional de Agricultura, sociedade civil que se constitui com o objetivo de "...empenhar coletivos e individuais esforços em bem da agricultura nacional, ocupando-se de todos os assuntos que possam trazer o progresso da República dos Estados Unidos do Brasil...". (POLIANO, 1942). Estando presentes 27 pessoas, é aclamado seu primeiro presidente Antônio Ennes de Souza. Até o final do ano, a SNA contaria, na composição dos seus quadros, com 18 sócios honorários, em sua maioria provenientes do então Distrito Federal, dos Estados de São Paulo, Pará, Minas Gerais e do interior do Estado do Rio de Janeiro, e 487 sócios efetivos (212 do então Distrito Federal, 121 do interior do Estado do Rio de Janeiro, 78 de Minas Gerais, 38 do Estado de São Paulo, 5 do Ceará, 1 da Paraíba, 8 de Pernambuco, 6 da Bahia, 4 de Sergipe, 1 de Alagoas, 5 do Espírito Santo, 1 do Paraná, 5 de Santa Catarina e 2 do Rio Grande do Sul).

Em maio, é iniciada a publicação da revista *A Lavoura*, estatutariamente considerada órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura. Ao longo do primeiro ano, apenas no âmbito de sua distribuição regular, a revista alcança mais de 3 mil exemplares, destinados às câmaras municipais do País, a cônsules e ministros brasileiros no estrangeiro, a instituições e a particulares no exterior, a jornais, a autoridades e a instituições nas Unidades da Federação, além dos sócios da SNA.

Ao promover o livre associativismo rural como um caminho para a solução dos problemas do homem do campo, a Sociedade Nacional de Agricultura inspira a criação de várias entidades congêneres nos estados, tais como a Sociedade Agrícola e Pastoril da Bahia; Sociedade Agrícola de Pernambuco; Sociedade Fluminense e Sociedade Agrícola de Resende, no Estado do Rio de Janeiro; Sociedade Agrícola Estadual do Paraná e Sociedade Cearense de Agricultura, que se filiam à SNA.

Ainda no decorrer do seu primeiro ano de atividades, a Sociedade Nacional de Agricultura realiza, no Salão Nobre da Escola Politécnica, 44 conferências públicas e, nos terrenos do Turfe Clube, promove a Exposição de Agricultura, Zootecnia e Indústrias Rurais, de 18 a 30 de setembro.

No final do ano, ocorre uma cisão na instituição, devido a divergências quanto à renovação da diretoria, passando a existir duas sociedades: uma presidida por Ennes de Souza, funcionando na Casa da Moeda, e outra presidida por José Cardoso de Moura Brasil, no prédio da Repartição de Estatística, na Praça XV. Ao grupo dissidente, a Justiça conferiu, em janeiro de 1898, o direito de se constituir oficialmente como Sociedade Nacional de Agricultura. No entanto, até o início de 1900, o grupo dirigido por Ennes de Souza continuou em atividade, realizando inclusive quatro congressos agrícolas, todos sob a presidência deste último.

1898

Assume a presidência José Cardoso de Moura Brasil.

A SNA organiza, no Palácio da Prefeitura do então Distrito Federal, com o patrocínio da municipalidade, a I Exposição de Uvas Nacionais.

1899

Por disposição de lei orçamentária, a Fazenda Grande da Penha é cedida pelo governo à Sociedade Nacional de Agricultura, para que "...nela fossem instalados campos de demonstração e experiências, onde os pequenos lavradores das freguesias suburbanas pudessem desenvolver e aprimorar os seus conhecimentos técnicos". (POLIANO, 1942).

Cria-se, nessa fazenda, a partir de então, no denominado Horto Frutícola da Penha, o programa Aprendizado Agrícola.

Numa primeira manifestação de sua preocupação preservacionista, a SNA consegue a aprovação de lei que obriga as estradas de ferro que atravessam o então Distrito Federal a guarnecer suas locomotivas com dispositivos que evitem fagulhas, causa de constantes incêndios nas matas marginais às suas linhas.

No final do ano, a Sociedade Nacional de Agricultura já contava com um quadro social de mais de 600 inscrições.

1901

Guilherme Schüch de Capanema, o Barão de Capanema, assume a presidência, de 19 de março a 25 de abril, após José Cardoso de Moura Brasil retirar-se da presidência da SNA, com toda a diretoria. Ao sair, Moura Brasil publica um relatório explicando suas razões, relacionadas ao fato de o Centro da Lavoura do Café, que também presidia, contando em sua administração com diversos membros da SNA, ter sido alvo de críticas na imprensa.

Assume a presidência Antonino Fialho.

A SNA organiza, de 20 a 30 de setembro, o I Congresso Nacional de Agricultura, que abriga a Exposição de Produtos Agrícolas. Nesse congresso, em que são votadas 98 conclusões, a SNA inicia campanha pela criação do Ministério da Agricultura, extinto em 1892.

Ainda nesse evento, é sugerida a subdivisão das grandes fazendas em propriedades familiares, por meio do autoconvencimento dos fazendeiros e de sua iniciativa privada. A razão do programa estava no diagnóstico, segundo o qual "...a principal causa de empobrecimento dos nossos fazendeiros é a posse de extensos terrenos improdutivo, que representam (...) um valor nulo e antieconômico". (POLIANO, 1942).

1902

A Sociedade Nacional de Agricultura é convidada pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, a emitir parecer sobre o projeto do Dr. Christino Cruz, que visava à criação do Ministério da Agricultura, designando-se, para tanto, uma comissão presidida por Wenceslão Bello, e composta, ainda, por Sérgio de Carvalho, Manoel Victorino e Aristides Caire.

Dada a crise que atinge a indústria açucareira, a Sociedade Nacional de Agricultura organiza a Conferência Açucareira da Bahia, em 25 de junho, que teria continuidade em eventos posteriores, em Recife, PE, e em Campos, RJ, nos quais se discutiriam medidas para beneficiar aquela indústria.

Por sugestão da SNA, é encaminhado ao Congresso Nacional, o projeto de lei estabelecendo o funcionamento dos sindicatos e cooperativas agrícolas, resultado de uma das conclusões do I Congresso Nacional de Agricultura. Trata-se da primeira lei sindical brasileira, aprovada por decreto de 6 de janeiro do ano seguinte.

1903

A SNA realiza, na antiga capital federal, a I Exposição Nacional de Aparelhos a Álcool e, simultaneamente, o Congresso das Aplicações Industriais do Álcool, como parte de uma campanha pelo álcool carburante, que se estendeu por vários anos.



Exposição Internacional de Aparelhos a Álcool, em 1903: o Brasil já prenunciava a utilização desse combustível para motores.

1904

A convite da Sociedade Rural Argentina, a SNA implementa, em Buenos Aires, Argentina, uma Exposição Permanente de Frutas Brasileiras.

Assume novamente a presidência José Cardoso de Moura Brasil, dessa vez permanecendo menos de 1 ano no cargo.

A diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura organiza e entrega ao prefeito do então Distrito Federal, Pereira Passos, um anteprojeto de lei que estabelece as feiras livres no município, com os dias definidos para cada bairro, tal como hoje se realizam.

1905

Assume a presidência Wenceslão Bello.

A SNA obtém, da Comissão de Finanças da Câmara Municipal, isenção de direitos para a importação de maquinaria pelos sindicatos agrícolas, franquias postais para distribuição de sementes, de correspondência das associações agrícolas e de boletins de propaganda.

A Sociedade Nacional de Agricultura participa, no Rio de Janeiro, da criação do Comitê Central dos Sindicatos Agrícolas dos Estados Açucareiros, cujo primeiro presidente é Wenceslão Bello.

Sob o patrocínio da Sociedade Nacional de Agricultura, é fundado, no Rio de Janeiro, o Sindicato Central dos Agricultores do Brasil. Naquele ano, de maneira geral, os sindicatos e as associações agrícolas alcançam grande incremento, fundando-se muitas instituições do gênero em Alagoas, em Santa Catarina e na Bahia. Em Pernambuco, em obediência às conclusões da II Conferência Açucareira, funda-se a União dos Sindicatos Agrícolas do Estado.

1906

É criada, na SNA, uma Seção de Assistência Médica e Jurídica, destinada aos pequenos lavradores da zona suburbana.

Atendendo a um apelo da Sociedade de Agricultura Alagoana, a SNA intercede junto ao Lóide Brasileiro, conseguindo anular o aumento de 25% para fretes de produtos agrícolas.

Reúnem-se, na SNA, sob a presidência do Visconde de Ouro Preto, os representantes da União dos Sindicatos Agrícolas de Pernambuco e dos Sindicatos Agrícolas da Bahia, do Maranhão, de Sergipe e de Alagoas, para traçar os planos e aprovar os estatutos da Cooperativa Central dos Agricultores do Brasil, fundada com elementos de todos os estados.

No fim do ano, o número total de sócios da SNA chega, aproximadamente, a 2 mil.

1907

Criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo presidente Afonso Pena, como ele e outros deputados declararam em resposta à campanha que a SNA movia desde 1901.

É promulgada a lei que regula o funcionamento dos sindicatos profissionais e cooperativas agrícolas, inspirada nas conclusões do I Congresso Nacional de Agricultura.

1908

A SNA publica *Geographia Agrícola do Brasil*, obra pioneira dirigida pelo zootecnista Manoel Paulino Cavalcanti.

A Sociedade Nacional de Agricultura participa da Exposição Nacional daquele ano, construindo um pavilhão próprio, no qual são expostas coleções de plantas (medicinais, oleaginosas, têxteis, ornamentais, etc.) e de animais úteis e nocivos à agricultura, assim como estudos sobre as aplicações industriais do álcool e sobre a situação econômica do Brasil, sob o ponto de vista agrícola, além de um mapa da distribuição das culturas no País.

No dia 9 de agosto, tem início, no Rio de Janeiro, o II Congresso Nacional de Agricultura, quando são votadas e aprovadas 230 conclusões.

Graças à ação da Sociedade Nacional de Agricultura, fundam-se, no País, 54 sociedades agrícolas, distribuídas pelos seguintes estados: Pará, Piauí, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso e Maranhão, além de outras agremiações que, com designações diferentes, ocupam-se dos assuntos agrícolas ou afins.

A SNA organiza, no antigo Distrito Federal, uma Exposição de Flores, sob o patrocínio do governo federal.

Segundo dados de uma estatística publicada em *A Lavoura*, (POLIANO, 1942), a Sociedade Nacional de Agricultura, no espaço de 6 anos, distribuíra mais de 1 milhão de plantas frutíferas, 77 toneladas de sementes de forragens, mais de 22 toneladas de sementes de algodão, 15 toneladas de arroz, 11 de batata, 4 de feijão, 9 de milho, mais 3 de centeio e quase 5 de trigo. As publicações de propaganda agrícola atingiram a cifra de 17.130 exemplares.

1910

Realizam-se, em agosto, os exames finais da primeira turma de alunos do programa Aprendizado Agrícola, do Horto Frutícola da Penha, diante de representante do ministro da Agricultura.

Atendendo ao chamado do diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, a SNA formula 13 sugestões, visando a conciliar os interesses da estrada e da agricultura, no tocante a modificações nas tarifas daquela ferrovia.

A Sociedade Nacional de Agricultura organiza e faz publicar em três grandes volumes, a *Legislação Agrícola do Brasil*, compreendendo o período de 1889 a 1908.

A SNA participa, ativamente, do Congresso Brasileiro de Geografia, apresentando uma coleção de 49 mapas agrícolas do Brasil, organizados pelo delegado da Sociedade, Manoel Paulino Cavalcanti.

1911

Após o falecimento de Wencesláo Bello, assume a presidência, interinamente, Sylvio Ferreira Rangel.

De 28 de março a 12 de junho, reúne-se, na sede da SNA, o Convênio Açucareiro do Brasil, contando com a participação de representantes de diversos estados e associações interessados na elaboração de um projeto de amparo à indústria açucareira.

1912

Assume a presidência Lauro Severiano Müller.

O programa Aprendizado Agrícola, do Horto Frutícola da Penha, ganha novo nome, em homenagem a Wencesláo Bello.

1913

A SNA tenta realizar o III Congresso Nacional de Agricultura. Elabora o programa do evento, que, no entanto, não ocorre, devido à carência de recursos financeiros.

Foto: Arquivo SNA



Visita do presidente Hermes da Fonseca (sentado, ao centro) à exposição prévia da seção agrícola organizada pela SNA, preparatória à mostra de Turim/Roma (1911). Ao lado esquerdo do presidente, o ministro da Agricultura, Pedro de Toledo e, à direita, o chefe da Casa Militar da Presidência.

1916

Apesar da crise financeira que ronda a entidade, a Sociedade Nacional de Agricultura consegue inaugurar, em 1º de junho, a I Conferência Nacional Algodoeira, cujos resultados são reunidos em volumosa publicação e, simultaneamente, a Exposição Nacional Algodoeira. São incluídas na Lei Orçamentária, pela Comissão de Finanças do Senado, várias conclusões aprovadas nessa Conferência, o mesmo acontecendo no ano seguinte, período em que se verifica grande incremento dessa cultura.

A SNA é encarregada de dar parecer sobre o projeto de regulamento elaborado pela Prefeitura, que visa à promulgação de lei municipal que cria as feiras livres no então Distrito Federal.

1917

A Sociedade Nacional de Agricultura organiza a I Conferência Nacional de Pecuária, de 13 a 25 de maio, com o objetivo de reunir os criadores para refletir e assentar as providências que melhor respondem aos apelos da Europa em guerra, no que diz respeito às nossas possibilidades pastoris. Simultaneamente à Conferência, é realizada a Exposição de Gado e Indústrias Anexas.

No dia 12 de agosto, a SNA organiza, em Curitiba, sob o patrocínio do governo do estado, a Conferência Nacional de Cereais e, anexa, a III Exposição de Milho. Na Conferência, são discutidos os meios de intensificar a cultura dos produtos alimentares agrícolas, de melhor conservar e imunizar os cereais e grãos leguminosos, de promover o melhor abastecimento dos mercados internos e de desenvolver a exportação, medidas que se revestem ainda de maior importância no contexto de guerra.

A Sociedade Nacional de Agricultura inicia uma campanha, preconizando a substituição de grande parte da farinha de trigo pela farinha de mandioca e de milho, na produção do pão, como solução para os elevados preços a que chegara aquele cereal no período da guerra.

O terreno onde se localiza o Horto Frutícola da Penha e o programa Aprendizado Agrícola é definitivamente doado à SNA pelo presidente Venceslau Brás, sob a condição de inalienabilidade e de não poder a Sociedade utilizar o referido imóvel para outros fins.

1918

Em 13 de maio, a SNA inaugura a II Exposição Nacional de Gado, com quase mil animais de várias espécies. O evento, realizado sob o patrocínio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, conta com a presença do então presidente da República, Venceslau Brás.

Contando também com o patrocínio do governo, a Sociedade Nacional de Agricultura inaugura, no dia 14 de agosto, a IV Exposição Nacional de Milho, nos terrenos do antigo Convento da Ajuda, atraindo 54 mil visitantes.

Em 16 de outubro, é assinado o Decreto nº 3.540, considerando a Sociedade Nacional de Agricultura instituição de utilidade pública.

1920

A SNA inaugura, novamente com o apoio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, a III Exposição Nacional de Gado, no Rio de Janeiro.

1922

Assume a presidência Miguel Calmon du Pin e Almeida.

A SNA edita *Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil*, de Lemos Britto.

Sob a presidência de Miguel Calmon, funda-se a Sociedade Entomológica do Brasil.

O Ministério da Agricultura e a Comissão do Centenário da Independência delegam, à SNA, a função de organizar o III Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária, a I Conferência Internacional Algodoeira, o II Congresso Internacional de Febre Aftosa, o I Congresso

Brasileiro de Carvão e Outros Combustíveis Nacionais e o I Congresso Brasileiro de Química. Dentre essas iniciativas, destaca-se o III Congresso de Agricultura e Pecuária, pela importância das recomendações relativas às mais variadas atividades agropecuárias, como é o caso da recuperação das florestas, das indicações para a concessão de favores fiscais a empresas interessadas em fabricar artefatos de borracha, produto extrativo que atravessava grave crise, e das críticas à política de valorização, como forma de desenvolver a cafeicultura nacional.

1923

Assume a presidência Geminiano Lyra Castro.

1925

Em 24 de abril, com a Sociedade Rural Brasileira, a Sociedade Fluminense de Agricultura, a Liga Agrícola Brasileira e a Liga Paulista de Agricultura, a Sociedade Nacional de Agricultura lança um manifesto contra a incidência do Imposto de Renda sobre a agricultura. Enviando uma representação ao Congresso Nacional, consegue adiar a cobrança do imposto por 5 anos.

Com o apoio do governo federal, a SNA realiza na então capital federal, a I Exposição Nacional de Leite e Derivados e a I Conferência Nacional de Laticínios.

A SNA discute a questão da importação de adubos químicos e consegue as medidas legais necessárias à revogação de uma taxa altíssima sobre esse artigo agrícola, que já estava sendo posta em prática pela Alfândega de Santos.

A SNA é convidada pelo ministro da Agricultura, a fazer parte da comissão encarregada de estudar o caso da

criação, na Europa, de centros de armazenagem e distribuição de algodão brasileiro, conforme sugestão da Conferência Internacional Algodoeira.

A SNA é distinguida, pelo governo, com dois lugares permanentes no Conselho Superior do Comércio e Indústria.

1926

Assume a presidência Ildefonso Simões Lopes.

A SNA produz o Inquérito Nacional sobre Imigração, trabalho sobre o qual se baseia o deputado Geminiano Lyra Castro, para elaborar seu parecer à Câmara dos Deputados sobre o assunto.

1928

Funda-se, na sede da Sociedade Nacional de Agricultura, com representantes de entidades rurais de vários estados, a Confederação Rural Brasileira, depois de um longo trabalho preparatório que vinha desde 1915, quando foi aprovado, na SNA, um plano nesse sentido. Contudo, na verdade, a Confederação não teria grande sucesso na organização da classe rural brasileira, apenas consumada por meio de iniciativas que ocorreriam nas décadas seguintes.

1929

O governo federal encarrega a SNA de organizar, na capital federal, a II Exposição Nacional de Leite e Derivados e a I Exposição Nacional de Horticultura, compreendendo frutos, flores, legumes e arquitetura paisagística.

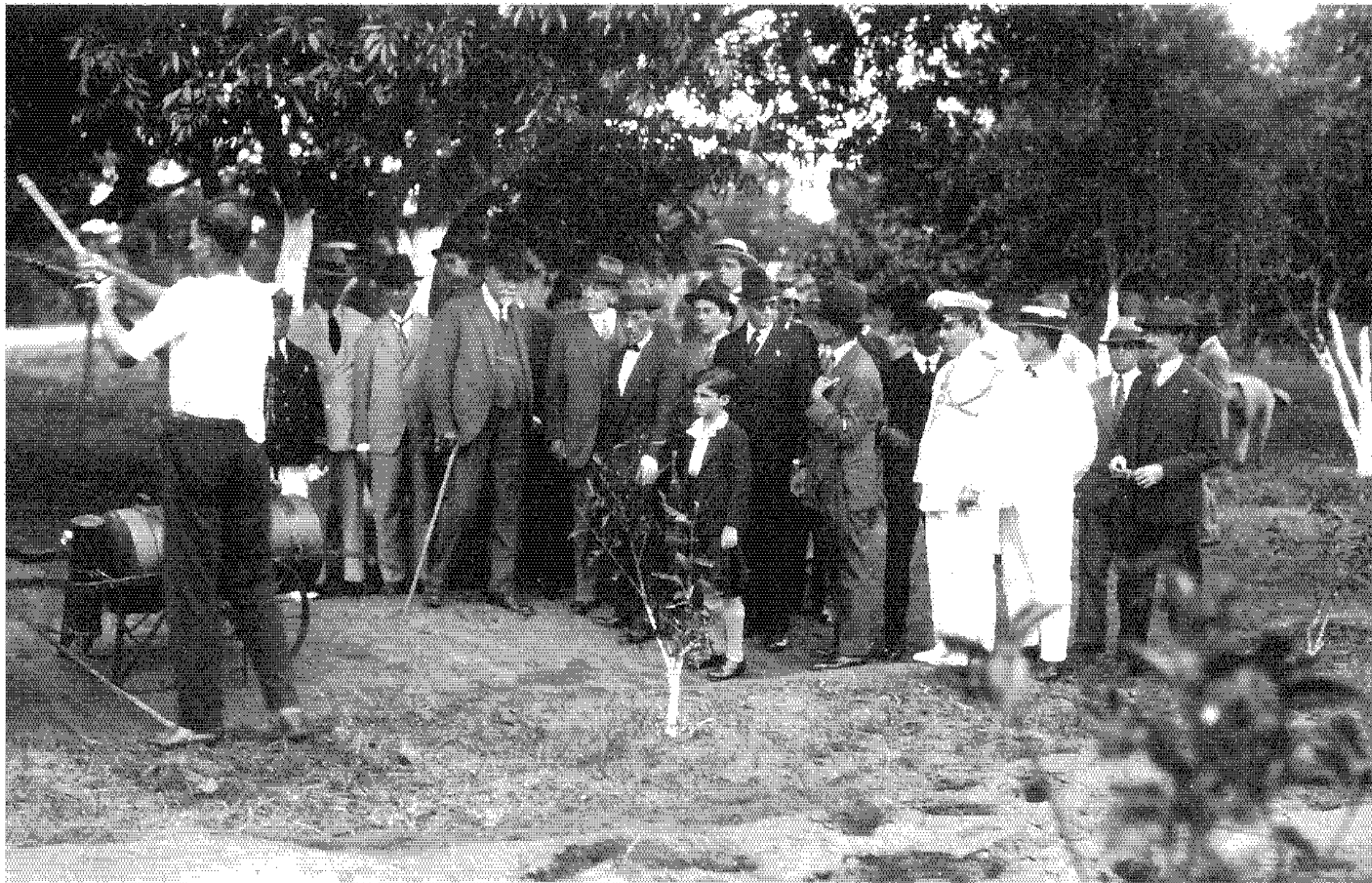


Foto: Arquivo SNA

Visita do presidente da República, Washington Luiz, à Escola Wenceslão Belo, no bairro da Penha, Rio de Janeiro, RJ, no final da década de 20.

1930 Assume a presidência, interinamente, Augusto Ferreira Ramos.

O presidente em exercício da SNA é chamado a opinar sobre a crise em que se encontra a lavoura cafeeira, recomendando, em seu parecer, a emissão de numerário para intervir no mercado contra os preços demasiadamente baixos, a estabilização do preço do produto, o imposto de 20% ou de 25% em café, sobre as quantidades despachadas, e o imposto proibitivo sobre novas plantações.

1931 Assume a presidência Ildelfonso Simões Lopes. Licenciado, deixa o exercício do cargo com Arthur Torres Filho, primeiro vice-presidente.

Durante o ano, realizam-se, na SNA, 120 conferências e comunicações sobre assuntos agrícolas e econômicos, buscando chamar a atenção do novo governo sobre os mais importantes problemas do País, nessa área.

1933 A Sociedade Nacional de Agricultura encabeça uma campanha nacional em favor da regulamentação da profissão de agrônomo.

Acolhendo sugestão da SNA, o ministro do Trabalho nomeia uma comissão, contando com um representante da entidade, para estudar uma lei de proteção ao trabalho agrícola.

1934 É criado, na cidade do Rio de Janeiro, o Conselho Federal de Comércio Exterior, tendo o presidente da República designado Arthur Torres Filho para representar a lavoura nesse órgão. Sua primeira iniciativa é submeter, ao Conselho, um projeto de lei especial para a padronização dos produtos exportáveis brasileiros, fruto de uma antiga campanha da SNA. Mais tarde, esse projeto é convertido em lei, pelo Decreto 6.630, de 20 de dezembro de 1940, com ligeiras modificações, abrangendo 26 dos nossos principais produtos de exportação.

1935 A SNA cuida da realização, na então capital federal, da I Semana da Laranja, visando ao seu maior consumo no mercado interno. Na mesma época, é solicitada ao Conselho Federal de Comércio Exterior, atenção ao problema da exportação desse produto, e são discutidas as possibilidades de um entendimento com o Banco do Brasil, para o financiamento do custeio da cultura da laranja, de sua safra e exportação.

É realizada, pela SNA, no recinto da Feira Internacional de Amostras, a I Semana do Leite.

A SNA publica *Expansão Econômica do Brasil*, da autoria de Torres Filho.

1936 Convocada pela Confederação Rural Brasileira, em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, da Federação das Associações Rurais, do Sindicato dos Charqueadores e do Sindicato dos Criadores e Invernistas de Barretos, realiza-se na cidade do Rio de Janeiro, de 18 a 25 de julho, a II Conferência Nacional de Pecuária, simultaneamente à V Exposição Nacional de Animais e Derivados. Em virtude de uma resolução desse evento, é criado, também, na cidade do Rio de Janeiro, um comitê controlador dos negócios do sal, embrião do futuro Instituto Nacional do Sal.

1937 No dia 15 de maio, nos terrenos do Horto Frutícola da Penha, é inaugurada a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, em substituição ao antigo programa Aprendizado Agrícola. A construção da Escola se iniciara em 1935, valendo-se de um decreto do então chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, de agosto de 1931. O Curso Rápido de Enxertadores é inaugurado na Escola, com 35 alunos matriculados, e a seguir realiza-se, também, o Curso Rápido de Defesa Sanitária Vegetal, contando com 108 alunos inscritos.

Em longo trabalho apresentado ao Conselho Federal de Comércio Exterior, a SNA reivindica, mais uma vez, a utilização do álcool como carburante, visando à diminuição das importações de gasolina e à solução para os problemas da indústria açucareira.

Em 2 de setembro, reúnem-se na SNA, os plantadores e exportadores de banana, que protestam contra o excesso de impostos, os preços da estiva e outras despesas. A Sociedade Nacional de Agricultura intercede junto ao Lóide Brasileiro, às diretorias da Baixada Fluminense e ao Conselho Federal de Comércio Exterior, adoção de medidas de proteção ao comércio exportador de banana.

Em 6 de novembro, no Pavilhão dos Ministérios da Feira Internacional de Amostras, é realizada a abertura da II Semana do Leite, promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Coroando uma das mais antigas campanhas da SNA, o governo federal baixa um decreto-lei, estabelecendo a obrigatoriedade da adição de até 30% de fécula ou farinha, extraídas de produto nacional, na fabricação do pão.

1938

São inaugurados na Escola de Horticultura Wencesláo Bello, dois novos cursos rápidos, o de Herbários e o de Multiplicação Vegetal. Tendo-se esgotado as vagas do internato para o curso de Horticultura, a matrícula é aceita em regime de externato.

É aprovado o regulamento da padronização oficial do milho, organizado pela SNA em colaboração com a Sociedade Rural Brasileira.

Em consonância com os debates que então se travam com relação ao crédito para a agricultura e que inspiram a iniciativa de diversas entidades de classe rurais, a Sociedade Nacional de Agricultura recomenda que a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil só forneça empréstimos a agricultores por intermédio de cooperativas, visando a estimular tanto o cooperativismo quanto o próprio crédito agrícola.

1939

A SNA lança a idéia do estabelecimento dos seguros agropecuários e da assistência ao trabalhador rural no Brasil. Continuam em estudo, nas sessões da SNA, o cooperativismo, o crédito agrícola, a padronização, o álcool motor e a questão do abastecimento do leite na cidade do Rio de Janeiro.

1941

O então presidente da República, Getúlio Vargas, nomeia uma comissão interministerial, sob a presidência de Arthur Torres Filho, para estudar o problema da sindicalização rural no Brasil.

A SNA propõe que se isentem de selos e de outros custos, os pedidos de empréstimo agrícola dos pequenos produtores, visando a tornar tais recursos financeiros realmente acessíveis a essa classe. A proposta seria posteriormente transformada em lei.

A Sociedade Nacional de Agricultura elabora e apresenta um plano para a indústria autônoma do álcool carburante, que passaria a ser considerada uma questão de interesse nacional.

1942

Na Assembléia Geral de 1º de janeiro, é concedido ao presidente Getúlio Vargas, o título de Presidente de Honra da Sociedade Nacional de Agricultura. Na mesma ocasião, é determinado que a SNA se coloque à disposição do governo para cooperar na situação criada pelo conflito mundial, fomentando a produção de gêneros alimentícios.

A SNA é convidada a representar o setor agrícola no I Congresso Brasileiro de Economia, no qual apresenta várias propostas de política agrícola e creditícia para o setor, em geral recomendando uma reorientação com relação à ênfase na agroexportação, que continuara mantida durante o primeiro governo Vargas.

É aprovada no Conselho Federal de Comércio Exterior, uma proposta de autoria de Arthur Torres Filho, relativa

à organização do cadastro das propriedades rurais do antigo Distrito Federal.

Um incêndio ocorrido no dia 9 de julho consome, totalmente, as instalações e o acervo bibliográfico e histórico-cultural da sede da SNA, que então ocupava três salas no edifício da Casa Parc Royal, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

1943

A Sociedade Nacional de Agricultura submete, ao estudo do governo, um anteprojeto para a organização da classe rural, tomando como ponto de partida as numerosas associações agrícolas existentes em todo o País, tendo sido o projeto posteriormente transformado em lei.

1945

Arthur Torres Filho assume a Presidência da SNA.

Em janeiro, atendendo a pleito da diretoria da SNA, o governo federal doa, à entidade, um terreno para que nele seja construída a sede da SNA. Após a superação de vários entraves burocráticos, a pedra fundamental da edificação é lançada em 4 de junho de 1948.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a revitalização do comércio internacional, a atuação da SNA volta-se, significativamente, para a discussão de tópicos relativos à exportação e importação, tais como os acordos bilaterais entre o Brasil e outros países. Por sua vez, sugere a concessão de incentivos à produção nas áreas próximas aos grandes centros e à mecanização do campo, como forma de solucionar o problema dos preços internos e as sucessivas crises de abastecimento.

A SNA é convidada a compor a comissão reunida pelo governo federal, com o intuito de discutir a elaboração do Código Rural.

Foto: Arquivo SNA



O então vice-presidente da SNA em exercício, Dr. Arthur Torres Filho, entrega ao presidente da República, Getúlio Vargas, o título de *Presidente de Honra*, conferido pela SNA em agradecimento à doação de um terreno para a construção de sua sede, em 6 de fevereiro de 1945.

1946

Em 4 de fevereiro, é realizada, na SNA, a Reunião Nacional de Pecuáristas, na qual foi elaborado um memorial com sugestões ao presidente da República, relativas a temas como distribuição, taxas, cota de industrialização, leis regulamentadoras e políticas oficiais de melhoramento dos rebanhos.

1949

Em 26 de novembro, a SNA promove, em parceria com a Secretaria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, a conferência Restauração da Lavoura Cafeeira pelo Sombreamento, que conta com a presença do presidente da República, ministros, parlamentares e militares.

1947

A pedido da Câmara dos Deputados, a Sociedade Nacional de Agricultura elabora parecer sobre a proposta de tratado entre Brasil e Chile, acerca da industrialização de adubos químicos (azoto e salitre), desaconselhando a cláusula que previa a interdição da industrialização desses produtos no Brasil, por 3 anos.

1951

Com a volta de Getúlio Vargas ao poder, e, com ele, diversos colaboradores que haviam apoiado a fundação da Confederação Rural Brasileira, nos moldes propostos no anteprojeto elaborado pela SNA, em 1943, o Movimento Agrícola pró-CRB rearticula-se e, depois de algumas reuniões com representantes de entidades federativas estaduais, é fundada, oficialmente, a Confederação Rural Brasileira (CRB), mais uma vez na sede da SNA, em 26 e 27 de setembro.

1948

Em convênio com a Fundação Getúlio Vargas, realiza-se na Escola de Horticultura Wencesláo Bello, a I Semana do Hortelão, que consiste no internato gratuito de uma turma de 25 pessoas residentes no interior do estado, para a realização de cursos de horticultura.

Por demanda das classes rurais do estado, a SNA forma uma comissão que discute e propõe alterações na Lei nº 49-A, de 6/12/1947, uma lei estadual sobre Imposto de Transmissão de Propriedade, entregando suas propostas ao governo. Depois de reconhecida a legitimidade da demanda, a Assembléia Legislativa vota e o Executivo sanciona uma nova lei (a Lei nº 892, de 11/6/1950), alterando os pontos reivindicados.

1952

Em janeiro, é instalada a Comissão Nacional de Política Agrária, sob a presidência do ministro da Agricultura, João Cleofas, e com a participação de representantes da SNA. O principal resultado dos trabalhos da Comissão é o documento *Diretrizes para a Reforma Agrária no Brasil*.

A I Conferência Rural Brasileira ocorre entre 7 e 11 de outubro, na cidade do Rio de Janeiro, organizada pela Confederação Rural Brasileira (CRB). Nela, são

Sede atual da Sociedade Nacional de Agricultura.



Foto: André Tebzeira



Fotos: Arquivo SNA



Vista parcial do edifício à Rua 1ª de Março nº 15, onde a SNA funcionou de 1912 a 1935.

Foto tirada do balcão da antiga sede da SNA, na Av. Franklin Roosevelt, de onde é possível observar, ao centro, o prédio da atual sede – à época, ainda em construção –, em frente ao Aeroporto Santos Dumont, no centro do Rio de Janeiro, RJ, só concluída em 1951.

discutidos temas como o crédito agrícola, a mecanização da lavoura, a política agrária, etc., com grande participação de entidades rurais em geral, e da SNA, em particular. Preocupações gerais da classe no período são a ênfase industrializante da política econômica governamental e a questão da reforma agrária, com relação à qual todas as manifestações são contrárias a quaisquer mudanças bruscas. Ao final dessa Conferência, uma "exposição" é entregue ao presidente da República, sobre a criação do Serviço Social Rural, advogando sua organização pelas próprias classes rurais, de forma idêntica ao que ocorria na indústria e no comércio.

1953

Realiza-se a II Conferência Rural Brasileira, em Curitiba, PR, com um temário semelhante ao do ano anterior. Na ocasião, o representante da SNA aborda a questão do trigo no Brasil.

Torres Filho critica as propostas de reforma da estrutura agrária brasileira, baseadas na subdivisão das terras, e defende a assistência técnica, social e econômica aos trabalhadores do campo, como forma de aumentar a produtividade e melhorar as condições de vida da população rural.

1954

É a vez de a cidade de São Paulo sediar a III Conferência Rural Brasileira, que conta com uma agenda extensa e diversificada, na qual a questão da reforma agrária ocupa papel de destaque. Já a questão relativa à extensão dos direitos trabalhistas ao campo é apreciada por um grupo de trabalho do qual a SNA participa e que conclui que esta seria admissível, desde que não gerasse mudanças violentas nas relações patronais.

1955

A Sociedade Nacional de Agricultura posiciona-se contra a intervenção estatal no setor cafeeiro, que enfrenta séria crise de superprodução, sugerindo o aumento da produção brasileira de cafés finos, com maior ênfase na qualidade, para enfrentar a concorrência.

1956

A IV Conferência Rural Brasileira, realizada em Fortaleza, CE, participam 205 congressistas e a SNA se faz representar por uma comissão de cinco membros. A preocupação com a reforma agrária mantém-se presente e as recomendações apontam para uma legislação que trate do tema de maneira global e pluralista, e não apenas visando às "distorções" da estrutura fundiária.

1957

A SNA participa, em Belém, PA, da V Conferência Rural Brasileira, cuja ênfase são os problemas da Região Amazônica.

1960

Assume a presidência da SNA, Luís Simões Lopes.

Em comemoração ao Centenário do Ministério da Agricultura, o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira institui a Semana da Agricultura, de 22 a 28 de julho, destinada a concretizar e comemorar atos de interesse para as atividades agropecuárias, quando pela primeira vez, são entregues as medalhas do Mérito Agrícola, instituídas pela Confederação Nacional de Agricultura.

A SNA firma acordo com o governo federal para publicar, em separatas de *A Lavoura*, a Legislação Agrícola Brasileira, a partir de 1808.

1962

O Centro Audiovisual da Guanabara é inaugurado na Escola de Horticultura Wencesláo Bello, em função de convênio com o Conselho Regional do Serviço Social Rural, tendo por objetivo familiarizar os profissionais do campo com as modernas técnicas de informação em extensão rural.

1965

A Sociedade Nacional de Agricultura manifesta-se contrariamente à criação do Conselho de Desenvolvimento da Agricultura, assumindo postura crítica com relação ao modelo de administração técnico-burocrática que começa a vigorar, embora reconheça os esforços para implementar melhorias no setor agrícola.

1966

Um convênio entre a Sociedade Nacional de Agricultura e o Fundo Federal Agropecuário viabiliza a realização de uma série de cursos profissionais, especiais e de treinamento na Escola de Horticultura Wencesláo Bello, assim como a reforma e ampliação de suas instalações.

1968

Em cooperação com a Escola de Veterinária do Exército, a SNA começa a oferecer cursos a militares na Escola Wencesláo Bello.

1973

A SNA cria o prêmio *Destaques A Lavoura*, para homenagear pessoas ou entidades que, por sua atuação, tenham contribuído para o desenvolvimento das atividades ligadas ao setor agrícola.

1974

Na V Conferência da Ordem dos Advogados do Brasil, é aprovada recomendação relativa à criação de uma justiça federal especial, agrária, em decorrência das teses subscritas por Octavio Mello Alvarenga e por J. Paulo Bittencurt.

1975

A SNA elogia os bons resultados da política agrícola federal, que proporcionara, por exemplo, um aumento da participação da agricultura nas exportações brasileiras e uma significativa diversificação da pauta de exportações de produtos primários. Outra medida governamental que merece o apoio da Sociedade Nacional de Agricultura diz respeito à conservação do meio ambiente, como é o caso da criação do Programa Nacional de Conservação do Solo.

1979

Assume a presidência da SNA, Octavio Junqueira Mello Alvarenga.

1980

Em março, a Sociedade Nacional de Agricultura promove uma reunião no Clube da Associação Comercial do Rio de Janeiro, para analisar a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) sobre produtos agropecuários, em particular sobre os hortigranjeiros. Comparecem, ao evento, o secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro e representantes do setor fazendário de diversos estados.

Em 9 de abril, a SNA promove o Encontro Estadual de Dirigentes de Cooperativas de Produtores do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de preparar o temário para o Congresso Nacional de Cooperativismo, a realizar-se em Brasília, DF.

Sob o patrocínio conjunto da Sociedade Nacional de Agricultura, da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro, realiza-se o XVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, de 28 de julho a 1º de agosto, quando são discutidos temas como o modelo fundiário brasileiro, a política agrária, a agroindústria e os mercados interno e externo. Na oportunidade, Octavio Mello Alvarenga aponta o ideal cooperativista como um caminho importante para o desenvolvimento da agricultura brasileira.

1981

A SNA recebeu, no dia 24 de agosto, oito membros da Comissão de Alimentação, Agricultura e Florestas do Parlamento da República Federal da Alemanha, com o objetivo de debater questões ligadas à política agrária brasileira.

A Sociedade Nacional de Agricultura participou em novembro da promoção do 2º Seminário de Irrigação e Drenagem, que se realizou no Rio de Janeiro, em seqüência ao encontro realizado em maio de 1980.

A SNA realizou de 15 a 17 de dezembro, o Seminário "Análise e Perspectiva da Agricultura Brasileira 1981/82", como maneira de demonstrar que a mais antiga entidade vinculada à problemática agrária do Brasil, procura manter-se dentro de suas normas estatutárias, exigindo uma diversificação de estudos que somente uma gama também diversificada de analistas, altamente qualificados, poderia realizar.



Foto: Arquivo SNA

Solenidade de abertura do XVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Da esquerda para direita: Eliseu Andrade Alves, então presidente da Embrapa e da Sober; Moura Maia, então secretário-geral do Ministério da Agricultura; Edmundo Campello Costa, então secretário de Agricultura do Rio de Janeiro e Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA.



Foto: Arquivo SNA

O representante da Nestlé (à esquerda) é cumprimentado pelo coronel Carlos Heivido Américo dos Reis, então diretor do Montecoper, presidente da Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios e vice-presidente da SNA, após receber o 1º Destaque A Lavoura



Celebração do Convênio entre a SNA e a Secretaria de Educação do ex-Estado da Guanabara, em 1979.

Chagas Freitas, então governador do Rio de Janeiro (centro), preside o ato de Celebração do Convênio, ao lado de Luiz Simões Lopes, então presidente da SNA (à esquerda) e do secretário Celso Kelly (à direita). Em pé, o professor Henrique Carlos Ferrão, ex-assessor técnico da Secretaria de Educação.

Cerimônia de posse do Dr. Octavio Mello Alvarenga (centro) como presidente da SNA, em 30 de junho de 1979. Em primeiro plano, a partir da esquerda, o então presidente da Câmara dos Deputados, Célso Borja, representando o presidente da República, João Figueiredo, Octavio Mello Alvarenga e o primeiro vice-presidente da SNA, Gilberto Conforto.



Exposição Agropecuária em Cordeiro, RJ, em 1980. Octavio Mello Alvarenga, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, entrega o Troféu SNA ao comendador João da Silva, proprietário de Nogales Rockmann Beba, da raça Holandesa (Preto e Branco). O animal foi o grande campeão do evento.



Foto: Arquivo SNA

Foto: Odilene B. Lacerda



Visita do ex-presidente Ernesto Geisel à sede de SNA, em 27 de agosto de 1980. Da esquerda para a direita, Luiz Emygdio Mello Filho, José Motta Maia, Joel Naegele, José Carlos Vieira Barbosa, Gilberto Conforto, Alfredo Lopes Martins Neto, o então presidente da República, Ernesto Geisel, Carlos Helvidio Américo dos Reis, Octavio Mello Alvarenga, Theodorico de Assis Ferraço, Flávio da Costa Brito e Amaro Cavalcanti.



2º Seminário de Irrigação e Drenagem do Estado do Rio de Janeiro. Esse evento foi promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), em 1981. Ao centro, Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA; à sua direita, Nilo Peçanha Araújo de Siqueira, então diretor da Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem (Abid); Edmundo Campello Costa, então secretário de Agricultura do Rio de Janeiro, e José Oswaldo Pontes, então presidente da Abid.

Reunião de escritores e intelectuais na sede da SNA, em 5 de maio de 1981, quando do lançamento de um número especial da revista *A Lavoura Literária*, por ocasião do 85º aniversário da entidade. Da esquerda para a direita, Paulo Mendes Campos (ao lado de sua esposa Joan), Octavio Mello Alvarenga, Pedro Nava, Enlo da Silveira e Wilson Figueiredo.



1982

Em junho, a SNA organiza o Painel Ecológico-Econômico sobre o Rio Paraíba, reunindo vários representantes de instituições ligadas à proteção do meio ambiente, membros da SNA e do governo.

De 23 a 27 de agosto, a Sociedade Nacional de Agricultura promove o Seminário Internacional de Crédito Rural, na cidade do Rio de Janeiro, com a presença do então ministro da Fazenda, Ernane Galvêas; do então ministro da Agricultura, Amaury Stabile, e do então presidente do Banco Central, Theóphilo de Azeredo Santos, além de representantes de países da América do Norte, de Israel, da Europa e da Austrália, entre mais de 800 participantes. São debatidas questões relativas ao crédito propriamente dito e aos instrumentos legais capazes de proporcionar sua operacionalização de maneira eficiente, entre as quais a criação de uma Justiça Agrária especializada, há muito advogada pela SNA.

O Ministério da Agricultura assina convênio com a Sociedade Nacional de Agricultura, que se renovaria ao longo de vários anos, objetivando a dinamização do ensino na área de hortifrutigranjeiros e a difusão de tecnologia.

1983

A Sociedade Nacional de Agricultura e Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem-ABID realizaram, de 8 a 10 de junho, o 3º Seminário de Irrigação e Drenagem no Estado do Rio de Janeiro, reunindo técnicos e autoridades do setor agrícola, que discutiram os aspectos de produção, consumo e comercialização de hortifrutigranjeiros para a Região do Grande Rio.

A Sociedade Nacional de Agricultura promoveu, no dia 5 de novembro, um encontro das principais lideranças rurais do País com o governador Tancredo Neves, então candidato da Aliança Democrática à Presidência da República.

Na ocasião, o presidente da SNA destacou a importância que o candidato tem atribuído ao setor agrícola.



Seminário Análise e Perspectiva da Agricultura Brasileira 1981/82. Da esquerda para direita: José Kleber Leite de Castro, então diretor de Crédito Rural do Banco Central; Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA; Theophilo de Azeredo Santos, então presidente da Federação Nacional de Bancos (Fenaban) e Edgard Teixeira Leite.



Foto: Hector Hugo Borita

Mallson da Nóbrega (ao microfone), coordenou o painel de debates sobre Incentivos Fiscais e Subsídios, no Seminário Internacional de Crédito Rural, em 24 de agosto de 1982. Da esquerda para direita, Roberto Cavalcanti Albuquerque, José Haroldo de Castro Vieira, John Frearson (Austrália), Jean Madec e François Chartrain (França) e Antônio Ferreira Álvares da Silva.

Sessão solene de abertura do Seminário Internacional de Crédito Rural na SNA, no Rio de Janeiro, em agosto de 1982. Da esquerda para a direita, Eugênio Stefanello, então secretário de Agricultura do Paraná; Guilherme Pimentel Filho, então vice-presidente da Confederação Nacional de Agricultura; José Kleber Leite de Castro, então diretor de Crédito Rural do Banco Central; Carlos Geraldo Langoni, então presidente do Banco Central; Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA; Ernane Galvêas, então ministro da Fazenda; Theophilo Santos, então presidente da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban); Antônio Ferreira Álvares, então secretário de Agricultura de Minas Gerais; e Aloisio Garcia, pecuarista.



Foto: A Lavours



Foto: Clifton B. Lacerda

Comemoração oficial do 85º Aniversário da SNA. Solenidade realizada em 2 de fevereiro de 1982. Da esquerda para a direita: Alysseon Paulinelli, presidente do Bemge; Ubirajara Timm, secretário-geral do Ministério da Agricultura; governador de Minas Gerais, Francelino Pereira; presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga; Senador Ernani do Amaral Peixoto; José Carlos Fonseca, ministro do Tribunal Superior do Trabalho e o ministro Afonso Arinos de Mello Franco.



Foto: Helder Hugo Soria

Francisco Villela dos Santos (à esquerda) entrega a Eliseu Roberto de Andrade Alves, então presidente da Embrapa, o prêmio *Destaque A Lavoura* (14 de dezembro de 1982).



Foto: Adair M. Lima

Posse da Diretoria, em 7 de julho de 1983, com a presença do então ministro da Agricultura, Amaury Stabile (à esquerda), Octavio Mello Alvarenga (presidente da SNA, iniciando seu segundo mandato), o então vice-governador Darci Ribeiro, Wellington Moreira Franco e o deputado Celso Peçanha.

O presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga, oferece ao então presidente da República, general João Batista Figueiredo, os *Anais do Seminário Internacional de Crédito Rural* (18 de maio de 1983).



Foto: A Lencina



Foto: Arquivo SNA

Posse da Diretoria Regional (Rio de Janeiro e Espírito Santo) do Conselho Nacional de Pecuária de Corte, na sede da SNA, em 19 de maio de 1983. A partir da esquerda: Osaná de Almeida, Octavio Mello Alvarenga, João Carlos de Souza Meirelles, Rubens Vanâncio e Geber Moreira.

1984

A Prefeitura do Rio de Janeiro declara o Campus Ecológico da Penha, Área de Proteção Ambiental.

No dia 19 de maio, a SNA promoveu um encontro de interessados e de instituições promotoras e participantes da II Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, entre elas a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), o Museu Nacional (MN-UFRJ), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Sociedade Brasileira de Ecologia (SBE), a ex-Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), representada por seu presidente, o Dr. Octavio Mello Alvarenga e pela diretoria do Instituto de Ecologia e Ciências da Terra (Ieco).

A Sociedade Nacional de Agricultura propôs ao ministro da Agricultura, Nestor Jost, a imediata realização no País de ampla campanha de incentivo à implantação de hortas domésticas. O projeto, elaborado pelas Comissões Técnicas da SNA, foi apresentado ao ministro Nestor Jost, durante sua visita à sede da entidade, onde manteve encontro informal com mais de 80 empresários rurais de vários estados brasileiros.



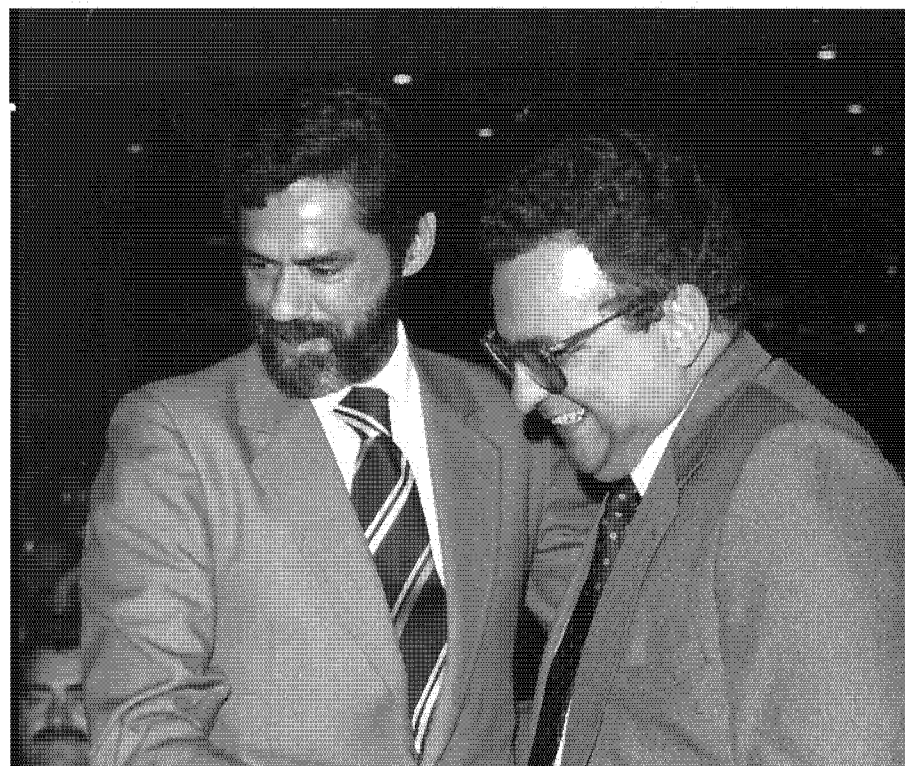
Foto: Arquivo O Globo

Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA, apresenta a Tancredo Neves, os líderes da agricultura que foram visitá-lo. Em primeiro plano: Olympio Vargens e Roberto Abreu Sodré. Atrás: Carlos Infante Vieira, Geber Moreira, Isaac Ferreira Leite e Sérgio Figueiredo.



Fotos Lucena & Lucena

O presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga, entrega o *Destaque A Lavoura* (1983) a Olacir Francisco de Moraes, considerado, à época, o maior produtor de soja do mundo (4 de julho de 1984).



Fotos Lucena & Lucena

O atual secretário de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro, Tito Ryff, entrega o *Destaque A Lavoura* a Ney Bittencourt de Araújo, da Agroceres (4 de julho de 1984).



Lançamento da Campanha de Hortas Domésticas, em 7 de maio de 1984. No auditório da SNA, o então ministro da Agricultura, Nestor Jost, recebe de Octavio Mello Alvarenga, um buquê de couve-flor.

O almirante Ibsen Guimarães Câmara (à direita), como presidente da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, entrega o *Destaque A Lavoua* a Augusto Ruschi, saudoso ecólogo e especialista em beija-flores (4 de julho de 1984).

Foto: Aldir M. Lima



Inauguração da Horta-Modelo Buquê de Alcachofras, da SNA, na Praça 22 de abril, no centro do Rio de Janeiro, em outubro de 1984. Da esquerda para a direita, a atriz Beatriz Segal; Luiz Emygdio de Melo Filho, então diretor da SNA; Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA; Ludmila Popow Mayrink da Costa, da Comissão Fiscal da SNA; Ricardo Marinho, vice-presidente das Organizações Globo; e à direita, Heloisa Aleixo Lustosa, ex-diretora do Museu Nacional de Belas Artes e Elias Camilo Jorge, secretário de Desenvolvimento Agropecuário do Rio de Janeiro.

Reunião da II Conferência Brasileira de Proteção à Natureza (Pronatura), em 15 de julho de 1984. Da esquerda para a direita, Octavio Mello Alvarenga, Paulo Nogueira Neto, Bandeira de Mello, Luiz Emygdio de Melo Filho, José Henrique Millan e Luiz Simões Lopes.



Foto: Aldir M. Lima

1985

De 30 de julho a 1º de agosto, a Sociedade Nacional de Agricultura promove o Seminário Nacional de Reforma Agrária/Justiça Agrária, no Hotel Glória, na cidade do Rio de Janeiro, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrícola (Mirad). A divulgação do I Plano Nacional de Reforma Agrária e o descontentamento que gerou entre a classe produtora marcam várias discussões. Mais uma vez, o presidente da entidade ressalta a importância da Justiça Agrária especializada na solução dos problemas da estrutura agrária do País e no abrandamento da tensão no campo, sugerindo à Assembléia Nacional Constituinte (a ser instalada), uma discussão jurídica a respeito.

Foto: Godofredo Souto Cruz



Seminário Nacional de Reforma e Justiça Agrária da SNA, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, RJ, em 1985. Da esquerda para a direita, Celso Peçanha, comandante Emamíl Amarel Peixoto, Octavio Mello Alvarenga e Darcy Ribeiro.

Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA, ao lado de Maria Julieta, filha do escritor Carlos Drummond de Andrade, na comemoração do Dia da Árvore, na Escola Wenceslão Bello (Campus da Penha), no Rio de Janeiro, RJ, em 21 de setembro de 1985.





Foto: Gilliant Promoção Visual Ltda.

Palestrantes do II Seminário Análises e Perspectivas da Agricultura Brasileira, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, RJ, em fevereiro de 1985. Ao centro, o presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga.



Inauguração das novas instalações da Biblioteca Edgar Teixeira Leite, no Campus da Penha, em outubro de 1985. À frente, Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA, ao lado do então ministro da Cultura, Aloísio Pimenta. Atrás, a partir da esquerda, Álvaro Leite Guimarães, Fernanda Colagrossi, Samuel Baron, Jacques do Prado Brandão, Maria Alice Barroso, Campos Mello e Helofsa Aleixo Lustosa.

1986

O Plano Cruzado ou Plano da Inflação Zero, colocado em prática pelo novo governo, suscita amplo debate na SNA, que prontamente busca analisar suas conseqüências para o setor agropecuário, especialmente no que diz respeito à situação dos produtores de leite diante do índice decretado para o aumento do produto e do eventual tabelamento dos hortigranjeiros.

Dando prosseguimento às discussões em torno do tema da Justiça Agrária, a SNA promove, em conjunto com o governo do Pará, o Instituto de Terras do Pará e a Associação Latino-Americana de Direito Agrário (Alada), o I Encontro Internacional de Jus-Agraristas, em Belém, PA.

Em 22 de maio de 1986, o então presidente da República, José Sarney, outorga à Sociedade Nacional de Agricultura, a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, a mais alta distinção diplomática do Brasil.

Em agosto, a Sociedade Nacional de Agricultura assina convênio com o Ministério da Educação, no qual o referido Ministério se compromete apoiar as atividades da Escola Wenceslão Bello e a fazer investimentos em suas instalações.

A SNA assina, também, convênio com a Prefeitura do Rio de Janeiro, no qual a Escola Wenceslão Bello compromete-se a plantar 100 mil mudas de árvores frutíferas nas encostas da cidade e a ceder uma área para a instalação de um centro de criação de suínos de alta linhagem.



Diploma correspondente à Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, conferido à Sociedade Nacional de Agricultura, em 22 de maio de 1986.

1987

No dia 12 de fevereiro, o Conselho Superior da SNA solidariza-se com a Frente Ampla da Agricultura Brasileira, na marcha de produtores rurais de todo o País a Brasília, quando foram reivindicadas definições sobre crédito agrícola, preços de garantia, estoques reguladores e tabelamento dos preços.

Simultaneamente, a SNA reafirma sua convicção na economia de mercado e no livre sistema de preços como orientações mais democráticas para a área econômica.

Por iniciativa de Octavio Mello Alvarenga, é criada a Sociedade Brasileira de Proteção Ambiental (Sobrapa), organização não-governamental sem fins lucrativos, que se constitui na base para o desenvolvimento do Projeto Maria Julieta Drummond de Andrade, que objetiva incentivar a formação e o desenvolvimento cultural no

âmbito da ecologia, meio ambiente e preservação ambiental e patrimônio natural.

Octavio Mello Alvarenga, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, e Emani do Amaral Peixoto, coordenador do Conselho de Integração da Agropecuária Fluminense (Ciaf), encaminham um documento à Assembléia Nacional Constituinte, apontando as preocupações de diversas entidades ligadas à produção agropecuária, sediadas na cidade do Rio de Janeiro, relativas ao encaminhamento dos temas trabalhistas e da reforma agrária.

A SNA participa, na pessoa de seu presidente, Octavio Mello Alvarenga, do II Seminário Nacional de Crédito Rural, promovido pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA, ao lado da então primeira-dama do País, D. Marly Sarmey; atrás, a partir da esquerda, Alzira Vargas, o então prefeito do Rio de Janeiro, Saturnino Braga; o acadêmico Marcos Villaza, Dolores Drummond de Andrade (sentada) e seu neto Pedro Augusto, ao lado de D. Marly Sarmey, na Inauguração do Projeto Cultural Maria Julieta Drummond de Andrade – Escola de Horticultura Wenceslão Bello, no bairro da Penha, no Rio de Janeiro, RJ, em setembro de 1987, quando D. Marly Sarmey assina a Ata de Criação da Sobrapa.



Foto: Arquivo SNA

1988

A SNA apóia estudos da Frente Ampla, na Assembléia Nacional Constituinte, para aprimorar o texto do projeto de lei agrícola do deputado José Egreja.

1989

Reunião de representantes da Associação de Defesa e Educação Ambiental (Adea), Associação de Defesa do Meio Ambiente (Adema), do Museu Nacional, da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), da Associação de Amigos de Petrópolis – Patrimônio Proteção aos Animais e Defesa da Ecologia (Apende), e da Sobrapa, na sede da SNA, com seu presidente, Octavio Mello Alvarenga, para a redação do *Manifesto pela Amazônia*.

1990

Em 23 de maio, Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA, e o então governador do Estado do Rio de Janeiro, Moreira Franco, assinam um protocolo de intenções, segundo o qual o governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio das Secretarias de Educação, Agricultura, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, compromete-se a revitalizar os 140.000 m² de área verde da Escola Wencesláo Bello, com a ampliação quantitativa e qualitativa das atividades educacionais.

Em agosto, a Sociedade Nacional de Agricultura realiza o Seminário de Reforma Agrária e Direito Ambiental, com a participação de jus-agraristas nacionais e internacionais, de empresários e ambientalistas. O evento conta com o apoio do Ministério da Agricultura e da Secretaria Nacional de Reforma Agrária, sendo organizado em quatro módulos: A Produção de Alimentos e a Reforma Agrária; O Meio Ambiente e o Direito Agrário; A Experiência Latino-Americana de Reforma Agrária; e A Função Social no Direito Agrário. Na ocasião, o paisagista Roberto Burle Marx é agraciado com o Prêmio Especial de Ecologia e Paisagismo.



Foto: Sisp Color

Octavio Mello Alvarenga, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, ao lado do então governador do Estado do Rio de Janeiro, Moreira Franco, e da então secretária Aspásia Camargo, na cerimônia de assinatura do Protocolo de Intenções entre a SNA e o governo do Estado, em junho de 1990.

1991

Em comemoração aos 94 anos da SNA, é realizado o painel Meio Ambiente e Desenvolvimento, quando o presidente dessa entidade, Octavio Mello Alvarenga, aborda a questão da responsabilidade empresarial e dos deveres normativos da União nessa matéria.

Em julho, o governo federal lança, em Presidente Prudente, MG, o Plano Nacional Agrícola (PNA), com a promessa de investimentos da ordem de CR\$ 1 trilhão, com a retirada do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos implementos e insumos agrícolas, e com a redução dos juros do crédito para médios e grandes produtores.

Em setembro, a SNA e o Município do Rio de Janeiro assinam convênio para a implantação de uma Horta-Escola no bairro da Penha, com o objetivo de desenvolver o Projeto Hortas Comunitárias Ecológicas. O projeto visa à melhoria da qualidade de vida das famílias que dele participam, por meio do consumo de produtos hortícolas de alto valor nutritivo e baixo custo, e da venda do excedente da produção, mediante a formação de cooperativas.

Em outubro, é assinado convênio entre o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária e a SNA, com o intuito de oferecer treinamento gerencial aos responsáveis pela gestão das cooperativas de produção no Estado do Rio de Janeiro e a divulgar, em *A Lavoura*, material de interesse do setor cooperativista.

1992

No dia 13 de fevereiro, a Sociedade Nacional de Agricultura oferece um almoço na Fazenda-Escola Wenceslão Bello, aos membros da Pleninco, instituição que congrega significativas entidades empresariais do Estado do Rio de Janeiro. Comparece ao evento, o então secretário de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, Tito Ryff, que faz uma exposição sobre as perspectivas da agricultura no Estado.

Em junho, no âmbito dos eventos promovidos por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92), a SNA promove a mostra Espaço Ecológico Latino-Americano em sua sede social, com o apoio dos consulados do Peru e do Equador. Além de quadros e de outros objetos representativos da cultura latino-americana, são apresentados vídeos ecológicos desses dois países.

Em 20 de agosto, a SNA realiza a mesa-redonda Mercosul: suas Decorrências no Agribusiness do Brasil e do Uruguai, com a participação do embaixador uruguaio no Brasil e de empresários fluminenses.

Palestra do embaixador do Uruguai, D. Enrique Fynn, à direita, no Auditório da SNA, em agosto de 1992, durante mesa-redonda sobre o Mercosul. Ao lado, Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA e José Carlos Fonseca.



Foto: Stop Color

1993

Nos dias 21 e 22 de janeiro, a SNA promove o I Fórum Nacional da Agricultura, reunindo empresários, autoridades e especialistas do setor rural, para buscar soluções na modernização do modelo agrícola brasileiro. O discurso de abertura fica a cargo do então ministro da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária, Lázaro Barbosa, que recebe de produtores e de técnicos, propostas para a revisão da Política de Subsídios e Crédito Rural.

Foto: Stop Color



Inauguração da Horta-Escola, do Projeto Rio Hortas. Em novembro de 1992, Marcello Alencar, então prefeito do Rio de Janeiro, exhibe uma alface colhida da Horta da Escola Wenceslão Bello (Campus da Penha), no Rio de Janeiro, RJ. À sua direita, Luis Paulo Correa da Rocha, então secretário municipal de Obras e Serviços Públicos, e à sua esquerda, Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA.



Foto: Stop Color

Mesa do I Fórum da Agricultura da SNA, em janeiro de 1993. Ao centro, a partir da esquerda, os então ministros Antônio Houaiss, da Cultura, e Aureliano Chaves, das Minas e Energia, Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA, e Lázaro Barbosa, ex-ministro da Agricultura.



O prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, despacha no escritório em que a SNA solicita o pagamento de prestações atrasadas. Ao seu lado, Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA, e o então secretário Alfredo Sirkis.

1994

Em 26 de fevereiro, o então prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, visita as instalações da Escola Wenceslão Bello, acompanhado dos então secretários Rodrigo Lopes, Alfredo Sirkis e Laura Carneiro, tendo recebido esclarecimentos sobre o programa Rio Hortas, decorrente de convênio entre a Prefeitura e a SNA.

Em 25 de abril, a Escola Wenceslão Bello recebe, também, a visita do então ministro da Economia, Rubens Ricupero, ex-titular da pasta de Meio Ambiente e Amazônia Legal, que profere seu discurso de posse como membro do Conselho Superior da SNA.

No dia 24 de junho, a SNA e a Universidade Federal Fluminense celebram um convênio, objetivando o desenvolvimento de um programa conjunto nas áreas de agricultura, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, envolvendo atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Tem início o curso de Planejamento Ambiental e Paisagístico, primeiro curso de especialização do recém-criado Centro de Estudos Avançados em Meio Ambiente e Desenvolvimento (Ceamad), mais um núcleo promotor de pesquisa e ensino da SNA. A Aula Magna é proferida em 26 de setembro, pelo então ministro do Meio Ambiente e Amazônia Legal, Henrique Brandão Cavalcanti. Pouco tempo depois, é inaugurado, também, o Curso de Especialização em Animais Silvestres.



Aula Magna Inaugural da Faculdade de Ciências Agroambientais (Fagram) e Abertura do Curso de Planejamento Ambiental e Paisagístico, promovido pelo Centro de Estudos Avançados em Meio Ambiente e Desenvolvimento (SNA, 1994). A partir da esquerda, professor Manillo Silvestre Fernandes, então reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Octavio Mello Alvarenga, da SNA; Henrique Brandão Cavalcanti, então ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal; professor Lulz Emygdio de Mello Filho; Geraldo Sampalo Vaz de Mello, então presidente da Comissão de Direito Ambiental do Instituto dos Advogados Brasileiros, e o professor Fernando Chacel.

1995

Em 12 de janeiro, Octavio Mello Alvarenga, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, encontra-se com o então ministro da Agricultura, José Andrade Vieira, em Brasília, DF, para apresentar as propostas da entidade para o programa de governo e discutir aspectos da importância da legislação agrária.

Em 19 de abril, o secretário extraordinário de Desenvolvimento Econômico do Município do Rio de Janeiro, o subprefeito da Av. Brasil e o chefe-de-gabinete da presidência da Light visitam a Escola Wenceslão Bello, para estabelecer parcerias com a SNA, quanto ao treinamento especializado para os diversos projetos da Subprefeitura, relativos a um plano paisagístico global para aquela avenida.

Em 13 de junho, Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA, é convidado de honra do Café Parlamentar, promovido pela Associação Comercial de Minas Gerais, em Belo Horizonte, onde discorre sobre a política agrícola brasileira e a necessidade de uma Justiça

Agrária especializada, especialmente no momento em que as ações visando à reforma agrária assumem contornos violentos e tornam urgente a pacificação no campo.

Início das atividades da Faculdade de Ciências Agroambientais (Fagram), com sede na SNA e Campus Universitário na Escola Wenceslão Bello. A faculdade oferece o curso de Zootecnia e é pensada para suprir uma deficiência da cidade do Rio de Janeiro, que até então não dispunha de um estabelecimento de ensino voltado para o ramo agrário. Além do curso principal, a Fagram também oferece diversos cursos de extensão nas áreas de rancicultura, minhocultura, plantas medicinais, suinocultura, administração rural e piscicultura, entre outros. Os currículos dos cursos, aprovados por órgãos competentes do governo federal, são orientados para atender às necessidades do mercado de trabalho.

A Escola de Pós-Graduação em Administração (EPGA), também recentemente inaugurada pela SNA, em sua sede, oferece os seguintes cursos: Pós-Graduação em Administração de Sistemas de Informação, Contratos com o Governo, Reengenharia de Processos e Formação de Gerentes.

Lançamento do livro de Octavio Mello Alvarenga, Política e Direito Agroambiental, no qual o autor comenta, artigo por artigo, a Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, a nova Lei de Reforma Agrária.

Foto: Stop Color



Encerramento do primeiro Curso de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental e Paisagístico e Aula Inaugural do Curso de Zootecnia da Escola Wenceslão Bello, no Rio de Janeiro, em 1995. Da esquerda para a direita, Alfredo Strida, então secretário de Meio Ambiente; professor Oswaldo Della Giustina; Gilberto Ramos, então vice-prefeito do Rio de Janeiro; Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA; embaixador Flávio Perri; Alberto Werneck Figueiredo, então secretário de Agricultura do Rio de Janeiro, e Roberto Rodrigues, então presidente da Sociedade Rural Brasileira.

1996

Em dezembro, a Fagram, com o apoio da SNA, do Ibama e da Fundação Rio Zêo, promove o I Seminário de Criação e Comercialização de Animais Silvestres, abordando temas como a criação de avestruzes, emas, aves ornamentais, capivaras e toda a legislação específica sobre o assunto.

Foto: Arquivo SNA



O então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (à direita), exibe um exemplar do recém-lançado livro *Política e Direito Agroambiental*, de autoria de Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA (centro), ladeado por Antonio Alvarenga, vice-presidente da SNA, em dezembro de 1996.

1997

Em 16 de janeiro, a Sociedade Nacional de Agricultura completa, oficialmente, 100 anos. Para comemorar essa data, é promovido, no Campus da Fagram, o Fórum Nacional dos Secretários de Agricultura, reunindo secretários de 18 estados brasileiros. Nesse mesmo dia, a SNA recebe o então ministro da Agricultura e do Abastecimento, Arlindo Porto, que se reúne com os secretários para debater os assuntos tratados no Fórum. A Fagram recebe ainda a visita do então ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato de Souza, que discursa diante de vários reitores. À noite, o então governador do Estado do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar, oferece uma recepção em homenagem ao Centenário da SNA, no Palácio das Laranjeiras.

Em 17 de janeiro, a SNA organiza o Fórum Nacional de Agricultura, inaugurado com discurso do então ministro Arlindo Porto. Os trabalhos são desenvolvidos em 33 grupos temáticos, que discutem diferentes aspectos da política agrícola nacional e setorial.

Em meio às solenidades, é lançado o carimbo comemorativo SNA 100 Anos, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Dando prosseguimento às comemorações, é realizada a solenidade de premiação de Celso Cabral Nunes, vencedor do concurso que objetivava a criação de uma nova e moderna logomarca para a entidade.

Em 13 de março, a SNA e a Universidade Castelo Branco, do Rio de Janeiro, firmam convênio de intercâmbio e cooperação técnica, visando à implementação e ao desenvolvimento de cursos de graduação e de pós-graduação nas áreas ligadas à Zootecnia e à Veterinária.

Em maio, *A Lavoura* completa 100 anos. Publicada trimestralmente, a revista destaca-se pela divulgação de matérias de caráter técnico-científico de interesse direto dos produtores rurais. Mantém, ainda, regularmente, uma seção dedicada à extensão rural, outra sobre

agronegócios e biotecnologia, além de um boletim a cargo da Sobrapa e números especiais dedicados a anais de congressos e seminários.

Em julho, o jornal *O Globo* noticia, com grande destaque, o aparecimento de um novo foco de febre aftosa em Itaperuna, RJ. Alberto Figueiredo, então secretário de Agricultura do Estado, e Walmick Mendes Bezerra, superintendente de Defesa Sanitária do Estado e diretor da SNA, divulgam intensamente a necessidade imperiosa da vacinação do rebanho fluminense. Nas páginas de *A Lavoura*, Joel Naegele, também diretor da SNA, inicia uma campanha no mesmo sentido, objetivando a erradicação da doença.

Encerrando as comemorações do seu Centenário, a Sociedade Nacional de Agricultura promove o 1º Congresso de Agribusiness do Estado do Rio de Janeiro, no auditório da Firjan, de 2 a 4 de dezembro. O Congresso conta com o patrocínio do Sebrae/RJ e com o apoio do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), e das secretarias de Agricultura, Abastecimento e Pesca e de Indústria e Comércio do Rio de Janeiro. Os painéis tratam dos seguintes temas: A Economia do Agribusiness; Arcabouço Institucional do Agribusiness no Rio de Janeiro; Competitividade e Tecnologia; Estrutura Fundiária e Meio Ambiente; o Projeto do Porto de Sepetiba e Agribusiness e Comércio Exterior. Após o encerramento do Congresso, a SNA realiza o último e significativo evento comemorativo dos 100 anos da instituição: a entrega do prêmio *Destaques de A Lavoura*, criado em 1973 e concedido, anualmente, às personalidades e empresas mais atuantes da área. No ano do Centenário da SNA, o prêmio ganha nova estatueta, uma roda de trator estilizada, onde a base é de mármore negro e a roda do trator é confeccionada em bronze. O novo design da estatueta é uma concepção da artista plástica Yvonne Bezerra de Melo.



Fórum Nacional de Agricultura da SNA, em janeiro de 1997. A partir da esquerda, Roberto Rodrigues, Alton Barcelos Fernandes, então secretário-executivo do Ministério da Agricultura; Arindo Porto, então ministro da Agricultura, Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA, e Guilherme Leite da Silva Dias, então secretário de Política Agrária do Ministério da Agricultura.



Recepção oferecida por Marcello Alencar, então governador do Rio de Janeiro, em janeiro de 1997, em homenagem aos 100 anos da SNA, no Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Soprando as velinhas, Arindo Porto, então ministro da Agricultura, e Octavio Alvarenga, presidente da SNA. Atrás, da esquerda para a direita, o ex-governador Marcello Alencar e os então secretários João Luis Homem de Carvalho e Alberto Figueiredo.

Foto: Newton Bastos



Comemoração do Centenário da Sociedade Nacional de Agricultura. Fórum Nacional dos secretários de Agricultura, realizado no Campus da Penha, em 18 de janeiro de 1997.

Foto: Newton Bastos



Primeiro Painel do 1º Congresso de Agribusiness da SNA, em dezembro de 1997, no Auditório da Firjan. Da esquerda para a direita, Amílcar Gramacho, diretor-superintendente da Organização das Cooperativas Brasileiras; Nelson Mamede, diretor de Grãos e Desenvolvimento da Sadia; Celina Vargas do Amaral Peixoto, diretora da Firjan; Alberto Wernneck Figueredo, secretário de Estado de Agricultura; Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA; Luiz Alberto Garcia, presidente da Associação Brasileira de Agribusiness; Roberto Ferreira Pinto, presidente da Central dos Produtores de Leite (CCPL); Elui Krugel, gerente nacional de produção de fumo da Souza Cruz; e Octavio Dyckerhoff, presidente da Associação dos Suinocultores do Rio de Janeiro.



Foto: Newton Bastos

Entrega do Destaque A Lavoura 1997, categoria Cultura, no 1º Congresso de Agribusiness da SNA: Nininha Megalhães Lins, representando sua mãe, Sra. Maria do Carmo Nabuco, recebe o prêmio do então ministro da Agricultura, Arindo Porto.



1º Congresso de Agribusiness da SNA, em dezembro de 1997, Quarto Painel: da esquerda para a direita, Octavio Mello Alvarenga presidente da SNA; Maria Cecília Ladeira de Almeida, professora da SNA; Francisco Urbano Araújo Filho, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Eraldo Lírio de Azevedo, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura; Antônio Ernesto de Salvo, presidente da Confederação Nacional da Agricultura; Raul Jungmann, ministro de Política Fundiária; Flávio Perri, secretário de Estado de Projetos Especiais; Fernando Almeida; e Luiz Marcos Hafers, presidente da Sociedade Rural Brasileira.



Posse de Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira (à direita) e de Roberto Paulo César de Andrade (segundo à direita) no Conselho Superior da SNA, em 4 de agosto de 1997. Na foto, Octavio Mello Alvarenga e Eliézer Batista



Assinatura do convênio de cooperação técnica entre a SNA e a Universidade Castelo Branco (UCB). Da esquerda para direita: Sylvia Wachner, diretora da SNA; Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA; Vera Gissoni, reitora da UCB; e Antonio Mello Alvarenga Neto, vice-presidente da SNA.

1998

No dia 8 de abril, Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA, discursa na Académie d'Agriculture de France, em Paris, sobre a questão da reforma agrária e do papel do Movimento dos Sem-Terra (MST).

Em setembro, a edição de *A Lavoura* comemora a erradicação da febre aftosa no Estado do Rio de Janeiro, depois de mais de 1 ano sem a ocorrência de um só foco da doença no Estado.

No final do ano, o reitor da Harvard Business School (HBS), Kim Clark, acompanhado do professor Steven Wheelwright, coordenador do MBA daquela instituição, visita o Rio de Janeiro, para um encontro com ex-alunos, entre eles Sylvia Wachsner, diretora-executiva da SNA, que completara na HSB, nos Estados Unidos, o programa Governing for non Profit Excellence.

pretende combater a tradicional visão paternalista, frente aos problemas indígenas, gerando iniciativas que levem a ações verdadeiramente concretas em benefício dessas etnias. Durante o evento, a SNA é representada por seu presidente, que fala sobre terras indígenas no Brasil.

Em novembro, a SNA recebe a visita do ministro da Agricultura da República Tcheca, Jan Fenel, acompanhado de sua comitiva, para uma reunião de trabalho cuja meta principal é descobrir novas possibilidades para intensificar o agribusiness entre o Brasil e esse país do Leste Europeu, evitando a ação de possíveis atravessadores de outros países, nas relações comerciais em questão.

1999

Nos três últimos dias de abril, estimulada pelo êxito do 1º Congresso de Agribusiness do Estado do Rio de Janeiro, a Sociedade Nacional de Agricultura organiza seu 2º Congresso, cujo tema geral é a trindade Qualidade, Produtividade e Competitividade, equacionada em cinco painéis: Competitividade e Globalização; Inovação Tecnológica; Competitividade e Infra-Estrutura; Financiamento às Melhorias Tecnológicas e Oportunidades Setoriais.

Sob a coordenação do professor Emilio Ordóñez, são realizadas no Instituto de Investigaciones Jurídicas, da Universidad Nacional Autónoma de Méjico, as IX Jornadas Lascasianas, uma análise interdisciplinar da aplicação do Convênio 169. O termo lascasiano deriva do nome do Padre Bartolomé de las Casas, que, na época da ocupação dos países que hoje constituem a América Latina, denunciou os crimes cometidos pelos invasores ibéricos. O Convênio 169, proposto perante a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1988,



Foto: Newton Bastos

O ministro da Agricultura da República Tcheca, Jan Fenel, à direita, ao lado de Octavio Mello Alvarenga, ao centro, e o embaixador Ladislav Skerik, à esquerda, durante visita à SNA, realizada em dezembro de 1999.

Foto: Newton Bastos



Almoço oferecido durante o 2º Congresso de Agribusiness, na Firjan, em abril de 1999. Da esquerda para direita, Luiz Marcos Suplicy Hafers (presidente da Sociedade Rural Brasileira), o presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga, o então presidente da Associação Brasileira de Agribusiness, Roberto Rodrigues; Luiz Rogério Magalhães, secretário de Estado de Agricultura do Interior do Rio de Janeiro; André Cabral de Souza (executivo da Agro-Finep); Kevin Murphy (presidente da Austin Associates); Antônio Salazar Brandão, coordenador empresarial do Grupo Executivo de Fruticultura da Firjan, e os diretores da SNA, Walmick Mendes Bezerra, Joel Naegele e Ronaldo de Albuquerque.

Foto: Newton Bastos



Participantes do Segundo Painel do Congresso de Agribusiness de 1999. Da esquerda para a direita, Wanderley de Souza (secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro), Paulo Alcântara Gomes, reitor da Universidade Castelo Branco; Elísio Contini (assessor do diretor-presidente da Embrapa) e Eluí Krügel (gerente nacional de produção agrícola da Souza Cruz).



Foto: Newton Bastos

Presenças no 2º Congresso de Agribusiness. Da esquerda para a direita, o diretor da SNA, Joel Naegele; Roberto Ferreira da Silva Pinto, vice-presidente da SNA; o presidente da SNA Octavio Mello Alvarenga; Abraham Szyglic (diretor de Projetos Agrícolas do Tahal Consulting Engineers); o diretor da SNA Walmick Mendes Bezerra e o embaixador de Israel, Yaacov Keinan.



Embaixador de Israel, Yaacov Kelner; ministro da Agricultura Francisco Turra; prefeito do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde; o presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga e Luiz Rogério Magalhães, secretário de Estado da Agricultura do Interior do Rio de Janeiro, na abertura do 2º Congresso de Agribusiness, na Firjan.



Participantes do Terceiro Painel do 2º Congresso de Agribusiness. Da esquerda para a direita, o presidente do Grupo Algar, Luiz Alberto Garcia, Sílvia Helena Galvão de Miranda (assessora econômica da Federação de Agricultura de São Paulo), o presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Eugênio Stefanelo e o então presidente da Associação Brasileira de Agribusiness, Roberto Rodrigues.



Visita à SNA dos secretários de Estado, Tito Ryff (segundo à direita) e Luiz Rogério Magalhães (último à direita), respectivamente, de Desenvolvimento Econômico e Turismo; e de Agricultura, Abastecimento e Pesca do Rio de Janeiro, em 3 de março de 1999. Na foto, Roberto Paulo César de Andrade (à esquerda), presidente da Brascan; ex-ministro Marcílio Marques Moreira; e Octavio Mello Alvarenga.



Visita do ministro da Agricultura da República Tcheca Jan Fenel, à SNA, em 19 de novembro de 1999.

2000

No dia 14 de janeiro, é realizada no auditório da Confederação Nacional do Comércio, Sessão Comemorativa do 103º Aniversário da Criação da Sociedade Nacional de Agricultura, com a presença de várias autoridades, entre elas os senadores Francellino Pereira e Saturnino Braga. Na mesma ocasião, são entregues os diplomas de Zootecnista do Ano e de Veterinário do Ano, respectivamente a Luís Rogério Magalhães e a Eduardo Batista Borges.

Em 11 de fevereiro, no auditório do Clube de Engenharia, é realizada a solenidade de formatura da Primeira Turma de Zootecnia da Fagram. Pioneiramente, um curso de formação superior, aproveitando as condições de localização e instalação no bairro da Penha, na cidade do Rio de Janeiro, qualifica sete profissionais, todos já inseridos no mercado de trabalho, quando da colação de grau.

Representando a SNA e a Associação Latino-Americana de Direito Agrário, Octavio Mello Alvarenga participa do VI Congresso Mundial de Direito Agrário, no sul da Espanha. O programa do evento, elaborado por um advogado costa-riquenho, exclui os brasileiros do auditório principal. É redigido, então, um protesto formal, por parte da comitiva brasileira, que encaminha o documento aos organizadores do conclave e, posteriormente, solicita providências à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e ao Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB).

Em outubro, a Sociedade Nacional de Agricultura, em parceria com a Universidade Castelo Branco (UCB), inaugura a Clínica-Escola de Medicina Veterinária Dr. Paulo Alfredo Gissoni, no Campus da Penha, onde a UCB ministra o Curso de Medicina Veterinária. A Clínica-Escola é equipada com três ambulatórios, um centro cirúrgico completo, um ambulatório de patologia e uma sala de radiologia. O atendimento é feito por especialistas das áreas de cardiologia, homeopatia, endocrinologia, oftalmologia, dermatologia e ortopedia.

De 11 a 13 de dezembro, a SNA realiza, no Jockey Club, na cidade do Rio de Janeiro, o 3º Congresso de

Agribusiness – Agricultura na Nova Economia: o Impacto da Internet. O evento, cuja palestra inicial é proferida pelo então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Pratin de Moraes, discute a utilização da Internet, sua influência no agronegócio, e se divide em oito painéis: Panorama Atual e Perspectivas do E-Business; Comunidades Virtuais; O Papel das Cooperativas e o Mercado Externo; Logística e Planejamento de Vendas; Infra-Estrutura de Telecomunicação e Terceirização de Serviços de Tecnologia; A Tributação no E-Commerce; Ensino Presencial e à Distância e O Novo Mercado de Trabalho com a Tecnologia da Informação Aplicada ao Agribusiness.



Foto: Cristiane Barros

Formatura da Primeira Turma de Zootecnia da Faculdade de Ciências Agroambientais (Fagram), em 11 de fevereiro de 2000. Da esquerda para a direita, Luiz Henrique de Sousa Salgado, Felipe Fonseca Mendes, Fabiano Henrique Vaz de Marca Pedras, Norliene Ane dos Santos, Lutz Alves Franco Junior, Paulo Rogério Molinari de Tavares e Paulo Fernando Brink de Resende.



Visita do prefeito do Rio de Janeiro ao Campus da Penha, em agosto de 2000. Da esquerda para a direita, Vera Giasoni, reitora da Universidade Castelo Branco; prefeito Luís Paulo Conde; Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA; Walmick Mendes Bezerra, diretor da SNA; e o embaixador Afonso Arinos de Mello Franco.



Participantes do Quarto Painel do 3º Congresso de Agribusiness, em dezembro de 2000, no Jockey Club: da esquerda para a direita, Ruy Barreto, presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agro-Pastoris do Rio de Janeiro (Faciarij); Eduardo Tadeu de Paiva (gerente de produto da Bolsa1.com), Claudine Bichara Oliveira (Netuna); presidente da SNA Octavio Mello Alvarenga, Celso Valner Manzatto, chefe de pesquisa e desenvolvimento da Embrapa Solos; Fabio Cadore (diretor-executivo da e-Deliver) e Marcos Paim, diretor de operações da Maxilog.



3º Congresso de Agribusiness, em dezembro 2000, no Jockey Club – Terceiro Painel, da esquerda para a direita, Nivaldo Carlucci (presidente da Associação Brasileira de Marketing Rural); Gilberto Alencar (diretor de marketing do Canal Rural); Jair Coser (presidente do Unicafé); Marco Polo Moreira Leite (presidente do Conselho Empresarial de Comércio Exterior da Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRJ); Sílvia Helena Galvão de Miranda (chefe do departamento econômico da Federação de Agricultura do Estado de São Paulo) e José Augusto de Castro (diretor da Associação de Comércio Exterior do Brasil).



Abertura do 3º Congresso de Agribusiness da SNA, no Jockey Club do Rio de Janeiro. Da esquerda para a direita, Nestor Jost, secretário da SNA; presidente da Fecomércio, Orlando Santos Diniz; Antônio Sérgio Fragomeni, secretário de Política Tecnológica Empresarial do Ministério da Ciência e Tecnologia; o então ministro da Agricultura, Pratini de Moraes; o presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga; Francisco Dornelles, então ministro do Trabalho, e Noel de Carvalho Neto (secretário de Agricultura do Rio de Janeiro).



Espaço dos expositores no 3º Congresso de Agribusiness, realizado de 11 a 13 de dezembro de 2000, no Jockey Club do Rio de Janeiro.



Estande da SNA, no 3º Congresso de Agribusiness, no Jockey Club do Rio de Janeiro (2000).

Mesa que compôs o 7º Painel do 3º Congresso de Agribusiness da SNA. Da esquerda para a direita: Eduardo Batista Borges, presidente do CRMV-RJ; Antonio Carlos Rodrigues da Silva, da Universidade do Campo; André Luiz Zambalde, Coordenador Geral da UFPA; Paulo Alcântara Gomes, Reitor da UCB; Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA; Padre Jesus Hortal Sanchez, Reitor da PUC/RJ; e Weissel Eykman, Diretor da Rede Capa.





No 3º Congresso de Agribusiness da SNA, Nestor Jost, diretor da SNA; Orlando Santos Diniz, presidente da Fecomércio; Antônio Sérgio Fragomeni, da Secretaria de Política Tecnológica Empresarial do Ministério da Ciência e Tecnologia; o então ministro da Agricultura, Pratinô de Moraes, e o presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga.



Reunião-almoço na SNA, em 20 de outubro de 2000, com parlamentares e empresários da República Tcheca.



O presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga (segundo à direita), visita, em maio, Agrishow 2000, a maior feira de agribusiness da América Latina, em Ribeirão Preto, SP, ladeado à esquerda pelo secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Benedito Rosa; e à direita pelo presidente da Sociedade Rural Brasileira, Luiz Hafers; e pelo então presidente da Associação Brasileira de Agribusiness, Roberto Rodrigues.



Da esquerda para a direita, Paulo Alcântara Gomes, reitor da Universidade Castelo Branco, Antônio Carlos Rodrigues (Universidade do Campo, Paraná), presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga, e Padre Jesus Orthal, reitor da PUC-RJ, no 3º Congresso de Agribusiness da SNA.



Participaram do 3º Congresso de Agribusiness da SNA, Roberto Rodrigues (então presidente da Associação Brasileira de Agribusiness); o então ministro da Educação, Paulo Renato Souza; e o presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga.

2001

É diplomada, no auditório do Sebrae/RJ, a segunda turma de Zootecnia da Fagram, consolidando o trabalho da SNA na área educacional de nível superior.

No dia 17 de maio, em reunião extraordinária da diretoria da SNA, com a presença de diversos conselheiros de toda a diretoria do Sebrae/RJ, e de um representante do Senar/SP, é colocado em prática o dispositivo estatutário que transforma o Conselho Superior da SNA em Academia Nacional de Agricultura.

Na manhã do dia 28 de setembro, em festa idealizada pelo professor Luiz Emygdio de Mello Filho, presidente do Conselho Estadual de Cultura e membro titular da Academia Nacional de Agricultura, a SNA, em resposta ao trágico atentado terrorista ocorrido no dia 11 de setembro, em Nova Iorque, que vitimou 6 mil pessoas, promove o plantio das Árvores da Paz, no Campus da

Penha. A diretoria do Jardim Botânico colabora com o evento, oferecendo 50 mudas de árvores nativas, para serem plantadas na ocasião.

O virologista, médico veterinário e professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Cláudio Andrade, faz palestra na sede da SNA, em sessão da Academia Nacional de Agricultura, sobre o tema: Antraz (carbúnculo hemático) e suas Conseqüências.



Luiz Emygdio de Mello Filho, diretor da SNA, participa da manifestação Árvores da Paz, contra a violência e o terrorismo no mundo, em setembro de 2001, no Campus da Penha, no Rio de Janeiro.



Senador Saturnino Braga observado pelo presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga, participa, em 2001, no Campus da Penha, no Rio de Janeiro, da manifestação Árvores da Paz, ato contra a violência e o terrorismo no mundo, promovido em decorrência do 11 de setembro.

2002

Nos dias 18 e 19 de março, novamente na sede do Jockey Club Brasileiro, a SNA promove, com patrocínio do Sebrae/RJ, o 4º Congresso de Agribusiness – Análise da Cadeia Produtiva Animal. Mais de 1.200 pessoas, entre líderes e autoridades do Poder Executivo, técnicos e especialistas de grandes empresas ligadas ao setor, representantes dos Conselhos de Veterinária e Zootecnia, lotam o auditório do Jockey, no centro do Rio de Janeiro. O então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Pratinde Moraes, faz a palestra de abertura e, em seguida, são apresentados os seguintes painéis durante os dois dias do evento: Avanços Tecnológicos, Biotecnologia e Inseminação Artificial; Produção Animal, Nutrição e Manejo; Mercados e Inspeção Sanitária; Prevenção e Controle de Doenças; Avanços na Medicina Veterinária; Ensino, Pesquisa e Serviços Voltados para a Cadeia Produtiva Animal do Agribusiness e Oportunidades de Negócios na Cadeia Produtiva Animal. Após o último painel, é entregue o prêmio *Destaques A Lavoura: SNA 105 Anos*, nas áreas de Política, Agricultura Orgânica, Bem-Estar Animal, Biotecnologia, Cooperativismo, Meio Ambiente e Pecuária, entre outros.

Em reunião da diretoria da SNA, com a presença do então secretário de Agricultura, Abastecimento e Pesca do Estado do Rio de Janeiro, são discutidos financiamentos para as áreas de agricultura e pesca. Durante o encontro, Antonio Alvarenga, vice-presidente da SNA, anuncia a aprovação, por parte do Sebrae/RJ, de dois projetos da SNA: a instalação de uma incubadora de empresas no Campus da Penha, onde funcionam a Escola Wenceslão Bello e a Faculdade de Ciências Agroambientais (Fagram), e um levantamento completo de toda a cadeia animal do Estado do Rio de Janeiro, incluindo empresas e produtores do setor pecuário.

No dia 17 de maio, são votados os estatutos do Instituto Cultural SNA, antiga aspiração da entidade. Dispondo do auditório Ildefonso Simões Lopes, completamente reformado e com novo foyer, a diretoria- executiva do

Instituto elabora um programa de trabalho que privilegia a realização de eventos culturais oriundos do interior do Estado do Rio de Janeiro, bem como a apresentação de concertos de música erudita e de música popular, além da realização de palestras com personalidades artísticas e recitais de poesia.

O Instituto Cultural SNA promove um almoço em homenagem ao poeta equatoriano Jorge Enrique Adoum. O encontro é organizado pela ex-cônsul do Equador e diretora-executiva da SNA, Sylvia Wachsner. Diversos intelectuais participam da homenagem, tais como o presidente da Academia Brasileira de Letras, Alberto da Costa e Silva, os acadêmicos Lêdo Ivo e Afonso Arinos de Mello Franco, o poeta Ferreira Gullar e o escritor e tradutor Eric Nepomuceno.

Em julho, o Instituto Cultural SNA é inaugurado, oficialmente, com a abertura da exposição Rio das Ostras – Baía Formosa, apresentando aquarelas, óleos sobre tela, esculturas e ensaios fotográficos assinados por artistas e fotógrafos locais. O evento tem início com a exibição da Orquestra Kuarup, formada por mais de 20 músicos, a partir de um trabalho social desenvolvido em Rio das Ostras, que beneficia desde crianças a idosos.

É realizada a cerimônia de formatura da terceira turma de Zootecnia da Fagram, no auditório do Instituto Cultural SNA.

Em dezembro, a Sociedade Nacional de Agricultura promove, em sua sede, o Seminário Agricultura Familiar e Mercado Orgânico, realizado no auditório Ildelfonso Simões Lopes. Participam do evento os organizadores da feira alemã Bio-Fach, ao lado de representantes das Agências Regionais de Comercialização (Arcos) nos estados, da Secretaria de Reforma Agrária, da Câmara de Comércio Brasil-Alemanha, do Banco do Brasil, do BNDES e de vários produtores rurais brasileiros.



Foto: Jorge Romald

Orquestra Kuarup se apresenta no Instituto Cultural da SNA, por ocasião da exposição Rio das Ostras – Baía Formosa, em julho de 2002.



Assembléia Geral de Constituição do Instituto Cultural SNA, em julho de 2002. Da esquerda para a direita, Padre Jesus Hortal, reitor da PUC/RJ; Almirante Ibsen de Gusmão Câmara, vice-presidente da SNA e da Sobrapa; Sylvio Lago, vice-presidente do Instituto Cultural SNA; Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA; e Maria Beltrão, diretora do Centro de Estudos Brasileiros do Instituto Cultural SNA.

No estande da Sociedade Nacional de Agricultura, durante o 4º Congresso de Agribusiness, da esquerda para a direita: José Olavo Borges Mendes, presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ); Gilman Viana Rodrigues, presidente da Federação da Agricultura de Minas Gerais; Antonio Ernesto de Salvo, presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); e Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA.





Alberto Duque Portugal, então presidente da Embrapa, recebe das mãos de Octavio Mello Alvarenga, o prêmio *Destaque A Lavoura*, durante a cerimônia de encerramento do 4º Congresso de Agribusiness.



O então ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, recebe o prêmio *Destaque A Lavoura*, das mãos do presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga, durante o 4º Congresso de Agribusiness (2002).



O presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio de Janeiro CRMV-RJ, Eduardo Batista Borges, entrega o *Destaque A Lavoura* à Elizabeth Mac Gregor, da Sociedade Mundial de Proteção Animal no mesmo evento.

2003

De abril a maio, em convênio com o Sebrae/RJ, o Instituto Cultural SNA apresenta o evento Caminhos do Ouro – Estrada Real. Numa programação variada, que inclui palestras, declamação de poesias, danças folclóricas, filmes e degustação de cachaças, quando é oferecida ao público a oportunidade de contemplar o artesanato de Minas Gerais e de Paraty, RJ, em forma de esculturas e objetos. Encerrando o ciclo, o embaixador e acadêmico Sérgio Paulo Rouanet profere a palestra O Barroco Mineiro.

Ainda em maio, é realizada Assembléia Ordinária que reelege para o período de 2003 a 2007, a atual diretoria-executiva da SNA.

No dia 23 de julho, Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA, participa de um encontro em Brasília, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A reunião, organizada pelo ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, conta com a presença de 17 convidados, incluindo ruralistas. Participam, ainda, o ministro da Casa Civil, José Dirceu, e o secretário da Presidência da República, Luiz Dulci. Na ocasião, o presidente da SNA entrega ao presidente Lula os Anais do 4º Congresso de Agribusiness e o convida para o próximo conclave, realizado em novembro do mesmo ano, na cidade do Rio de Janeiro. Em seguida, os participantes discutem questões agrárias de interesse nacional, a exemplo dos transgênicos e das invasões de terra comandadas pelo Movimento dos Sem-Terra (MST).

É diplomada a primeira turma do Curso de Medicina Veterinária, fruto de uma parceria entre a Universidade Castelo Branco, no Rio de Janeiro, e a Sociedade Nacional de Agricultura.

Em novembro, a SNA promove o 5º Congresso de Agribusiness, dessa vez tendo como tema geral a Segurança Alimentar. A abertura do evento, como de costume, é feita pelo presidente da SNA. Seguem-se os discursos do secretário de Agricultura, Abastecimento e Pesca do Estado do Rio de Janeiro, Christino Áureo da Silva, e do ministro da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento, Roberto Rodrigues. O congresso é dividido em cinco painéis: Segurança e Qualidade na Cadeia Produtiva de Alimentos de Origem Animal; Segurança e Qualidade na Cadeia Produtiva de Alimentos de Origem Vegetal; Segurança Alimentar e Comércio Exterior; Cadeia Produtiva de Produtos Orgânicos e Papel da Biotecnologia.

No final do ano, a revista *A Lavoura* é lançada com o encarte *Academia Nacional de Agricultura*, que registra a solenidade da inauguração oficial da Academia, ocorrida em 24 de novembro de 2003, e sintetiza o ideário da nova entidade, bem como a biografia de cada um de seus 40 membros.

O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, recebendo os cumprimentos do presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga, toma posse como membro da Academia Nacional de Agricultura, durante o 5º Congresso de Agribusiness (2003).





Solenidade de instalação da Academia Nacional de Agricultura, no 5º Congresso de Agribusiness (2003). Da esquerda para a direita, de pé: Antônio Mello Alvarenga Neto, Tito Bruno Bandeira Ryff, Roberto Ferrelra da Silva Pinto, José Carlos Azevedo de Menezes, Walmick Mendes Bezerra, Joel Naegele, Pierre Landolt, Leopoldo Garcia Brandão, Luiz Marcus Suplicy Hafers, Jório Dauster e Dick Thompson. Sentados: Edmundo Barbosa da Silva, Antônio Ernesto Werna de Saivo, Fábio de Salles Meirelles, Denise Frossard, Osaná Sócrates de Araújo Almeida, Octavio Mello Alvarenga, Roberto Rodrigues, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, Ronaldo de Albuquerque, Antônio Carneira, Elvo Santoro, Sylvia Wachsner e Nestor Jost.



O empresário Antônio Ernirio de Moraes (à direita), ao lado do presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga, toma posse como membro da Academia Nacional de Agricultura, no 5º Congresso de Agribusiness, no Jockey Club do Rio de Janeiro, em 2003.



Personalidades que tomaram posse como membros da Academia Nacional de Agricultura, durante o 5º Congresso de Agribusiness da SNA (2003): Octavio Mello Alvarenga, Antônio Ernirio de Moraes, Roberto Rodrigues, Luiz Marcus Suplicy Hafers e Fábio de Salles Meirelles.



Mesa de abertura do 5º Congresso de Agribusiness (2003). Da esquerda para a direita, René Dubols, presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária; Antônio Ernesto Werna de Salvo (presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil); Octavio Mello Alvarenga (presidente da SNA); Christino Áureo da Silva (secretário de Agricultura do Rio de Janeiro), Paulo Alcântara Gomes (reitor da Universidade Castelo Branco) e o ex-ministro da Agricultura, Pratini de Moraes.

Dr. Jadyr Vogel recebe das mãos do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, a Grã-Cruz da Ordem do Mérito da Medicina Veterinária, durante o 5º Congresso de Agribusiness (2003).





Christino Áureo da Silva (secretário de Agricultura do Rio de Janeiro), o presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga, e o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, no estande da Sociedade Nacional de Agricultura (5º Congresso de Agribusiness, em 2003).

Flash do 5º Congresso de Agribusiness (no Jockey Club, em 2003): o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, ao lado do presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga, e de Maria Beatriz Costa e Rosina Cordeiro Guerra, ambas do portal Planeta Orgânico.



Octavio Mello Alvarenga, na coletiva com o presidente Lufs Inácio Lula da Silva, entre os ministros Roberto Rodrigues e Luiz Dulci, em 23 de julho de 2003.



Foto: Arquivo SNA

Foto: Eduardo Carnevalho



Assinatura do Acordo de Cooperação entre o Sebrae, o Instituto Cultural da SNA e o Instituto Estrada Real, em 28 de abril de 2003. Celina Vargas do Amaral Peixoto, diretora do Sebrae; Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA; Paulo Maurício Castello Branco, diretor do Sebrae e Eberhard Hans Aichinger, presidente do Instituto Estrada Real.

Durante o evento *Caminhos do Ouro*, as presenças de Paulo Alcântara Gomes, Reitor da UCB, Márcio Fortes de Almeida, presidente do Conselho Empresarial de Desenvolvimento Regional e Turismo da Associação Comercial do Rio de Janeiro e Octavio Mello Alvarenga.



Foto: Eduardo Carnevalho

2004

Em 26 de abril, no auditório da SNA, Audrae Erickson, presidente da Corn Refiners Association, profere a palestra Temas do Comércio Agrícola e o Governo dos Estados Unidos. Promovida pela SNA e o Consulado Americano no Rio de Janeiro, a conferência conta ainda com a participação do presidente da SNA e de Catherine Jarvis, consulesa dos Estados Unidos.

Celebrado convênio entre a diretoria do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a SNA, com o objetivo de incrementar a gestão da Área de Preservação Ambiental do Campus da Fagram.

Foto: Sylvia Wechsner



Os novos acadêmicos da Academia Nacional de Agricultura, em cerimônia de posse realizada no dia 22 de novembro de 2004, em São Paulo: Eugênio Gouvêa Vieira, Roberto Paulo Cezar de Andrade, Jalme Rotstein, Francelino Pereira, Fábio Meiralles, Antonio Delfim Netto, João Carlos de Souza Meiralles e Antonio Cabrera Mano Filho. Atrás, Octavio Mello Alvarenga.

A Academia Nacional de Agricultura organiza, em sua sede na cidade do Rio de Janeiro, o fórum Economia da Biotecnologia: Transgênicos, OGM e Engenharia Genética. Participam do evento Ernesto Paterniani, professor da Universidade de São Paulo (USP); Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA; Joaquim Machado, da Syngenta, e Vânia Moda Cirino, pesquisadora em Melhoramento e Genética Vegetal do Instituto Agronômico do Paraná. Na ocasião, são debatidos alguns temas atuais da área agrícola, como a transgenia, a biotecnologia e a automação de processos na agricultura, além da biossegurança, entre outros.

Em agosto, os alimentos orgânicos voltam à pauta de debates na SNA, que recebe, em seu auditório, especialistas da área no Seminário Direito Ambiental – O que o Produtor Orgânico Precisa Saber. Promovido pelo Sebrae/RJ, em parceria com o portal Planeta Orgânico, o encontro é aberto pelo presidente da SNA e por Rosina Cordeiro Guerra, coordenadora da Bio-Fach América Latina 2004, a maior feira de orgânicos do Continente Sul-Americano.

Ainda no mês de agosto, a Sociedade Nacional de Agricultura realiza, com grande êxito, no Riocentro, o 6º Congresso de Agribusiness. O evento precede a IV Conferência Sul-Americana de Medicina Veterinária e reúne um público em torno de 800 pessoas, entre produtores, empresários, pesquisadores, professores e autoridades. São apresentados sete painéis, a partir do tema central Brazilian Meats: Cadeia Produtiva de Carnes. O congresso é aberto pelo vice-presidente da República, José Alencar. Durante o evento, são discutidos os seguintes tópicos: Carne Brasileira; Aves e Suínos: Desenvolvendo Estratégias Globais; Carnes: Infra-Estrutura, Logística, Distribuição e Cadeia Alimentícia; Controle da Cadeia Produtiva: Riscos e Cuidados; Produtividade no Campo: Aumentando Receita; Carnes Exóticas: Novos Mercados, Produtos Diferenciados e A Engenharia Genética e seu Impacto na Cadeia Produtiva Animal.



O presidente da SNA entrega a Fábio Meirelles, o Troféu Mérito Especial da Academia Nacional de Agricultura.

O vice presidente da República, José Alencar, folheia a edição de junho de 2004 da revista *A Lavoura*, observado pelo presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga.



Mesa de abertura do 6º Congresso de Agribusiness (RioCentro, 2004). Da esquerda para a direita, Antônio Ernesto de Salvo (presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil); José Ameuñ Dimerzio (secretário-executivo do Ministério da Agricultura); Octavio Mello Alvarenga (presidente da SNA); vice-presidente da República, José Alencar, Jorge Perelra (presidente da Associação Brasileira de Mercado Animal); Christino Áureo da Silva (secretário de Agricultura do Rio de Janeiro) e o ex-ministro da Agricultura, Pratini de Moraes.





Participantes do último painel do 6º Congresso de Agribusiness (2004): Alexandre Caetano, pesquisador da Embrapa, e Luis Adilson Bon, presidente da Associação de Criadores de Gado Nelore do Rio de Janeiro, ao lado de alunos de Zootecnia da Faculdade de Ciências Agroambientais (Fagran), também recepcionadas pelo presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga, e pela diretora-executiva da SNA, Sylvia Wachsnier (à direita).



Ao chegar para a solenidade de Abertura do 6º Congresso de Agribusiness, o vice presidente José Alencar é recepcionado pelo presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga (à direita); pelo presidente da Associação Brasileira do Mercado Animal (ABMA), Jorge Pereira (último à esquerda); e pelo secretário de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, Christino Aures da Silva.



Durante a Abertura do 6º Congresso de Agribusiness, em 26 de agosto de 2004, o vice presidente da República José Alencar é ladeado da esquerda para a direita, por Sylvia Wachsnier, Walmick Mendes Bezerra, Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA; Cristina Baran, editora da revista *A Lavours*; Antonio Mello Alvarenga, vice presidente da SNA; Joel Naegele, diretor da SNA e pelo Embaixador Edmundo Barbosa da Silva.

O presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga, discursa ao lado de Gustavo Kauark Chianca, ex-diretor-executivo da Embrapa.





No evento de lançamento da Incubadora de Empresas da SNA, em 1º de dezembro de 2004, Octavio Mello Alvarenga, Paulo Maurício Castelo Branco, Amauri Rosental, diretor da Embrapa Agroindústria de Alimentos, Adriano Figueiredo, da Organic Life, e Paulo e Paula Sabino, da Ecobras.



Octavio Mello Alvarenga (presidente da SNA), o vice-presidente da República, José Alencar e sua comitiva visitam a exposição de gado do 6º Congresso de Agribusiness (Riocentro, agosto de 2004).

Recepção após a palestra da Dra. Audrae Erickson, no foyer do Instituto Cultural da SNA, no dia 28 de abril de 2004, no Rio de Janeiro. Da esquerda para a direita: Octavio Mello Alvarenga, presidente da SNA; Dra. Audrae Erickson, presidente da Corn Refiners Association, Inc; Catherine Jarvis, cônsul e diretora da Seção de Imprensa, Educação e Cultura do Consulado-Geral dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro; e Maria Beatriz Bley Martins Costa, diretora do Planeta Orgânico.



4º Painel do 6º Congresso de Agribusiness, o presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga faz a apresentação ladeado, à direita, pelo ex-diretor-executivo da Embrapa, Gustavo Kauark Chianca; e à esquerda pelo chefe do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA/MAPA), Paulo Ricardo Campani.



residentes da Sociedade
Nacional de Agricultura

Antônio Ennes de Souza
(MA, 1848 – RJ, 1920)
Mandato: 1897 – 1898



Doutor em Ciências Físicas e Naturais, pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Zurique, Suíça; engenheiro em minas, pela Academia de Freyberg e catedrático de metalurgia da Escola Politécnica.

Abolicionista e republicano, idealizou e organizou o grupo que fundou a Sociedade Nacional de Agricultura, à frente da qual inaugurou as exposições agrícolas organizadas no Turfe Clube do Rio de Janeiro. Como diretor da Casa da Moeda, associado a uma escola de instrução primária, organizou um programa de profissionalização de jovens carentes, oferecendo-lhes, ainda, assistência médica permanente. Foi destituído do seu cargo na Casa da Moeda em 1900, por meio de um processo de tons políticos no qual era acusado de desvio de material. Foi também responsável pelo Programa de Educação Agrícola de Crianças Carentes da Casa de São José, no Rio de Janeiro.

Autor de diversas obras, entre as quais: *Conferências Públicas na Província do Maranhão* (1871); *O Trabalho e a Vida Subterrânea* (1880); *Os Metais e Reforma Monetária* (1892). Escreveu vários artigos sobre reorganização da agricultura, publicados em *A Lavoura*.

José Cardoso de Moura Brasil
(CE, 1846 – RJ, 1928)
Mandato: 1898 – 1901 e 1904



Doutor pela Faculdade de Medicina da Fortaleza, CE, foi fundador e presidente da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, membro titular e presidente da Academia Nacional de Medicina, além de membro destacado da Comissão de Patrimônio do Instituto dos Cegos, em Fortaleza, CE.

Lavrador, foi membro do Centro da Lavoura do Café do Brasil. Na sua gestão à frente da SNA, foram iniciados o serviço de distribuição de plantas e sementes, e a organização dos campos de experiência na Fazenda Grande da Penha, no Rio de Janeiro.

Foi ainda presidente do Liceu de Artes e Ofícios, no período em que foi obtido o terreno para a construção da sede da Associação.

Comendador da Ordem de Cristo, recusou o título de Barão e a Comenda da Ordem Portuguesa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

**Guilherme Schüch de Capanema,
Barão de Capanema**
(MG, 1824 – RJ, 1908)
Mandato: 1901



Doutor em Matemática e em Ciências Físicas, pela Escola Militar do Rio de Janeiro e engenheiro pela Escola Politécnica de Viena, Áustria.

Major honorário do Exército, pertenceu ao Conselho do Imperador, foi fundador e diretor da Repartição-Geral dos Telégrafos e chefe da Comissão de Limites entre o Brasil e a Argentina. Membro do Instituto Histórico e Geográfico e do Imperial Instituto de Agricultura. Foi também fundador da Sociedade de Estatística do Brasil.

Integrou diversas comissões científicas de exploração de minérios, tendo sido diretor da Seção Geológica e Mineralógica da Comissão Científica Imperial para a Exploração das Províncias do Norte. Sócio honorário da SNA, presidiu a junta governativa que deu continuidade à administração entre as presidências Moura Brasil e Antonino Fialho.

É autor de inúmeras obras, entre as quais *Algumas Observações acerca da Influência Exercida pelos Progressos do Homem sobre a Vegetação e o Aspecto Fisionômico dos Países que ele Habita* (1848); *Apontamentos Geológicos* (1868) e *Apontamentos sobre as Secas do Ceará* (1878).

Comendador da Ordem Imperial da Rosa e da Ordem Imperial de Cristo, recebeu o título de Barão em 1881.

Antonino Fialho
(RJ, 1857 – RJ, 1934)
Mandato: 1901 – 1904



Formado em Engenharia, era fazendeiro em Itaipava, RJ, e um entusiasta da viticultura. Foi eleito vereador para a Câmara Municipal de Petrópolis, RJ, em 1897, e eleito deputado federal em 1899, tendo lutado pelo ensino técnico da agricultura. Compôs, como um dos vice-presidentes, a chapa vitoriosa de Quintino Bocayuva para o governo do Estado do Rio de Janeiro, em 1900.

Em 1912, representou o Brasil no Instituto Internacional de Agricultura de Roma, de onde enviava diversos estudos a serem debatidos na SNA, a pedido do governo. Sua gestão, à frente da entidade, marcou um período muito produtivo, no qual realizaram-se importantes congressos e conferências, tendo sido feitos fortes investimentos no aparelhamento da Fazenda Grande da Penha, no Rio de Janeiro.

Wenceslão Alves Leite de Oliveira Bello
(RS, 1857 – RJ, 1911)
Mandato: 1905 – 1911



Formado pela Escola Politécnica, foi engenheiro da Estrada de Ferro Piraiense. Na área docente, foi professor secundário de História Natural no Colégio Pedro II, catedrático da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, além de professor e diretor da Escola Normal Livre.

Mais tarde, assumiu a direção da Companhia Promotora de Indústrias e Melhoramentos e as presidências da Cooperativa Central dos Agricultores do Brasil e da Cooperativa de Consumo Ítalo-Brasileira.

É autor de vários trabalhos publicados na imprensa sobre botânica, comércio internacional, crédito e políticas agrícolas, entre os quais *Ação dos Agentes Físicos sobre os Órgãos Vegetais* (tese de concurso), *Relações Comerciais do Brasil com Portugal e Manifesto à Lavoura – Sindicatos Agrícolas* (em colaboração com Antonino Fialho).

Na SNA, ascendeu funcionalmente, passando de sócio a secretário-geral, diretor de propaganda, vice-presidente e finalmente presidente, por um período de quase 7 anos, interrompido com seu falecimento. À frente da SNA, em 1907, viajou à Europa e aos Estados Unidos, para estudar a organização da produção e do ensino agrícolas.

Sylvio Ferreira Rangel
(RS, 1859 – RJ, 1939)
Mandato: 1911 – 1912



Formado em Engenharia pela Escola Militar, seguiu carreira na vida civil. Nomeado fiscal de estradas de ferro, chegou ao posto de chefe de distrito da Inspetoria Federal de Estradas de Ferro, no qual aposentou-se, em 1920. Fazendeiro de café em Vassouras, RJ, foi vereador e mais tarde prefeito daquele município, elegendo-se deputado na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em 1904.

Fez parte de diversas diretorias da SNA e foi vice-presidente em alguns biênios da gestão de Wenceslão Bello, tendo assumido a presidência durante viagens de Wenceslão à Europa e aos Estados Unidos, e após sua morte. Escreveu diversos trabalhos de importância sobre a cultura do café.

Lauro Severiano Müller
(SC, 1863 – RJ, 1926)
Mandato: 1912 – 1921



Iniciou os estudos no Liceu de Humanidades e, em fins de 1884, ingressou na antiga Escola Militar da Praia Vermelha, percorrendo rapidamente as patentes da carreira militar, chegando a general de brigada em 1914.

Bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais, foi fervoroso abolicionista e republicano. Assumiu o governo de Santa Catarina por indicação do Marechal Deodoro, quando da mudança do regime em 15 de novembro de 1889. Eleito deputado constituinte, foi reeleito para a legislatura de 1897/1899, e eleito senador em 1900.

Chamado por Rodrigues Alves para ocupar o Ministério da Viação, ocupou a pasta até 1906. Nessa função, teve grande importância no estabelecimento das bases da imigração estrangeira, na construção dos portos nacionais e no desenvolvimento da navegação de cabotagem, na ampliação de rodovias e estradas de ferro, e no planejamento da reforma que originaria a Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro.

Voltou ao Senado em 1907 e, com a morte de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão de Rio Branco, em 1912, foi convidado a ocupar a pasta das Relações Exteriores, onde impulsionou a política de aproximação continental e consolidou as Leis do Corpo Diplomático e Consular. Em 1917, pediu demissão e voltou, novamente, ao Senado Federal.

Lauro Severiano Müller foi, também, membro da Academia Brasileira de Letras.

Miguel Calmon du Pin e Almeida
(BA, 1879 – RJ, 1935)
Mandato: 1921 – 1923



Formado em Engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1900, trabalhou na empresa herdada de seu pai até ser convidado a ocupar o lugar de professor dessa escola.

Em 1902, foi nomeado secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas da Bahia. Em outubro do mesmo ano, representou o Estado no Congresso de Aplicações Industriais do Alcool e, em março de 1905, foi a Recife, PE, participar da II Conferência Açucareira.

Eleito deputado federal pela Bahia, participou da comissão encarregada da criação do Ministério da Agricultura. Convidado a assumir a pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas em 1906, promoveu, em sua gestão, a organização dos serviços ligados à colonização estrangeira, a criação do Serviço Geológico Federal e do Posto Zootécnico Federal, o incentivo aos agricultores, a propaganda dos produtos brasileiros no exterior, o melhoramento dos principais portos e a reorganização dos serviços de construção e fiscalização das estradas de ferro em todo o País.

Deixando o Ministério da Agricultura, negociou, para a Bahia, uma operação de crédito no estrangeiro e elegeu-se deputado federal, tendo sido presidente das comissões parlamentares encarregadas de estudar o Código de Águas e a Lei de Minas.

Fundou a Liga de Defesa Nacional e, em 1921, foi mais uma vez o candidato mais votado para a Câmara Federal. Em 1927, foi eleito senador pela Bahia, ocupando o cargo até a Revolução de 1930.

É autor de inúmeros trabalhos, entre os quais *Ensaio sobre a Fadiga dos Metais* e *O Açúcar e o Alcool na Bahia*, ambos de 1903; *A Valorização do Café* e *A Produção e o Comércio da Borracha* (1906); *O Ensino Agrícola na Bahia* (1909); *As Lições da Grande Guerra* (1915); *As Cooperativas de Crédito* (1929) e *O algodão e a Solidariedade Internacional* (1935), além de volumosos relatórios de atividades públicas.

Geminiano Lyra Castro
(PA, 1863 – RJ, 1936)
Mandato: 1923 – 1926



Formado em Medicina no Rio de Janeiro, em 1888, voltou a Belém, PA, para exercer a profissão. Em 1889, foi nomeado inspetor de higiene do Estado, função que exerceu até 1907, quando passou a dirigir o Hospício dos Alienados. Foi provedor da Santa Casa de Misericórdia de Belém e nomeado lente substituto da cadeira de Medicina Legal da Faculdade Livre de Direito do Pará, em 1903.

No campo político, foi eleito vogal do Conselho Municipal de Belém, de 1894 a 1900, quando foi eleito vice-governador do Pará. Em 1905, foi eleito deputado estadual e, em 1909, deputado federal. Retirou-se da política em 1912, retomando em 1920, quando foi novamente eleito deputado pelo Pará, reelegendo-se em 1921 e em 1924. No governo de Washington Luís, exerceu o cargo de ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, tendo realizado importante reforma administrativa no Ministério e trabalhado pela expansão de nossa economia no exterior, especialmente a indústria citrícola.

Na presidência da Sociedade Nacional de Agricultura, que assumiu interinamente quando Miguel Calmon foi convidado para o Ministério da Agricultura, e depois, efetivamente, em 2 biênios, dedicou-se destacadamente ao Horto da Penha, no qual introduziu vários melhoramentos. Em sua gestão, os serviços administrativos da entidade foram remodelados e seus Estatutos reformados.

Ildefonso Simões Lopes
(RS, 1866 – RJ, 1944)
Mandato: 1926 – 1944



Engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro (diplomado em 1890). Foi um dos fundadores do Clube Abolicionista Sul-Rio-Grandense, do Clube Republicano Rio-Grandense e do Centro Republicano da Escola Politécnica, estando na presidência dos dois últimos, na ocasião do Movimento de 15 de Novembro de 1889, do qual participou ativamente.

Depois de formado, trabalhou na construção de estradas de ferro em Minas Gerais e no Estado de São Paulo. Em 1893, foi convidado para dirigir as obras públicas do Estado do Rio de Janeiro. Em 1895, retornou ao Rio Grande do Sul, assumindo o cargo de diretor-presidente da Companhia Hidráulica Pelotense. Eleito deputado estadual em 1897, foi reeleito sucessivamente até 1904. Em 1906, foi eleito para a Câmara Federal pelo Rio Grande do Sul, tendo apresentado importantes projetos sobre siderurgia, legislação de minas e demarcação de fronteiras, além dos primeiros projetos sobre a importação de adubos minerais e a exploração de petróleo no País.

Em 1909, afastou-se da política, dedicando-se à cultura do arroz e à fabricação de adubos fosfatados de farinha de ossos, com dois de seus irmãos, em Pelotas, RS. Em 1913, foi novamente eleito para a Câmara Federal, aí permanecendo até 1919, quando foi convidado a assumir a pasta da Agricultura, Indústria e Comércio. Em sua gestão, desenvolveu uma política de apoio ao ensino voltado para a agricultura e a pecuária, criou uma estação experimental de combustível e minério, incentivou o cultivo do trigo e promoveu a criação do Instituto Biológico de Defesa Agrícola, entre outras importantes iniciativas.

Em 1922, voltou à Câmara dos Deputados, sendo mais uma vez eleito em 1924 e sucessivamente reeleito, até 1930. Em 1926, presidiu uma comissão do Congresso Nacional sobre a questão do petróleo.

Em 1929, fez parte da comissão executiva da Aliança Liberal, e participou das articulações para preparar o Movimento Armado de 3 de outubro do ano seguinte. Com a consolidação da vitória da Revolução de 1930, foi eleito diretor do Banco do Brasil, cargo que exerceu até seu falecimento, em 1914.

Augusto Ferreira Ramos
(RJ, 1860 – RJ, 1939)
Mandato: 1930 – 1931



Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1882. Engenheiro-chefe e mais tarde diretor da Companhia Melhoramentos de São Paulo. Em 1894, foi nomeado professor da Escola Politécnica de São Paulo. Em missão oficial do governo paulista, visitou países da América Espanhola e da Europa, para estudar a produção e os mercados cafeeiros, tendo sido o inspirador do Convênio de Taubaté. Em 1903, propôs a criação da Caixa de Conversão, para estabilizar o câmbio no País, idéia adotada 3 anos depois.

Como engenheiro, dirigiu várias obras de saneamento, notadamente nas capitais do Paraná e do Espírito Santo. Neste último estado, no vale do Rio Itapemirim, construiu as instalações de uma usina hidrelétrica e fábricas de cimento, papel e açúcar. Na mesma região, construiu a primeira estrada de ferro elétrica do Brasil.

Foi vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, presidente da Câmara de Comércio Internacional do Brasil, membro da Sociedade Brasileira para Associação da Agricultura, em Paris, França, e da Sociedade de Engenheiros Cívicos da França.

Colaborou com inúmeros artigos na imprensa, especialmente sobre finanças, e publicou estudos, tais como *Café no Brasil e no Estrangeiro* (1923).

Arthur Eugênio Magarinos Torres Filho
(RJ, 1889 – RJ, 1960)
Mandato: 1931 – 1960



Agrônomo, diplomado em 1909, pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de Piracicaba, SP. Contratado pelo Ministério da Agricultura, foi inspetor agrícola federal nos estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, organizou e dirigiu o Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola, foi membro da Diretoria de Organização e Defesa da Produção, dirigiu o Serviço de Economia Rural e coordenou cursos de aperfeiçoamento e especialização.

Professor catedrático da Escola Nacional de Agronomia, em 1927 representou o Brasil no Instituto Internacional de Agricultura, sediado em Roma, apresentando a tese *Considération sur la fertilité des terres agricoles et plus spécialement des terres brésiliennes*.

Em 1932, presidiu a comissão interministerial que estabeleceu o Plano de Colonização do Nordeste e, em 1940, a comissão interministerial que elaborou o Projeto de Lei sobre o Aproveitamento Sistemático das Terras Irrigáveis. No ano seguinte, presidiu a comissão formada por Getúlio Vargas para estudar o problema da sindicalização rural no Brasil.

Foi delegado brasileiro na Conferência Econômica de Montevideu, em 1931; assessor técnico da delegação brasileira na VII Conferência Interamericana,

em 1933; delegado plenipotenciário do Brasil na V Conferência Comercial Pan-Americana, em 1935, além de representante do Brasil na VII Conferência Pan-Americana de Buenos Aires, também em 1935.

Em 1944, com a morte de Ildefonso Simões Lopes, passou a ocupar a presidência efetiva da SNA, até o seu falecimento. Foi reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, membro da Comissão de Estudos da Segurança Nacional e da Comissão Constitucional de Estudos para a Mudança da Capital.

Arthur Eugênio Magarinos Torres Filho publicou inúmeros artigos sobre agricultura em jornais e em revistas do País e deixou, entre outras, as seguintes obras: *Ensinaamentos de Agricultura Prática* (1919); *Aspectos da Economia Rural Brasileira* (1922) e *Expansão Econômica do Brasil* (1935).

Luis Simões Lopes
(RS, 1903 – RJ, 1994)
Mandato: 1960 – 1979



Engenheiro agrônomo pela Escola Mineira de Agronomia e Veterinária, diplomado em 1924. Em 1925, ingressou no Ministério da Agricultura e, no ano seguinte, foi nomeado oficial-de-gabinete do ministro. Com a vitória da Revolução de 1930, foi nomeado oficial-de-gabinete da Secretaria da Presidência da República, cargo que ocupou até 1937. Foi representante do Brasil nas assembleias gerais de 1934 e 1936, do Instituto Internacional de Agricultura.

A partir de 1935, voltou-se para os problemas da administração pública, presidindo uma comissão que deveria elaborar um projeto definitivo de reajustamento do pessoal civil, transformado em lei no ano seguinte. Em 1937, assumiu a presidência do Conselho Federal de Serviço Público Civil (CFSPC), extinto em julho de 1938, quando da instalação do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), do qual Simões Lopes também ocupou a presidência. De 1940 a 1945, acumulou esse cargo com o de presidente da Comissão de Orçamento Geral do Ministério da Fazenda. De 1939 a 1945, integrou, também, a Comissão de Estudos e Negócios Estaduais do Ministério da Justiça. Como presidente do Dasp, participou da Missão Aranha.

Sugeriu ao presidente da República, Getúlio Vargas, a criação de uma entidade independente do governo que se dedicasse ao estudo e ao ensino da administração, dando origem à Fundação Getúlio Vargas, criada no final de 1944. Simões Lopes foi eleito seu presidente pela assembleia geral, cargo que exerceu até seu falecimento.

Em 1948, participou da Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil e, em 1949, integrou o International Civil Service Advisory Board, órgão da Organização das Nações Unidas (ONU). Assumiu a direção da Carteira de Exportação e Importação (Cexim) do Banco do Brasil, de fevereiro de 1951 a agosto de 1952. Como representante da SNA, integrou a Comissão Nacional de Política Agrária, instalada em 1952 e, em 1954, foi eleito primeiro presidente do conselho de administração do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam). No governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, presidiu a Comissão de Estudos e Projetos Administrativos e, de 1961 a 1964, representou o governo brasileiro na coordenação do Ponto IV, programa de cooperação técnica entre os Estados Unidos e o Brasil. Em 1963, assumiu a presidência da Comissão de Reforma Tributária.

No âmbito da iniciativa privada, atuou como presidente, diretor e membro de conselho em diversas empresas.

Octavio Junqueira Mello Alvarenga
(MG, 1926)
Mandato: desde 1979



Formado em Direito pela Universidade de Minas Gerais, em 1951. Possui especializações em Direito Agrário (Asociación Española de Derecho Agrário), Administração Pública (Escuela Nacional de Administración Pública Espanha) e Reabilitação e Reforma Rural (Agency for International Development – Estados Unidos).

Em 1948, tornou-se assessor do secretário de Saúde e Assistência de Minas Gerais e, em 1949, passou a trabalhar na assessoria do governador do Estado. Transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1954, tendo trabalhado como auxiliar de gabinete do ministro da Fazenda, José Maria Alkmin, de 1956 a 1959. Em 1960, foi nomeado procurador do Serviço Social Rural, tendo também trabalhado nessa função na Superintendência de Política Agrícola (Supra) e no Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (Inda).

Em 1964, presidiu o Grupo de Trabalho constituído pelo ministro da Viação, junto à Superintendência de Navegação na Amazônia e Porto do Pará (Snapp). No ano seguinte, presidiu a Comissão de Verificação dos Núcleos Coloniais de Macaé e Papucaia, no Estado do Rio de Janeiro. Durante o ano de 1966, foi coordenador da regularização das terras do Núcleo Colonial de Bela Vista, no Estado do Amazonas, e assessorou o diretor do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), em viagem de inspeção ao interior do Paraná, do então território de Rondônia e dos Estados do Acre e de Pernambuco. Assessor do Departamento de Recursos Fundiários do extinto Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), de 1966 a 1968. Nesse mesmo período, presidiu a Comissão Especial de Direito Agrário, no Ministério da

Agricultura. Ainda em 1968, exerceu os cargos de diretor da revista do Instituto Brasileiro de Direito Agrário, coordenador geral e diretor-executivo da Associação Latino-Americana de Direito Agrário (Alada), assumindo a direção da revista daquela entidade em 1969.

Ainda em 1969, organizou e atuou como diretor dos cursos de Direito Agrário e de Política Agrícola da Fundação Getúlio Vargas.

Eleito vice-presidente da Associação Mundial de Direito Agrário em 1970, em 1972, foi coordenador e diretor do Curso de Direito Agrário da Universidade Federal do Paraná. Ao longo desse ano e do seguinte, foi orador do Instituto dos Advogados Brasileiros e editor da revista daquela entidade.

Em 1974, representou o Brasil no Simpósio Interamericano de Direito Agrário em Lima, Peru, e assumiu a chefia da Procuradoria Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A partir de 1975, passou a exercer o cargo de professor da Escola Interamericana de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas.

Na presidência da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) desde 1979, sempre prestigiou as duas confederações sindicais: a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), representante dos empregadores, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), órgão sindical dos trabalhadores na agricultura. Sua gestão vem sendo marcada pela promoção de conclave, quando são discutidos os temas de maior relevância para a área agrícola.

Em 29 de novembro de 1989, foi eleito membro estrangeiro da Académie d'Agriculture de France, passando a figurar entre os nove sócios da seção *Économie et Politique Agricoles et Rurales*. Em 1988, tendo sido eleito presidente do Centro Cultural Brasil-Israel, renunciou ao cargo em 28 de janeiro de 2002, por discordar da linha política do Estado de Israel. Ao longo de sua vida, filiou-se, também, ao Instituto di Diritto Agrario Internazionale e Comparato, em Florença, Itália; à Asociación Española de Derecho Agrario, em Madrid, Espanha; à Asociación Venezolana de Derecho Agrario, em Caracas, Venezuela; ao Institut des Hautes Études de Droit Rural et d'Économie Agricole, em Paris, França, e à Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, tomando-se sócio-titular desta última.

Entre outras obras, publicou *Direito Agrário* (1974); *Teoria e Prática do Direito Agrário* (1979); *Direito Agrário e Meio Ambiente* (1991); *Política e Direito Agroambiental* (1995); *Agricultura Brasileira: Realidade e Mitos* (1998) e *Rosário de Minas Memórias e Sugestões* (2003), além de várias obras literárias. De 1991 a 1999, manteve uma coluna semanal sobre política e economia agrária no jornal O Globo.

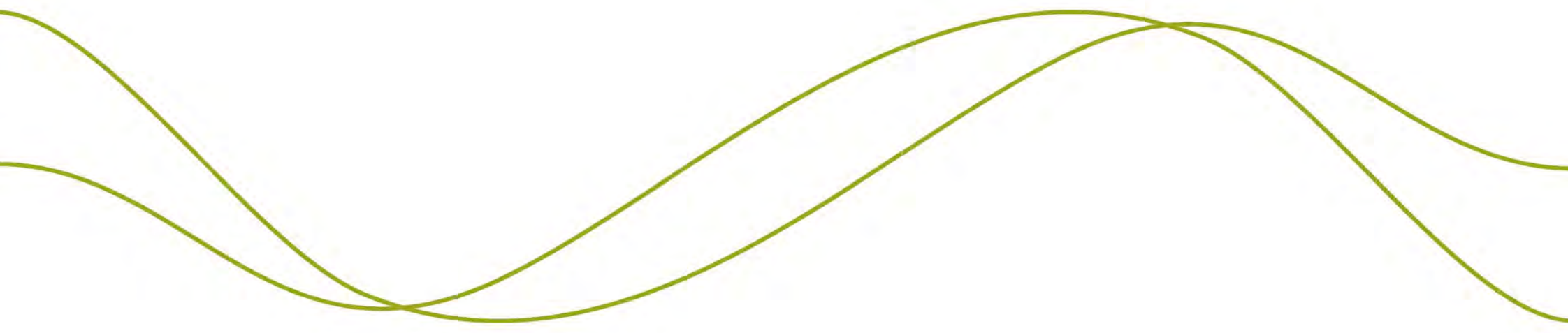


R

Referências

- ¹ O ALCOOL industrial aplicado ao aquecimento, à força motriz e à iluminação. A Lavoura, Rio de Janeiro, v.7, n. 8/9, p.268, ago./set., 1903.
- ² CARVALHO, Domingos Sérgio de. Introdução. A Lavoura. Rio de Janeiro, v.7, p.5, out./nov, 1903.
- ³ PAZ, Campos da. A lavoura e o ensino agrícola. A Lavoura, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p.10-18, jun. 1897.
- ⁴ VERT, Germano. Campos de experimentação e demonstração. A Lavoura, Rio de Janeiro, v.1, n. 3, p.14-16, set. 1897.
- ⁵ PINTO JR., Rocha. Devastação das Matas. A Lavoura. Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, p.7-10, dez. 1897.
- ⁶ HIERING, H. von. Necessidade de uma lei de caça e proteção das aves. A Lavoura, Rio de Janeiro, p.290-303, ago./out., 1901.
- ⁷ POLIANO, L. Marques. A Confederação Rural Brasileira. A Lavoura, Rio de Janeiro, v.55, p.3-15, set./out., 1951.
- ⁸ CENTRO da Lavoura de Café do Brasil. A Lavoura, Rio de Janeiro, v. 4, n. 25, p.7-8, jan. 1900.
- ⁹ SOCIEDADE Brasileira para a Animação da Criação e Agricultura. A Lavoura, Rio de Janeiro, v. 4, n. 26, p.46-49, fev. 1900.
- ¹⁰ BELLO, Wenceslão. A união dos agricultores. A Lavoura, Rio de Janeiro, v. 4, n. 36, p.353, dez. 1900.
- ¹¹ SINDICATOS e cooperativas agrícolas. A Lavoura, Rio de Janeiro, v. 9, n. 10/12, p.148-157, out./dez. 1905.
- ¹² Ibidem. Decreto Federal nº979, de 6 de janeiro de 1903.
- ¹³ SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. Sociedades Agrícolas do Brasil em 1908. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1909.
- ¹⁴ BORGES JÚNIOR, João Carvalho. O cooperativismo e a lavoura. A Lavoura, Rio de Janeiro, v. 9, n. 10/12, p.172-186, out./dez. 1905.
- ¹⁵ A FORÇA das cooperativas. A Lavoura, Rio de Janeiro, v. 11, n. 10, p.505-507., out. 1907.
- ¹⁶ VIRGILLI, Filippo. A cooperação agrícola na Alemanha e na Itália. A Lavoura, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1/3, p.45-49, jan./mar. 1903.
- ¹⁷ INSTITUTOS de crédito agrícola. A Lavoura, Rio de Janeiro, v. 2, n. 7, p. 1-3, jan. 1898.
- ¹⁸ ENNES. O crédito agrícola. A Lavoura, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 1-4, set. 1897.
- ¹⁹ ENNES. Os bancos populares. A Lavoura, Rio de Janeiro, v. 2, n. 7, p. 20-21, jan. 1898.
- ²⁰ ENNES. Conselhos Rurais. A Lavoura, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 39, jun. 1897.
- ²¹ PEREIRA, Aura Domingos. O papel do Estado no cooperativismo brasileiro sob o contexto da autonomia do sistema. A Lavoura, Rio de Janeiro, v. 97, n. 610, p. 34-37, nov./dez. 1994.
- ²² INVESTIMENTOS do DENACOP estimulam economia e organização cooperativista, A Lavoura, Rio de Janeiro, v. 91, n. 592, p. 28-30, nov./dez. 1991.
- ²³ ASSOCIATIVISMO: instrumento de interiorização do desenvolvimento rural. A Lavoura, Rio de Janeiro, v. 98, n. 612, p. 38-40, mar./abr. 1995.
- ²⁴ ALVARENGA, Octavio Mello. Novidades para o cooperativismo agrícola. A Lavoura, Rio de Janeiro, v. 100, n.621, p. 5, jun. 1997.

- ²⁵ CASTELO BRANCO, Paulo Maurício. Agribusiness tem inegável importância na economia nacional. In: CONGRESSO DE AGRIBUSINESS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1., 1997, Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro, RJ: Sociedade Nacional de Agricultura, 1928. p.92-93.
- ²⁶ GARCIA, Luiz Alberto. O Agribusiness apresentou superávit de 12 bilhões em 1997. In: CONGRESSO DE AGRIBUSINESS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1., 1997, Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro, RJ: Sociedade Nacional de Agricultura, 1928. p.17-9.
- ²⁷ Ibidem
- ²⁸ SILVA, José de Souza. A agricultura é um dos caminhos para se acabar como o desemprego. In: CONGRESSO DE AGRIBUSINESS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1., 1997, Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro, RJ: Sociedade Nacional de Agricultura, 1928. p.47-49.
- ²⁹ JANK, Marcos Sawaya. O Agribusiness no equilíbrio das contas externas. In: CONGRESSO DE AGRIBUSINESS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1997, Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro, RJ: Sociedade Nacional de Agricultura, 1928. p.164-168.
- ³⁰ GARCIA, Luiz Alberto. O Agribusiness apresentou superávit de 12 bilhões em 1997. In: CONGRESSO DE AGRIBUSINESS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1., 1997, Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro, RJ: Sociedade Nacional de Agricultura, 1928. p.17-9.
- ³¹ Ibidem, p.11.
- ³² Ibidem, p.13.
- ³³ SNA realiza com sucesso 5o Congresso de Agribusiness. A Lavoura, Rio de Janeiro, v. 106, n. 647, p. 6, dez. 2003.
- ³⁴ CONGRESSO DE AGRIBUSINESS DA SNA, DEBATE 'CADEIA PRODUTIVA DAS CARNES', 6. A Lavoura, Rio de Janeiro, v. 107, n. 650, p. 6, set. 2004.
- ³⁵ Ibidem, p.7.
- ³⁶ Ibidem, p.8.
- ³⁷ Ibidem, p.7.
- ³⁸ CONGRESSO DE AGRIBUSINESS DA SNA, DEBATE 'CADEIA PRODUTIVA DAS CARNES', 6. A Lavoura, Rio de Janeiro, v. 107, n. 650, p. 7, jan. 2004.
- ³⁹ ALVARENGA, Octávio Mello. Agricultura brasileira: realidade e mitos. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 1998. p. 241.
- ⁴⁰ CÂMARA, Ibsen de Gusmão. O que é desenvolvimento sustentável? A Lavoura, Rio de Janeiro, v. 107, n. 649, p. 29, jun. 2004.
- ⁴¹ SNA realiza com sucesso 5º Congresso de Agribusiness. A Lavoura, Rio de Janeiro, v. 106, n. 647, p. 9, dez. 2003.
- ⁴² CASTRO, Cristina Maria de; SILVA, Marco Antonio C. da; RIBEIRO, Raul de Lucena D. A certificação da produção orgânica no Brasil. A Lavoura, Rio de Janeiro, v. 104, n. 636, p. 46, mar. 2001.
- ⁴³ WACHSNER, Sylvia. Biotecnologia, de que estamos falando? A Lavoura, Rio de Janeiro, v. 106, n. 647, p.22-23, dez. 2003.
- ⁴⁴ ALVARENGA, Octavio Mello. Segurança Alimentar. A Lavoura, v. 106., n. 647, p. 5, dez. 2003.



Impressão e acabamento
Embrapa Informação Tecnológica

Da monocultura ao agribusiness – A história da Sociedade Nacional de Agricultura vem preencher uma lacuna na história da agricultura no País.

A frase “relembrar essa história é um exercício de seleção em que cada evocação corresponde a diversas omissões”, pinçada do texto de apresentação, nos induz a citar um eminente escritor, criador de uma das vertentes da moderna linha de ficção do regionalismo brasileiro:

“Nada em rigor tem começo e coisa alguma tem fim...
Essa horária vida não nos deixa encerrar parágrafos, quanto mais terminar capítulos”.
(João Guimarães Rosa)



Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento



CGPE 4871